

**Fundação Oswaldo Cruz
Casa de Oswaldo Cruz
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**

**DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA E POLÍTICA:
O CASO DO INSTITUTO INTERNACIONAL
DA HILÉIA AMAZÔNICA (1946-1951)**

RODRIGO CESAR DA SILVA MAGALHÃES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. MARCOS CHOR MAIO

Rio de Janeiro
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

RODRIGO CESAR DA SILVA MAGALHÃES

**DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA E POLÍTICA:
O CASO DO INSTITUTO INTERNACIONAL
DA HILÉIA AMAZÔNICA (1946-1951)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. MARCOS CHOR MAIO

Rio de Janeiro
2006

RODRIGO CESAR DA SILVA MAGALHÃES

**DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA E POLÍTICA:
O CASO DO INSTITUTO INTERNACIONAL
DA HILÉIA AMAZÔNICA (1946-1951)**

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Marcos Chor Maio (orientador)

Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz

Prof^o. Dr. Gilberto Hochman

Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz

Prof^o. Dr. Fabiano Guilherme Mendes Santos

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

Suplente:

Prof^o. Dr. Fernando Sérgio Dumas dos Santos

Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz

Rio de Janeiro

2006

À minha família por me fornecer uma base sólida, sobre a qual pude fazer minhas escolhas e construir minha vida.

Aos antigos e novos amigos. Os momentos compartilhados com eles nesses últimos dois anos conseguiram atenuar a solidão da pesquisa acadêmica.

À Teresinha, Tiago, Dilza e Marcos. Este trabalho também pertence a vocês.

AGRADECIMENTOS

Concluída a dissertação, é chegada a hora de agradecer a uma série de pessoas especiais, sem as quais eu não teria conseguido alcançar este objetivo. De diferentes formas, cada uma delas contribuiu para este momento.

À minha família pela amizade, paciência e compreensão diante das minhas constantes ausências nestes últimos dois anos.

À minha mãe, meu irmão Tiago e minha avó pelo apoio e companheirismo sempre (e pelas revisões de texto, no caso dos dois primeiros!). Sem tê-los ao meu lado, a concretização dessa dissertação teria sido bem mais difícil.

À minha prima Vanessa pela ajuda em alguns detalhes técnicos desta dissertação que eu não domino.

À Dani, Débora, Dalton, Léo, Charbel, Monique, Ricardo, Camila, Cristiane, Liana, Luís Felipe, Flávia, Aline, Luís Otávio e Márcio, amigos de sempre, que mesmo com minha reclusão nos últimos meses, jamais deixaram de me incentivar e apoiar.

Aos colegas de mestrado da Casa de Oswaldo Cruz, que compartilharam comigo os momentos de felicidade, os anseios e as incertezas dos últimos dois anos. Agradeço à Vicente, Vanderlei, André, Luciana, Luís, Vanessa, Mauro e Andréia.

À Cláudia, Maria Cláudia, Ariane, Gelson, Paulo, Sheila, Monique e Rogério, funcionários da Casa de Oswaldo Cruz (COC) e amigos que sempre se prontificaram a ajudar no que fosse preciso.

À Wanda Weltman pela amizade e pelos muitos favores prestados na biblioteca da COC. E já que o assunto são livros, agradeço à Anna Carolina pelas dezenas deles que ela conseguiu para mim na biblioteca do CPDOC.

Aos funcionários e bolsistas do Departamento de Arquivo e Documentação da COC, especialmente Daniele, Eduardo e Ricardo, pela amizade, disponibilidade e atenção em todos os momentos em que me encontrei frente a frente com o Fundo Família Carneiro.

À Clayciane, cujo trabalho eficiente com os jornais do Fundo Família Carneiro em muito contribuiu para a minha pesquisa. Uma página inteira dessa dissertação não seria suficiente para agradecê-la por todos os pedidos atendidos com a maior boa vontade.

Aos professores Robert Wegner, Lorelai Kury, Flávio Edler e Gilberto Hochman, do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, e Fabiano Santos, do IUPERJ, com os quais tive a oportunidade de cursar disciplinas e realizar boas discussões. Ao Gilberto e ao Fabiano agradeço ainda pela participação na banca, pela disponibilidade e pelas valiosas sugestões desde a minha qualificação.

Ao professor Fernando Dumas pelos bons conselhos e sugestões em um momento complicado deste trabalho. Agradeço ainda pela participação na banca e pela atenção dispensada ao meu trabalho.

À professora Cristina Pereira pela amizade, apoio, livros e pela disponibilidade em discutir comigo temas relacionados ao neo-institucionalismo.

À Fiocruz pela bolsa que me concedeu durante a elaboração desta dissertação.

Ao meu orientador Marcos Chor Maio pelo apoio, paciência, incentivo, conselhos e sugestões que nunca poderão ser agradecidos o suficiente. Sua amizade e disponibilidade nesses três anos de convivência ajudaram bastante nas diversas etapas deste trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 11
CAPÍTULO 1: DESENVOLVIMENTO E AMAZÔNIA NA DÉCADA DE 1940	p. 21
1.1– A emergência da temática do desenvolvimento no pós-Segunda Guerra Mundial	p. 22
1.1.1 – A conjuntura internacional do pós-Segunda Guerra Mundial	p.22
1.1.2 – Terceiro Mundo, Guerra Fria e Desenvolvimento	p. 24
1.2 - A recepção da idéia de desenvolvimento no Brasil	p. 32
1.2.1 – Raízes de um projeto de desenvolvimento nacional	p. 32
1.2.2– O debate sobre o desenvolvimento nacional no cenário político-econômico brasileiro na virada dos anos 1940 / 1950	p. 38
1.3 - A discussão do desenvolvimento da Amazônia no centro do cenário político nacional na década de 1940	p. 44
1.3.1 – A entrada da Amazônia no discurso oficial na década de 1940	p. 44
1.3.2 – A recuperação da economia amazônica durante a Segunda Guerra Mundial: os “Acordos de Washington” e a “Batalha da Borracha”	p. 50
1.3.3 – O cenário amazônico no pós-Segunda Guerra Mundial	p. 53
CAPÍTULO 2: A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO INSTITUTO INTERNACIONAL DA HILÉIA AMAZÔNICA (IIHA) NA UNESCO E O INÍCIO DE SUA DISCUSSÃO NO BRASIL	p. 57
2.1 - Ciência e Desenvolvimento no pós-Segunda Guerra Mundial: a UNESCO e a proposta de criação do IIHA	p. 58
2.1.1 - Henri Laugier, Julian Huxley, Joseph Needham e a proposta de uma nova organização social da ciência encarnada na UNESCO	p. 58
2.1.2 - A proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA)	p. 66
2.2 – A Conferência de Belém	p. 71
2.2.1 – Os preparativos para a Conferência	p. 71
2.2.2 – A agenda de Belém	p. 73
2.2.3 – As primeiras tensões	p. 77

CAPÍTULO 3: AS CONTROVÉRSIAS SOBRE A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO INSTITUTO INTERNACIONAL DA HILÉIA AMAZÔNICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	p. 87
3.1 – A recepção do projeto da Hiléia no Congresso Nacional	p. 90
3.2 – Petróleo, nacionalismo e as novas clivagens na discussão sobre desenvolvimento	p. 98
3.2.1 – A campanha “O petróleo é nosso” e a nova correlação de forças no parlamento	p. 98
3.2.2 – As primeiras reações contrárias ao IIHA na Câmara dos Deputados: o parecer de Artur Bernardes e sua repercussão	p. 101
3.2.3 - Os defensores do IIHA reagem ao parecer de Bernardes	p. 112
3.2.4 – O Parecer do Estado Maior das Forças Armadas sobre a Convenção de Iquitos e o recrudescimento das discussões sobre o IIHA	p. 119
3.3 – A nova estratégia dos defensores do IIHA: o Protocolo Adicional à Convenção de Iquitos	p. 130
CONCLUSÃO	p. 140
FONTES E BIBLIOGRAFIA	p. 146

Resumo

Esta dissertação trata do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA), proposto à UNESCO em 1946 pelo cientista Paulo Carneiro. Seu objetivo é analisar este projeto e sua relação com a idéia de desenvolvimento em voga no pós-Segunda Guerra Mundial, bem como o impacto que ele provocou sobre os planos voltados para o desenvolvimento da Amazônia que já eram discutidos no Brasil desde o início da década de 1940. Nesse sentido, minha investigação terá como foco o processo de recepção do IIHA no Brasil. Acredito que a partir do momento em que começou a ser debatido no país, o projeto do IIHA foi capturado pela discussão sobre o desenvolvimento da Amazônia que já se desenrolava no plano nacional. Durante a tramitação do projeto no Congresso Nacional, as visões conflitantes sobre esse tema se fizeram sentir, com os parlamentares se apoiando em determinados mecanismos institucionais para fazer valer seus posicionamentos. As polêmicas suscitadas, então, mobilizaram militares, intelectuais, jornalistas e cientistas para as discussões sobre o desenvolvimento da Amazônia. É esse processo que analisarei nesta dissertação. Considero que, ao identificar as visões antagônicas que surgiram neste momento em torno do plano de criação do Instituto da Hiléia, poderei traçar um panorama de como a questão do desenvolvimento da Amazônia era tratada no país entre o final dos anos 1940 e o início da década seguinte.

Abstract

This monograph tells about International Institute of the Amazon Hylea (IIHA), nominated for the scientist Paulo Carneiro to UNESCO in 1946. Its intent is to analyze this project and its relation with development idea put in up after the II War either its cause on the impact on the Amazonian development planning, had been discussed since 1940. On this way, my investigation has the Brazilian IIHA reception in focus. I believe that since then start up this discussion, the IIHA was captured for the development Amazonian discussion, already running in the National Congress the different point of view about this issue was grown, with the parliamentarians gets the institutional forms to make value yours ideas. The raised controversy, so, mobilized intellectuals, journalists, scientists and militaries to talking about the Amazonian development. I will focus it on this issue. This antagonistic point of views that woke up in this moment around the planning to create the IIHA, I could drawn a panorama with the form like the Amazonian development was seen in the end of 1940 and the begin of the next decade.

Introdução

O pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado pela redefinição das relações entre ciência, política e sociedade e pelo surgimento da temática do desenvolvimento, voltada para o combate da pobreza em escala mundial. Nesse novo cenário, a Amazônia passou a ser vista como parte importante da solução para os problemas que se abatiam sobre a humanidade, tais como fome, atraso econômico, superpopulação, dentre outros. Assim, em meados da década de 1940 os governos da América Latina, dos Estados Unidos e de países europeus como Inglaterra, França e Holanda, bem como cientistas, militares, intelectuais e organizações internacionais voltaram suas atenções para essa região no intuito de nela estabelecer um laboratório científico internacional. O fator responsável pela aglutinação desses atores foi a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA)¹ que o cientista brasileiro Paulo Carneiro encaminhou a UNESCO em 1946. Aprovado ainda nesse ano, na primeira sessão da Conferência Geral desse organismo internacional, o projeto rapidamente assumiu um perfil de desenvolvimento, passando a voltar-se cada vez mais para a resolução das necessidades econômicas e sociais da Amazônia. Desse momento até 1951, o plano de criação do IIHA seria alvo de intensas controvérsias.

O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica é o objeto deste trabalho. Nele, vou analisar este projeto e sua relação com a idéia de desenvolvimento então em voga nos cenários nacional e internacional, assim como o impacto que ele gerou no Brasil em um momento no qual o desenvolvimento da Amazônia já figurava dentre as preocupações estatais. Nesse sentido, o foco da minha análise recairá sobre a recepção do projeto da UNESCO no plano nacional. Considero que a partir do momento em que começou a ser

¹ O termo Hiléia foi cunhado pelo naturalista alemão Alexander Von Humboldt em suas viagens pelas ilhas do Caribe, pelo norte da América do Sul e pelo México entre 1799 e 1804, para designar uma floresta tropical úmida. Esta definição de Hiléia compreende regiões da Bolívia, do Peru, do Equador, da Colômbia, da Venezuela, do Brasil, da Guiana, do Suriname e da Guiana Francesa.

discutida no país, a proposta de criação do Instituto da Hiléia foi capturada por um debate sobre o desenvolvimento da Amazônia que já existia. As diferentes visões sobre esse tema se fizeram sentir durante a tramitação do projeto no Congresso Nacional. Nessa instituição, os parlamentares procuraram fazer valer seus posicionamentos apoiando-se em certas regras institucionais inerentes ao funcionamento do parlamento, acabando por selar o destino do Instituto. A discussão do projeto da UNESCO no parlamento, contudo, ocorreu em um momento no qual a Amazônia já fazia parte das preocupações governamentais. Neste sentido, a chegada do Instituto da Hiléia ao Congresso Nacional e as polêmicas surgidas ampliaram as discussões sobre o desenvolvimento da Amazônia, que passaram a envolver, além de parlamentares, militares, intelectuais, jornalistas e cientistas. É esse processo que analisarei no meu trabalho. Acredito que a identificação das visões antagônicas que surgiram nesse momento em torno do plano de criação do Instituto da Hiléia me possibilitará traçar um panorama de como o desenvolvimento da Amazônia era tratado entre meados da década de 1940 e o início da década de 1950.

Como o espaço privilegiado desse debate foi a Câmara dos Deputados, darei atenção especial ao arcabouço institucional criado pela Constituição de 1946, sobretudo no que diz respeito à organização do processo de tomada de decisões legislativas. Este processo era extremamente descentralizado no período considerado, o que garantia ao Congresso Nacional uma grande autonomia, inclusive tendo o poder de vetar legislação proposta pelo Executivo. A tramitação do projeto de criação do Instituto da Hiléia pelas comissões na Câmara dos Deputados oferece a oportunidade de compreendermos como seu desfecho foi sendo construído ao longo desse processo, balizado pelos mecanismos institucionais e pela repercussão das controvérsias nesta instituição e na sociedade. Esse rico e matizado processo foi pouco explorado nos trabalhos existentes sobre a proposta de criação do Instituto da Hiléia.

O primeiro a analisar o projeto de criação do IIHA foi o educador e historiador Artur César Ferreira Reis. Em um livro publicado em 1960, ele eternizou a visão de que uma “cobiça internacional” pairava permanentemente sobre a Amazônia². Nos anos posteriores às controvérsias que o Instituto da Hiléia suscitou no país, Reis se tornou o primeiro superintendente da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da

² Reis, Artur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1960.

Amazônia (SPVEA) - posteriormente denominada Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) - e o primeiro presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

Na década de 1970, a pesquisadora norte-americana Esther Crampton³ analisou o Instituto da Hiléia na tentativa de compreender porque o projeto não foi implementado. Seu principal questionamento dizia respeito às razões que levaram o Congresso Nacional a não ratificar o tratado que criou o IIHA, mesmo tendo o projeto nascido de uma iniciativa brasileira. Na sua visão, esse ponto é particularmente relevante se considerarmos que no mesmo período os parlamentares brasileiros incluíram na Constituição de 1946 um dispositivo voltado para o desenvolvimento da Amazônia. A conclusão a que chegou foi que o projeto não foi implementado em razão do nacionalismo que havia tomado conta da sociedade brasileira nessa época. Segundo ela, aos olhos dos nacionalistas o internacionalismo que orientava as ações da UNESCO não passava de uma tentativa de mascarar o imperialismo dos países que a instituíram e o Instituto da Hiléia era uma ameaça para a segurança nacional. Ao buscar tornar inteligíveis as razões que levaram os parlamentares brasileiros a não aprovarem o IIHA, Crampton trouxe o Congresso Nacional para as análises sobre o Instituto, trabalhando, inclusive, com fontes produzidas por essa instituição.

Também nos anos 1970, John Galey⁴ analisou o Instituto da Hiléia com o objetivo de traçar a evolução das políticas de desenvolvimento da Amazônia implementadas pelo governo brasileiro. A seu ver, o desfecho que o projeto teve foi consequência de tensões da Guerra Fria com fatores políticos internos, dentre os quais ele destaca o nacionalismo econômico que, na sua visão, passou a defender no pós-Segunda Guerra Mundial que a Amazônia não fosse objeto de nenhum tipo de intervenção estrangeira, o que motivou uma campanha contra o IIHA. De acordo com Galey, questões como essa do Instituto da Hiléia deram popularidade às causas nacionalistas nos anos finais da década de 1940, fazendo com que essa ideologia deixasse de ser apenas uma política professada por políticos e intelectuais para se institucionalizar na sociedade brasileira. O ponto alto do seu trabalho é

³ Crampton, Esther. L. *Brazilian nationalism and the defeat of the International Institute of the Amazon Hylea*. Tese de Doutorado, The American University. Washington, D.C.: 1972.

⁴ Galey, John Homer. *The Politics of Development in the Brazilian Amazon (1940-1950)*. Ph. D., Stanford University. Palo Alto: 1977.

justamente esse: através do estudo do caso do IIHA, ele identifica alguns aspectos da sociedade brasileira da época.

Galey considera que o caso do IIHA revela algumas atitudes da sociedade brasileira em relação a importantes temas relacionados ao problema amazônico, como a questão da imigração. Na sua visão, o projeto da Hiléia reviveu e intensificou os desacordos existentes sobre composição étnica, diversidade social e vulnerabilidade em relação às influências culturais estrangeiras. Por meio do Instituto, o Brasil poderia acomodar na Amazônia as pessoas desalojadas do mundo e os refugiados de guerra. Os brasileiros passaram a debater, então, qual desses dois grupos poderia apoiar ou enfraquecer o desenvolvimento nacional e o resultado dessa discussão influenciou as atitudes futuras em relação a questão da imigração. Galey destaca ainda que as discussões travadas acerca do IIHA serviram também para difundir no país o debate então em voga no plano internacional sobre a nova organização social da ciência no pós-guerra e sua relação com a pesquisa amazônica. Por fim, ele demonstra como as controvérsias relacionadas ao IIHA pautaram as visões sobre o desenvolvimento da Amazônia nas décadas seguintes.

Petitjean e Domingues⁵, por sua vez, analisaram o Instituto da Hiléia pela ótica da UNESCO privilegiando, assim, os aspectos científicos dessa proposta. Eles ressaltam o debate que o IIHA motivou acerca da melhor forma de colonizar a Amazônia, mas não procuram estabelecer nenhuma ligação entre o projeto da UNESCO e os planos de desenvolvimento que estavam em voga no plano internacional. Por essa razão, o impacto que as discussões travadas no Brasil acerca da proposta da UNESCO tiveram sobre os projetos que estavam sendo pensados no país para a Amazônia não fez parte das suas preocupações. Não há na análise desses autores uma diferenciação entre os planos local, nacional e internacional, o que os leva a não atentarem para a maneira como o IIHA foi visto nessas diferentes esferas. O trabalho de Petitjean e Domingues deixa transparecer

⁵ Petitjean, Patrick e Domingues, Heloísa B. “A redescoberta da Amazônia num projeto da UNESCO: o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 14, n. 26, 2000, pp. 265-291.

Domingues, Heloísa B. e Petitjean, Patrick. “Paulo Carneiro, um cientista brasileiro na diplomacia da UNESCO (1946-1950). In: Maio, Marcos Chor (org.). *Ciência, Política e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Unesco, 2004 A.

Domingues, Heloísa B. e Petitjean, Patrick. “International Science, Brazil and Diplomacy in UNESCO (1946-1950). In: *Science, Technology & Society* 9:1. Sage Publications. New delhi/ thousand Oaks/London, 2004 B, pp. 29-50.

uma certa linearidade na análise do projeto IIHA, levando o leitor a considerar que os governos dos países latino-americanos que discutiram a proposta e as elites da região amazônica compartilhavam da visão que a UNESCO tinha sobre o IIHA: um Instituto predominantemente científico.

Um contraponto aos trabalhos de Petitjean e Domingues pode ser encontrado nos estudos de Maio e Sá⁶ e Maio⁷ sobre o IIHA. Esses pesquisadores analisam como as discussões em torno do projeto do Instituto da Hiléia potencializaram o debate sobre a Amazônia que já vinha acontecendo no país. Focalizando a continuidade entre os projetos IIHA e INPA e as consequências da não aprovação do primeiro, o trabalho desses autores destaca a criação do INPA, um instituto de cunho nacional, como um efeito não antecipado dos debates travados sobre o Instituto da Hiléia. A análise que eles fazem do projeto da UNESCO não perde de vista o contexto internacional e principalmente o contexto nacional. Como eles demonstram, em cada um desses contextos o IIHA foi apropriado de diferentes formas e por distintos atores envolvidos: representantes da UNESCO, elites locais, cientistas, militares e parlamentares.

Em sintonia com esses últimos estudos, meu trabalho vai privilegiar o impacto gerado pelas discussões travadas no país em torno do IIHA sobre os planos e projetos voltados para o desenvolvimento da Amazônia. Nesse sentido, minha análise destacará a importância das discussões travadas no Congresso Nacional, principalmente na Câmara dos Deputados, sobre os rumos do projeto IIHA. Considero que o desfecho que teve esse plano da UNESCO foi construído durante essas discussões que, ao se irradiarem para a sociedade, ganharam espaço na opinião pública nacional, mobilizando novos personagens.

⁶ Maio, Marcos Chor; Sá, Magali Romero. “Ciência na Periferia: a UNESCO, a proposta de criação do Instituto Intemacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa”, in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* Vol. 6 (supl.), 2000, pp. 975-1017.

⁷ Maio, Marcos Chor. “ A tradução local de um projeto internacional: a UNESCO, o CNPq e a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. In: Faulhaber, P.; Toledo, P. M. (orgs.). *Conhecimento e Fronteira: história da ciência na Amazônia*. Brasília/Belém: Museu Goeldi/Parelo 15, 2001.

Maio, Marcos Chor. “Demandas globais, respostas locais: a experiência da UNESCO na periferia no pós-guerra (1946-1952). In: Maio, Marcos Chor (org.). *Ciência, Política e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Unesco, 2004.

Maio, Marcos Chor; Sanjad, Nelson; Dummond, José Augusto. “Entre o global e o local: a pesquisa científica na Amazônia do século XX”. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, n. 31, julho/dezembro de 2005, pp. 147-166.

O mapeamento das ações em relação ao IIIHA dos diferentes atores sociais e políticos que tomaram parte nas discussões é fundamental para me ajudar a compreender a forma pela qual esse projeto foi se desenvolvendo e como os personagens foram se articulando durante esse processo.

O destaque que darei a Câmara dos Deputados como local de decisão constitui um aspecto inédito na literatura sobre o tema. Ao centrar o foco nessa instituição, travei contato com a perspectiva neo-institucionalista, que analisa as relações entre Estado, políticas estatais e atores políticos. Esta perspectiva concebe as instituições, a exemplo do parlamento, não como meros receptáculos de interesses diversos que existem na sociedade, mas sim como constrangimentos que moldam estratégias políticas, influenciando, desse modo, os resultados muitas vezes não previstos⁸. Nesse sentido, apesar de Crampton já ter trabalhado com fontes produzidas pelo Legislativo, o enfoque que darei a essa instituição será diferente, pois considerarei certos mecanismos institucionais inerentes ao funcionamento do Congresso Nacional como fatores que exerceram influência nos rumos da discussão sobre Instituto da Hiléia.

Dentro da opção teórica que escolhi para analisar meu objeto, os trabalhos de Figueiredo e Limongi⁹ são importantes porque eles defendem a hipótese de que o poder de agenda – conferido aos presidentes e aos líderes partidários por normas constitucionais e regimentais – oferece mecanismos específicos através dos quais os governos podem aprovar suas agendas legislativas. Por poder de agenda entende-se a capacidade de fixar a agenda legislativa e de controlar o processo legislativo, determinando a pauta do Parlamento. Segundo Figueiredo e Limongi, o poder de agenda do presidente da República, assegurado pela Constituição de 1946, era bastante reduzido.

⁸ Sobre a perspectiva neo-institucionalista, ver: Marques, Eduardo Cesar. “Notas Críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos”. BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 43, 1º semestre de 1947, pp. 67-102. Ver também: Limongi, Fernando. “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: a Literatura Norte-americana Recente”. BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 37, 1º semestre de 1994, pp. 3-38.

⁹ Figueiredo, Argelina; Limongi, Fernando. “Relação Executivo-Legislativo no presidencialismo multipartidário: os regimes de 46 e 88”. Trabalho apresentado ao XXII Encontro Anual da Anpocs, Caxambú, outubro. (mimeo), 1998.

Figueiredo, Argelina; Limongi, Fernando. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

Figueiredo, Argelina; Limongi, Fernando. “Agenda Power and Brazilian Democracy: Government Performance in Multiparty Presidentialism”. (Mimeo), 2002.

Fabiano Santos é outro autor ao qual recorrerei na minha análise sobre a tramitação do projeto da Hiléia no Congresso Nacional. Em trabalho no qual reúne seus estudos sobre o Poder Legislativo no Brasil, tendo como foco a Câmara dos Deputados, ele afirma que, excetuando-se o período autoritário, a relação entre Executivo e Legislativo no Brasil sempre se distinguiu pelo que se designa presidencialismo de coalizção. Nesse sistema:

“dada a separação de poderes e o pluralismo partidário no Congresso, o presidente articula sua base de apoio graças à distribuição de cargos ministeriais e de recursos orçamentários entre os grandes partidos, cujos membros garantem os votos necessários à implementação do programa do governo”.¹⁰

Apesar dessa permanência, Santos ressalta algumas características institucionais importantes do regime que vigorou entre 1946-1964. De acordo com ele, nesse período o Legislativo era pouco previsível e pouco cooperativo com o governo.

“os partidos do período pré-64 (...) não eram disciplinados, o que significa que não davam garantias suficientes ao presidente de que, uma vez definida a coalizção de partidos ligada ao seu programa, ele poderia contar com um respaldo partidário coeso para a aprovação dos projetos do interesse dele”¹¹.

Nesse estudo, trabalho com a idéia de Santos de que o regime que vigorou entre 1946 e 1964 caracterizou-se por um sistema presidencialista fragmentado em facções. A principal característica desse tipo de sistema presidencialista é o alto poder de agenda nas mãos do Legislativo e não nas do presidente da República¹².

No que tange ao comportamento dos deputados, Santos trabalha com o argumento de que não apenas as preferências e interesses dos atores, mas também as regras que regulam o conflito e a cooperação política definem o resultado da interação Executivo-

¹⁰ Santos, Fabiano. *O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizção*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003, p. 17.

¹¹ Idem, p. 21.

¹² Sobre essa questão ver: Figueiredo e Limongi 1998; 1999 e 2002; Santos, 2003, p. 23.

Legislativo. Sobre regimes institucionais como o do período 1946-1964, no qual o Executivo não tinha um poder de agenda tão categórico, ele sustenta que, não sendo possível ao governo manipular de forma estratégica a distribuição de preferências dos deputados, de modo a ocupar a agenda do plenário e diminuir o tempo dedicado à tramitação de matérias originadas no legislativo, o cenário que se desenhava era de extrema incerteza para as pretensões do presidente:

“Não só os deputados adquirem maior influência legislativa, como também a taxa de cooperação com o presidente tende a ser sistematicamente menor. A hipótese central é a de que nesse contexto o presidente se vê obrigado a buscar apoio em partidos de oposição, o que acaba produzindo a falta de coesão partidária inicialmente esperada”¹³.

Na análise da recepção do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica no Brasil e das razões pelas quais esse projeto não foi implementado, utilizei quatro tipos de fontes. A primeira delas está relacionada ao fato de eu trabalhar com um projeto de tratado internacional que foi submetido ao Congresso Nacional para ser ratificado. Trata-se do Diário do Congresso Nacional (DCN), periódico pesquisado na Biblioteca Nacional e no Fundo Família Carneiro - depositado na Casa de Osvaldo Cruz. Esta publicação reproduz os discursos parlamentares no plenário, a discussão de matérias nas comissões, bem como a composição das mesmas e as atas de suas reuniões. A análise desse material me possibilitou acompanhar os debates parlamentares travados na Câmara dos Deputados sobre o tema, através da publicação de discursos dos principais atores envolvidos nas controvérsias, assim como a discussão do projeto da Hiléia nas comissões em que ele tramitou, através da análise de suas atas.

Outra fonte importante para a minha dissertação foram os recortes de jornais encontrados no Fundo Família Carneiro. Através da análise dessas matérias, procurei medir a repercussão dos debates travados sobre o IIHA na Câmara dos Deputados, investigar como militares, cientistas, intelectuais e outros grupos sociais foram mobilizados para esse tema e como cada um deles via a proposta da UNESCO. Contudo, basear minha

¹³ Idem, p. 71.

pesquisa somente em fontes da imprensa encontradas no fundo da família do proponente do projeto da Hiléia poderia se constituir em um problema, na medida em que Paulo Carneiro estaria inclinado a só guardar matérias favoráveis ao IIHA, o que prejudicaria o meu trabalho. Entretanto, não foi essa a realidade com a qual me deparei: no Fundo Família Carneiro podem ser encontradas as mais variadas notícias - contrárias e favoráveis - Instituto da Hiléia. Neste sentido, o acervo de fontes lá encontrado foi de valor inestimável, principalmente no que se refere ao processo de formulação, discussão e estruturação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e aos debates realizados no país.

É no Fundo Família Carneiro que está localizado também o terceiro tipo de fonte documental com a qual trabalhei nessa pesquisa. Trata-se de documentos sobre a discussão do projeto de criação do IIHA nos fóruns da UNESCO e no Brasil e cartas trocadas por Paulo Carneiro com os principais atores envolvidos nas controvérsias em torno do projeto.

Por fim, também foi de grande utilidade para essa pesquisa documentos relacionados à vida político-institucional do país, tais como a Constituição de 1946, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, pareceres de comissões e mensagens presidenciais, pois foram eles que embasaram minha análise, calcada na perspectiva neo-institucionalista, da tramitação do projeto da Hiléia no Congresso Nacional.

Em relação à estrutura da dissertação, eu a dividi em três capítulos. No primeiro deles, vou expor o contexto internacional do pós-Segunda Guerra Mundial, procurando apresentar as condições históricas que tornaram possível a emergência do desenvolvimento e como esta temática vai se expressar no Brasil, onde o desenvolvimento da Amazônia já era debatido desde o início da década de 1940. No capítulo 2, vou analisar a trajetória do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) desde sua proposição nos fóruns da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) até o início de sua discussão no país. Procurarei ressaltar como a preocupação com o desenvolvimento estava presente nesse projeto e como ele estava em sintonia com algumas idéias que nortearam a UNESCO nos seus primeiros anos, o que contribuiu para a incorporação do IIHA ao programa da sua Divisão de Ciências Naturais. No terceiro capítulo, centrarei o foco na tramitação do plano de criação do Instituto da Hiléia na Câmara dos Deputados. A partir da análise das controvérsias suscitadas nessa instituição e de como diferentes atores sociais foram mobilizados para os debates sobre a proposta da UNESCO, meu objetivo será demonstrar como esse projeto de cunho internacional se

tornou um catalisador dos debates e das ações voltadas para o desenvolvimento da Amazônia.

Capítulo 1: Desenvolvimento e Amazônia na década de 1940

Em meio ao clima de grandes mudanças do pós-Segunda Guerra Mundial, o tema do desenvolvimento passou a pautar as relações entre os países ricos e pobres em termos de idéias e políticas, tomando forma definitiva. Nesse contexto, os países ricos passaram a acreditar que tinham capacidade financeira e militar para assegurar o progresso do mundo inteiro. Uma análise de seu próprio passado despertou neles a firme convicção de que isso não só era possível – e desejável – mas inevitável. Difundi-se, então, a crença de que, cedo ou tarde, todas as nações experimentariam um “encontro com o desenvolvimento”¹⁴, expressão com a qual Arturo Escobar intitulou seu livro¹⁵. Um novo tipo de conhecimento econômico e uma rica experiência com a elaboração e o gerenciamento do sistema social tornavam essa meta mais plausível.

A vida social, cultural, econômica e política dos países pobres – sua população, as características culturais de seus povos, seu processo de acumulação de capital, sua agricultura e comércio inscreveram-se, então, nos marcos dessa nova temática. O desenvolvimento constituiu-se, assim, em uma experiência histórica singular que caracterizou-se como a construção de um campo de pensamento e ação¹⁶. Com sua emergência, a habilidade das populações desses países de definir e cuidar de suas próprias

¹⁴ Todas as traduções desse e de outros livros citados são de minha autoria.

¹⁵ Orientado pela perspectiva antropológica dos estudos culturais, Escobar analisa o desenvolvimento não apenas pelo viés econômico e político, mas também, e principalmente, como um conceito intrinsecamente desprovido de significado que vai adquirindo forma e servindo de esteio para a reorganização do mundo num novo sistema de representações, a partir dos sentidos que lhe são atribuídos por grupos sociais comprometidos com certos interesses e projetos, em determinados contextos históricos. Esse sistema de representações, calcado em temas como pobreza, atraso, doenças e fome, implicou, na sua visão, em novas relações de dominação entre os países, seja em função da desintegração dos impérios coloniais, seja em função do maniqueísmo oriundo da Guerra Fria. (Escobar, Arturo. *Encountering Development: the making and unmaking of the third world*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1995, p. 42-5)

¹⁶ Escobar, 1995, p. 10.

vidas foi suplantada de uma maneira mais profunda como nunca havia sido antes. Os pobres tornaram-se alvos de práticas mais sofisticadas, de uma variedade de programas que foram implementados em todo o planeta. Para as novas instituições de poder nos Estados Unidos e na Europa, para os escritórios do Banco Mundial e as Nações Unidas, para as universidades européias e norte-americanas, centros de pesquisa e fundações; e para os novos escritórios de planejamento das grandes capitais do mundo subdesenvolvido, este foi o tipo de desenvolvimento mais ativamente promovido e aquele que dentro de poucos anos se estendeu a todos os aspectos da sociedade. O resultado final foi posto claramente: as importantes mudanças que ocorreram na estrutura de produção levaram a um ajuste nos requisitos da expansão do sistema capitalista, no qual os países subdesenvolvidos passaram a ter um cada vez mais crescente e importante papel, podendo forjar alianças com qualquer pólo de poder.

Meu objetivo nesse capítulo é apresentar as condições históricas que tornaram possíveis a emergência do desenvolvimento no pós-Segunda Guerra Mundial para, a seguir, mostrar como essa temática foi traduzida no Brasil e como a Amazônia, em particular, foi inserida nesse novo contexto histórico.

1.1 - A emergência da temática do desenvolvimento no pós-segunda Guerra Mundial

1.1.1 – A conjuntura internacional do pós-Segunda Guerra Mundial

As perdas humanas e materiais, bem como os avanços técnicos e no campo da saúde pública¹⁷ propiciados pela Segunda Guerra Mundial alteraram profundamente a face econômica, política e social do globo. No plano político o mundo que emergiu do pós-Segunda Guerra Mundial foi bem diferente daquele que levou ao próprio conflito mundial. Em primeiro lugar, a União Soviética consolidou-se como uma potência mundial. A saída temporária de cena dos países europeus serviu também para revelar em toda sua magnitude

¹⁷ Calcula-se que o número de mortos no conflito mundial tenha chegado a 100 milhões, entre militares e civis. Dentre as perdas materiais, estima-se um prejuízo de um bilhão e meio de dólares, distribuídos de maneira desigual entre os países envolvidos na guerra. Dentre os avanços técnicos, além do óbvio e danoso desenvolvimento de armas de destruição em massa, o mundo passou a conhecer o radar, o avião supersônico, bem como uma série de rápidos e avançados processos de comunicação. No campo da saúde pública, assistiu-se ao surgimento de novos meios para combater as doenças, tais como o DDT e a penicilina. (Linhares, Maria Yedda. *A luta contra a metrópole (Ásia e África: 1945-1975)*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1981, p. 10-11.

o poderio econômico e financeiro dos Estados Unidos, que emergiram no pós-Segunda Guerra Mundial como potência ocidental. Na esfera política, o poder mundial que antes da Segunda Guerra Mundial pertencia aos países europeus deslocou-se para outras regiões geográficas no pós-guerra, que passaram a se destacar em termos de poderio bélico e militar. Nessa nova era da política mundial, a Europa, que até então comandava o capitalismo, sendo a referência em termos de tecnologia e saber, passou a ocupar um lugar secundário.

Dado esse novo cenário, Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética iniciaram conversações diplomáticas cujos objetivos principais eram reorganizar o mundo no pós-guerra sob a hegemonia desses países, bem como estabelecer e manter a paz mundial. Essas conversações revelaram as diferentes percepções e projetos futuros dos três aliados que sua atuação conjunta no esforço de guerra encobria¹⁸. Dentre seus principais temas figurava a nova ordem econômica internacional que vigoraria no pós-guerra. As iniciativas para essa discussão partiram dos Estados Unidos e giravam em torno da:

“eliminação das barreiras ao livre fluxo de bens e serviços, da multilateralização do comércio por meio da livre convertibilidade entre as moedas dos principais países, e da criação de organismos internacionais encarregados de estabelecer as normas, os códigos de conduta e as sanções cabíveis sobre os países”¹⁹.

Nesse sentido, a diplomacia norte-americana dedicou-se à criação de organismos internacionais, cuja tarefa seria supervisionar a comunidade das nações no pós-guerra. A Organização das Nações Unidas (ONU), criada na Conferência de São Francisco, realizada em 1945, o projeto de uma organização mundial do comércio e a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, em 1944, na Conferência de Bretton-Woods, inserem-se nesse contexto. Para que esses organismos funcionassem efetivamente, os Estados Unidos esperavam contar com a colaboração tanto da Inglaterra quanto da

¹⁸ Malan, Pedro Sampaio. “Relações Econômicas Internacionais do Brasil: (1945-1964)”. In: Buarque de Holanda, Sérgio. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Vol. 4 - Economia e Cultura (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1984, pp. 53-106, p. 53-5.

¹⁹ Idem, p. 54-5.

União Soviética, o que acabou não acontecendo. Os ingleses lutariam para fazer valer seus interesses de potência imperial neste projeto, não necessariamente coincidentes com os dos EUA, enquanto a União Soviética estava mais interessada nas discussões que iriam definir as novas fronteiras geopolíticas mundiais²⁰.

No plano social, uma das principais características do imediato pós-Segunda Guerra Mundial foi a descoberta da “pobreza em massa” na Ásia, na África e na América Latina pela Europa e os Estados Unidos. Os destinos das partes ricas e pobres passaram, então, a serem vistos como estreitamente ligados, de modo que a pobreza devia ser combatida, sob pena dos níveis de instabilidade no mundo como um todo se tornarem intoleráveis. Em outras palavras, a guerra à pobreza substituiu a guerra contra o nazismo²¹.

1.1.2 – Terceiro Mundo, Guerra Fria e Desenvolvimento

A descoberta da pobreza em escala global no pós-Segunda Guerra Mundial assinalou uma importante ruptura na forma como essa realidade era concebida e tratada antes do conflito mundial²². No novo cenário, no qual a economia mundial passou a ter como pilares o dólar como moeda hegemônica, o compromisso com o desenvolvimento e a estabilidade monetária, os países pobres passaram a ser definidos tendo por base nos níveis de vida das nações mais avançadas economicamente. Segundo Escobar:

²⁰ Ibidem.

²¹ Escobar, 1995, p. 21-2.

²² De acordo com Arturo Escobar, até meados do século XIX, a preocupação dos grandes impérios coloniais com a pobreza em suas colônias estava condicionada à crença de que, mesmo se a presença do colonizador pudesse de alguma forma “iluminar” os “nativos”, muito pouco poderia ser feito em relação a sua pobreza porque seu desenvolvimento econômico era ínfimo e porque sua capacidade para a ciência e a tecnologia, as duas bases sobre as quais se assenta o progresso econômico, era vista como nula. Com a emergência do capitalismo, novos mecanismos de controle da pobreza foram criados e seu crescimento passou a ser visto como um problema social que requeria novas formas de intervenção na sociedade. Mais do que sobre a pujança industrial e tecnológica, a nascente ordem do capitalismo e da modernidade tinha como alvo políticas de pobreza que não somente criassem consumidores, mas também transformassem a sociedade. A pobreza passaria a ser, então, um objeto de conhecimento e controle (Escobar, 1995, p. 23).

“dois terços das pessoas do mundo foram transformadas em pobres em 1948, quando Banco Mundial definiu como pobres aqueles países nos quais a renda *per capita* anual era inferior a \$100. E se o problema passou a ser rendimentos insuficientes, a solução mais apropriada era claramente crescimento econômico”²³.

A maioria desses pobres localizava-se na África, Ásia e América Latina, regiões que constituíram o que se convencionou chamar de Terceiro Mundo. Já na conferência de fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), ocorrida em São Francisco, em 1945, e durante todo o restante da década de 1940, a questão da integração dessas partes do mundo na estrutura econômica e política que emergiu ao final da guerra foi tema de intensas negociações. Foi em meio a elas que conceitos como subdesenvolvimento e Terceiro Mundo, que não existiam antes de 1945, foram forjados. Esses conceitos foram um produto da atmosfera do pós-guerra, e funcionaram como ferramentas de trabalho no processo em que o Ocidente redefiniu a si mesmo e o resto do mundo. A característica principal do Terceiro Mundo era a pobreza em larga escala e as soluções para superar essa realidade eram o crescimento econômico e o desenvolvimento, que passaram a ser tomados como duas verdades universais²⁴.

No entanto, o Terceiro Mundo não era o foco de atenção dos Estados Unidos. Em consonância com seu projeto de uma economia mundial aberta e capitalista, eles estavam muito mais preocupados com a reconstrução da Europa. Como a Inglaterra era uma aliada fundamental nesse projeto²⁵, os norte-americanos defendiam, inclusive, que os países europeus mantivessem suas colônias na Ásia e na África como uma forma de continuarem tendo acesso às matérias primas dessas regiões, vistas como um elemento primordial para sua recuperação²⁶.

²³ Escobar, 1995, p. 24.

²⁴ Idem, p. 31.

²⁵ De acordo com Malan, a importância da Inglaterra nesse projeto norte-americano de uma economia mundial aberta e capitalista se devia ao fato de que “as possibilidades de liberalização em grande escala do comércio internacional dependiam crucialmente do grau de abertura do sistema de preferências imperiais em que se baseava a economia britânica e da sua aceitação do comércio multilateral através da livre convertibilidade da libra esterlina”. (Malan, 1984, p. 56).

²⁶ Maria Yedda Linhares ressalta que essa postura norte-americana de negar seu apoio aos movimentos de libertação nacional nas colônias européias na Ásia e na África estava em desacordo com a política de Roosevelt e os compromissos da Carta de São Francisco. Os Estados Unidos ainda mantinham essa postura em 1951, quando se recusaram a aceitar que a autodeterminação dos povos fosse incluída como um dos Direitos do Homem. (Linhares, 1981, p. 64).

Se os Estados Unidos demonstravam pouco interesse pelas colônias européias na Ásia e na África, sua postura em relação à América Latina não era muito diferente. Enquanto a Europa recebeu 19 bilhões de dólares do Plano Marshall²⁷, o Programa Ponto IV²⁸ destinou a essa região, no mesmo período, menos de 2% desse total, o equivalente a 150 milhões de dólares. Dada essa insuficiência de recursos, a América Latina foi instruída a buscar o capital privado, tanto internamente quanto no exterior²⁹.

A ação limitada do governo norte-americano em relação ao Terceiro Mundo só acabaria com o início da Guerra Fria, que se estendeu por cerca de quarenta anos e foi marcada por um confronto permanente entre os Estados Unidos e a União Soviética que disputaram, nesse período, uma acirrada corrida armamentista e uma intensa guerra de propaganda. Com a sua eclosão, as instituições e mecanismos criados para garantir a paz mundial, como a ONU e suas agências especializadas, acabaram servindo de palco para a batalha política entre as superpotências e seus aliados, ao invés de colaborarem na criação de uma nova e pacífica ordem internacional³⁰.

A Guerra Fria levou os Estados Unidos a voltarem suas atenções para o Terceiro Mundo. A nova realidade de competição e conflito entre as duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial fez com que o mundo ocidental capitalista aceitasse como um dado comum que se os países pobres não fossem resgatados de sua

²⁷ Formulado em 1945, o Plano Marshall tinha como objetivo ajudar economicamente as “nações sob ameaça”, incluindo-se aí os países da Europa Oriental, além de financiar a reconstrução da parte ocidental do continente. Segundo Malan, com esse Plano os Estados Unidos finalmente conseguiram articular suas demandas políticas e econômicas no pós-Segunda Guerra Mundial: “por seu intermédio, os EUA não só assumiam oficialmente o papel de conter militarmente o que era visto como insaciável expansionismo soviético como também aceitavam adiar, para após a reconstrução européia – protegida por barreiras não tarifárias e controles cambiais -, o projeto formal de integração do capitalismo à escala internacional através da livre convertibilidade entre as moedas dos principais países”. (Malan, 1984, p. 56).

²⁸ Em 1949, o Plano Marshall já havia alcançado um grande sucesso na restauração da economia européia. A atenção voltou-se, então, para os problemas de longa data de assistência para o desenvolvimento econômico de áreas subdesenvolvidas. No quadro dessa mudança foi elaborado o Programa Ponto IV do presidente Truman. Esse programa envolvia a aplicação nas áreas pobres do mundo do que se considerava as duas forças vitais para o desenvolvimento: tecnologia moderna e capital. Entretanto, esse plano envolveu muito mais assistência técnica do que capital, na esperança de que isso promovesse progresso a um baixo preço. Em maio de 1950, um Ato para o Desenvolvimento Internacional foi aprovado no Congresso norte-americano, dando autoridade para providenciar e exportar uma variedade de atividades de cooperação técnica internacional. Em outubro do mesmo ano, a Technical Cooperation Administration (TCA) foi estabelecida dentro do Departamento de Estado com a tarefa de implementar novas políticas. Em 1952, essas agências conduziram operações em praticamente todos os países da América Latina, bem como em alguns países da África e da Ásia (Escobar, 1995, p. 36).

²⁹ Escobar, 1995, p. 33.

³⁰ Moura, Gerson. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1990, p. 18-20.

pobreza, eles fatalmente sucumbiriam ao comunismo. O desenvolvimento econômico passou a ser visto, então, como um meio de conter o avanço dessa ideologia.

Na Ásia e na África, a política de incentivo ao desenvolvimento econômico foi acelerada pela radicalização dos movimentos anti-coloniais que, ao levarem ao fortalecimento de setores nacionalistas de esquerda e à estratégia do não-alinhamento, ameaçavam a posição de liderança dos Estados Unidos. Nesse sentido, a postura em defesa da existência de colônias representava um “perigo para a estratégia do capitalismo na Guerra Fria: o suporte que poderia ser dado a esses países pela União Soviética”³¹.

Na América Latina, as políticas de desenvolvimento econômico foram impulsionadas pelo nacionalismo, cuja emergência deve ser entendida no quadro das profundas mudanças pelas quais esta região estava passando desde as décadas de 1910 e 1920, decorrentes da crise do capitalismo mundial (Primeira Guerra Mundial, Crise de 1929 e Segunda Guerra Mundial). Aceleradas a partir da década de 1930, essas mudanças revelaram as limitações estruturais da dependência econômica, assim como as possibilidades que se abriam à região devido às rupturas estruturais e à liberação das forças produtivas. Nesse sentido, o nacionalismo foi se tornando um componente cada vez mais importante da vida política, econômica, social e cultural da América Latina, constituindo-se em uma série de esforços dos países dessa região para reerguer suas economias nacionais de um modo mais autônomo do que antes, através do incentivo do Estado à industrialização e do emprego de técnicas de planejamento³². Essa nova orientação ameaçava a crescente ascendência que os Estados Unidos tinham sobre essa região desde o início do século XX.

O crescimento do nacionalismo nas esferas política e econômica na América Latina levou os Estados Unidos a adotarem uma estratégia de negociação global com os países dessa região. Nesse contexto, foram realizadas três conferências interamericanas: Chapultepec, México (1945); Rio de Janeiro (1947) e Bogotá (1948). Nelas, a diplomacia norte-americana procurou explicitar as novas regras do jogo, negociando com os países latino-americanos sua adesão ao bloco capitalista. No entanto, os objetivos militares e de

³¹ Linhares, 1981, p. 65.

³² Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 59.

segurança dos norte-americanos se chocaram com as metas econômicas e sociais expressas pelos representantes da América Latina³³.

Isso ficou evidente na Conferência de Chapultepec, realizada entre fevereiro e março de 1945 com o objetivo de estabelecer a posição da América Latina na nova ordem internacional. Nessa ocasião, alguns presidentes latino-americanos procuraram salientar a importância da industrialização para a consolidação da democracia em seus países, conclamando o governo dos Estados Unidos a ajudá-los com um programa de transição econômica da produção de matérias-primas para o esforço de guerra para a produção industrial. Os delegados norte-americanos, por sua vez, insistiram sobre questões de defesa hemisférica, reduzindo a ajuda econômica como uma forma de aviso para que os países latino-americanos abandonassem o “nacionalismo econômico”³⁴.

Na Conferência do Rio de Janeiro, ocorrida de 15 de agosto a 2 de setembro de 1947, no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, as divergências se acirraram. Refletindo a política do governo Truman para a América Latina, sua principal consequência foi a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), cujo cerne era a afirmação de que “um ataque armado de qualquer Estado contra um Estado americano será considerado como um ataque contra todos os estados americanos”³⁵.

As demandas da América Latina por desenvolvimento econômico também se fizeram sentir na IX Conferência Internacional dos Estados Americanos, realizada em Bogotá, em abril de 1948, e que marcou a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA)³⁶. Nela, os países latino-americanos defenderam a necessidade de superarem sua condição de países agroexportadores e ampliarem o alcance do seu processo de industrialização. Nesse sentido, conclamavam a cooperação norte-americana, sobretudo no que tange a:

³³ Escobar, 1995, p. 29.

³⁴ Ibidem.

³⁵ Moura, 1990, p. 53-4

³⁶ A função da OEA era normatizar as relações entre os Estados americanos em termos de direitos e deveres, garantir a via pacífica para a resolução de suas discordâncias e estabelecer princípios de cooperação econômica. (Moura, 1990, p. 57-8).

“(1) empréstimo a longo prazo para o estabelecimento de projetos de desenvolvimento econômico; (2) aceitação da necessidade de políticas protecionistas para suas indústrias recém-estabelecidas; (3) facilidades para exportações mais diversificadas e estáveis com o resto do mundo”³⁷.

Em um primeiro momento, o governo norte-americano posicionou-se contra essas reivindicações, baseando-se nos princípios de livre comércio que haviam sido acordados em Chapultepec. Entretanto, ele não podia, no contexto da Guerra Fria, ignorar as necessidades de seus aliados no continente, sob pena de ver a influência soviética crescer nessa região. Dessa forma, na Conferência de Bogotá elaborou-se um “Acordo Econômico” que procurou articular as duas posições, conjugando os princípios de liberdade econômica com a agenda para o desenvolvimento que os países latino-americanos tentavam ver reconhecida desde Chapultepec³⁸. Aceitar as demandas econômicas da América Latina foi a forma que o governo norte-americano encontrou de manter a unidade continental³⁹.

As conferências interamericanas, que marcaram a adesão dos países latino-americanos ao bloco político-militar liderado pelos Estados Unidos, assinalaram um aumento da preocupação norte-americana com a América Latina. Elas nos mostram que, com o advento da Guerra Fria e o conseqüente medo de um avanço do comunismo, essa região, longe de ser apenas uma periferia, tornou-se central para a rivalidade entre as superpotências e a possibilidade de uma confrontação nuclear. Nesse contexto, a agenda social e nacionalista dos países latino-americanos cumpriu um papel importante na implementação de políticas de desenvolvimento, pois fez com que os Estados Unidos voltassem suas atenções para a América Latina, alterando sua política externa para essa região. A ajuda econômica norte-americana aos países latino-americanos deve ser entendida nesse contexto. Foi a forma que os Estados Unidos encontraram para continuarem tendo acesso às matérias primas essenciais da América Latina, das quais sua economia dependia, e de garantir a adesão desses países ao seu bloco político-econômico no cenário de crescentes hostilidades entre as superpotências.

³⁷ Moura, 1990, p. 57-8.

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ Escobar, 1995, p. 29.

A concepção da idéia de desenvolvimento no pós-Segunda Guerra Mundial, então, nada teve de espontânea, estando ligada aos interesses da potência hegemônica no Ocidente que objetivava, em curto prazo, estender essa hegemonia ao resto do planeta. Em um cenário marcado pela Guerra Fria, pela crença de que crescimento econômico pressupunha uma contínua ligação dos países pobres com os ricos e no qual a posição de liderança que os Estados Unidos almejavam alcançar no Terceiro Mundo estava ameaçada, este país moldou habilmente o tema do desenvolvimento de acordo com seus interesses. Essa idéia passou a significar um caminho que a humanidade deveria trilhar rumo a conquistas que caracterizavam as sociedades “avançadas” da época, dentre as quais podemos destacar: industrialização, urbanização, modernização da agricultura, infraestrutura, aumento da oferta de serviços sociais, altos padrões de produtividade material e elevados níveis de qualidade de vida⁴⁰. O desenvolvimento foi visto, então, como um processo de transição.

Alguns elementos ajudariam a viabilizar esse percurso. Um deles foi o surgimento de aparatos específicos, estatais ou internacionais, cuja finalidade era planejar os rumos da modernização⁴¹. Por iniciativa governamental foram criadas nos países industrializados grandes corporações e companhias de utilidade pública, como o Tennessee Valley Authority (TVA), por exemplo. Seguindo o modelo da TVA, um número razoável de corporações voltadas para o desenvolvimento regional nasceu na América Latina e em outras partes do Terceiro Mundo. Modelos de planejamento nacional, regional e setorial se tornaram essenciais para a amplitude e o funcionamento do desenvolvimento⁴².

⁴⁰ Sobre esse ponto ver o discurso de posse de Harry Truman na presidência do Estados Unidos, pronunciado em janeiro de 1949, no qual ele sintetizou os princípios que deveriam orientar a reconstrução do mundo no pós-Segunda Guerra Mundial. Parte desse discurso foi transcrita em: (Escobar, 1995, p. 3).

⁴¹ Esse fenômeno estava ligado à experiência de intervenção estatal na economia, que aumentou depois da crise de 1929, e principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial, quando a crença na necessidade de algum tipo de planejamento econômico ou de ação governamental na economia se tornou generalizada. A experiência de planejamento econômico durante o New Deal, legitimada pelo keynesianismo, foi um importante impulso nesse sentido. D`Araújo, Maria Celina. “A Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 7, número 19, junho de 1992, pp. 40-55, p. 43-5).

⁴² D`Araújo, 1992, p. 43-5.

Outro elemento que teve um importante papel na elaboração e na justificação do desenvolvimento foi uma valorização da ciência e da tecnologia⁴³ como ferramentas de transformação da realidade social. No cenário do pós-guerra, elas passaram a ser vistas como os dois principais fatores capazes de tirar a idéia de desenvolvimento do campo do discurso para colocá-la em ação. Por meio da ciência e da tecnologia, as sociedades avançadas da época buscavam reunir condições para multiplicar pelo planeta todos os elementos característicos do capitalismo industrial. Como afirma Maio, “os afazeres científicos não seriam mais vistos apenas como instrumentos de civilização. Assumiriam funções estratégicas nas esferas do desenvolvimento econômico e do planejamento”⁴⁴. Desse modo, os países subdesenvolvidos deveriam receber conhecimentos e tecnologias no sentido de superarem seu “atraso”, o que preencheria os “fossos” entre as nações, levando ao rompimento dos então chamados “círculos de pobreza”⁴⁵.

Randall Packard salienta, contudo, que apesar do pós-Segunda Guerra Mundial ter assinalado uma nova fase na relação de dependência entre os Estados Unidos e a Europa, de um lado, e suas colônias e ex-colônias de outro, os interesses econômicos e políticos das nações industrializadas continuaram sendo os principais componentes por trás de sua intenção de transformarem o Terceiro Mundo. Nesse contexto, mesmo os “parceiros para o progresso” - governantes dos países pobres que apoiavam as políticas de desenvolvimento das nações ricas em seus países – permaneceram em uma situação bastante desigual em relação aos seus colegas dos países industrializados, com níveis de informação, conhecimento, tecnologia e especialização se movendo predominantemente do mundo desenvolvido para o subdesenvolvido. Apesar dessa situação, Packard chama a atenção

⁴³ Tecnologia era entendida nessa época não apenas como progresso material, mas também como um senso de direção e significância a esse progresso. No vasto campo da sociologia da modernização, tecnologia era teorizada como um tipo de força moral que operaria criando uma ética de inovação, rendimento e resultado. A tecnologia contribuiu então para a extensão planetária de ideais modernos. O conceito de transferência de tecnologia nessa época se tornou um importante componente de projetos de desenvolvimento. Essa transferência não girava em torno apenas de elementos técnicos mas também de fatores sociais e culturais. Tecnologia era vista como neutra e inevitavelmente benéfica, e não como um instrumento para a criação de uma ordem cultural e social. (Escobar, 1995, p. 36)

⁴⁴ Maio, Marcos Chor. “A tradução local de um projeto internacional: a Unesco, o CNPq e a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia”. In: Faulhaber, P.; Toledo, P. M. (orgs.). *Conhecimento e Fronteira: história da ciência na Amazônia*. Brasília/Belém: Museu Goeldi/Parelo 15, 2001, pp. 975-1017, p. 51.

⁴⁵ Escobar, 1995, p. 4.

para um ponto importante: o fato dos governantes dos países pobres terem se apropriado do desenvolvimento para racionalizar políticas e programas nacionais⁴⁶.

O caso brasileiro é um exemplo típico de uma tentativa nesse sentido. É dele que nos ocuparemos agora.

1.2 - A recepção da idéia de desenvolvimento no Brasil

1.2.1 – Raízes de um projeto de desenvolvimento nacional

Se o desenvolvimento do Terceiro Mundo constituiu-se em um ponto importante da agenda internacional no pós-Segunda Guerra Mundial, no Brasil essa discussão já se desenrolava desde antes do conflito mundial. Maria Helena Capellato situa no período do Estado Novo o início da implementação de um projeto de desenvolvimento para o país que serviu de base para as políticas implementadas durante o governo Vargas. No seu entendimento, esse projeto “procurou priorizar o avanço do setor industrial com a participação do Estado”⁴⁷. Eli Diniz traz um aspecto importante para esse ponto ao afirmar que iniciativas nessa direção partiram “do esquema de alianças políticas que se estruturaria ao longo do período”⁴⁸. Nesse sentido, ela se enquadra em um grupo de pesquisadores que consideram importante a análise da dinâmica das relações de poder em qualquer tentativa de explicar o surto de desenvolvimento que o país viveu durante o governo Vargas. Autores como Luciano Martins⁴⁹ e o norte-americano John Wirth⁵⁰, que sublinham em

⁴⁶ Packard, Randall. “Visions of Postwar Health and Development and their impact on Public Health Interventions in the developing World”. In: Cooper, Frederick; Packard, Randall (org.). *International development and the Social Sciences: essays on the history and politics of knowledge*. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press, 1997, p. 93.

⁴⁷ Capellato, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo”. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano (Vol. 2) – o tempo do nacional- estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 118. Outros pesquisadores, no entanto, como Maria Antonieta Leopoldi, defendem que esse projeto nunca existiu, tendo sido construído em cima de acontecimentos, respondendo aos desafios conjunturais e às várias demandas econômicas e políticas, só sendo possível compreendê-lo numa perspectiva histórica. (Leopoldi, Maria Antonieta. “A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência”. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano (Vol. 2) – o tempo do nacional- estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 248).

⁴⁸ Diniz, Eli. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978, p. 50.

⁴⁹ Martins, Luciano. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

suas análises o papel desempenhado por grupos técnicos ligados à burocracia civil e militar do Estado na modernização e industrialização do país.

O elemento novo trazido por Diniz a essas análises é o papel de destaque que ela atribui à elite industrial, que ao lado das elites técnica e política, também se constituiu em um importante agente de modernização do país⁵¹. Ao lado do papel desempenhado pela elite industrial brasileira na promoção do desenvolvimento, Alzira Alves de Abreu destaca outros elementos típicos da época que também foram vistos como meios de alcançar rapidamente o desenvolvimento industrial e de solucionar os problemas sociais. De acordo com ela, a centralização do poder e o planejamento da economia foram identificados no país durante a Segunda Guerra Mundial como os fatores que levaram os nazi-fascistas e os bolcheviques a alcançarem diversas vitórias⁵². Nesse ponto, ela recupera a análise de Octavio Ianni, para quem a utilização de técnicas de planejamento como instrumento de ação política estatal começou a ser incorporada pelo poder público, no Brasil, nos anos da Segunda Guerra Mundial. De acordo com ele, nesse período a planificação passou a ser vista pelos governantes como uma técnica ‘mais racional’ para organizar informações, analisar problemas, tomar decisões e controlar a execução de políticas econômico-financeiras⁵³.

Nesse contexto, além dos administradores públicos, setores do empresariado nacional, políticos e intelectuais passaram a defender uma política que congregasse desenvolvimento industrial e planificação da economia. No entendimento desses grupos, a concretização dessa política seria inviável sem o apoio do governo, dada a fraqueza do

⁵⁰ Wirth, John D. *A Política do Desenvolvimento na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, 1973.

⁵¹ Para Diniz, “se é verdade que, no período pós-30, o governo não possuía uma política para a área industrial, é também verdade que o anti-industrialismo não pôde manter-se como orientação preponderante, tal como ocorrera nas décadas anteriores. Além dos abalos sofridos por nosso comércio externo de produtos primários, certamente a atuação do setor industrial exerceu alguma influência no jogo das pressões que permitiram a remoção de obstáculos dessa natureza”. (Diniz, 1978, p. 50-1).

⁵² Abreu, Alzira Alves de. “O Nacionalismo de Vargas Ontem e Hoje”. In: D’Araújo, Maria Celina (org.), *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Editora FGV, 1999, p. 120.

⁵³ Ianni argumenta que, “nesses anos discutiram-se (em âmbito governamental e empresarial, em termos técnico-científicos e políticos) a conveniência, os limites e os riscos da adoção dessa técnica. Analisaram-se, então, os argumentos relacionados com questões tais como as seguintes: a crescente interferência estatal nas decisões sobre assuntos econômico-financeiros; adoção e a elaboração da política econômica governamental planificada; o papel do poder público na criação de condições (financeiras, técnicas, jurídicas etc.) para a expansão e a diversificação do setor privado da economia do país; as novas exigências econômicas da defesa nacional. Não se pense, todavia, que esses problemas foram propostos de uma só vez e em nível teórico. Ao contrário, eles se colocaram de modo ‘desordenado’ e em função de dilemas práticos”. (Ianni, 1971, p. 43-4).

empresariado nacional que não dispunha de capitais nem de tecnologia para levar à frente tal projeto de desenvolvimento econômico. Então, lideranças empresariais aproximaram-se dos grupos que detinham o poder e, por meio de suas organizações de classe, tomaram a iniciativa de formular propostas que visavam ao fortalecimento da empresa nacional privada, com forte participação governamental. Foi em meio a esse processo que, como defende Diniz, a elite industrial apresentou algumas diretrizes para o debate sobre o caminho desenvolvimentista que o país devia trilhar: país agroexportador ou país industrial⁵⁴.

A industrialização do país havia ganhado um grande impulso durante o conflito mundial. Na impossibilidade de continuarem importando produtos manufaturados, as indústrias já existentes fizeram um esforço suplementar com vistas a atender às demandas do mercado interno. Dentre aquelas que mais cresceram nesse momento, figuram a indústria têxtil, que além de abastecer o mercado interno passou também a exportar seus produtos para outros países da América Latina e a África do Sul; as indústrias metalúrgicas, mecânicas e de cimento⁵⁵. Ao mesmo tempo em que esses setores cresciam, houve também um aumento expressivo das exportações brasileiras, sobretudo de matérias-primas relacionadas ao esforço de guerra.

O término da guerra, contudo, não alterou a percepção das autoridades políticas brasileiras, que continuaram acreditando que o modelo de colaboração econômica vigente durante o conflito mundial entre Brasil e Estados Unidos - cuja materialização foi a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda - ainda vigorava⁵⁶. Os industriais brasileiros, por sua vez, possuíam outro entendimento sobre o contexto econômico mundial: eles esperavam uma ofensiva dos produtos americanos, já que o país dispunha de reservas cambiais, tornando-se assim, um bom alvo para o comércio exportador dos EUA. De acordo com Gerson Moura:

⁵⁴ Diniz, 1978, p. 52.

⁵⁵ Abreu, 1999, p. 120.

⁵⁶ Moura, 1990, p. 72.

“As autoridades americanas estavam bem conscientes de que os países latino-americanos tiveram suas balanças comerciais enormemente aumentadas durante a guerra e demandariam bens de consumo em escala crescente depois da guerra. Por isso, tratavam de assegurar a exclusividade desses mercados para a indústria norte-americana. Havia pouquíssimo espaço na política econômica do governo Roosevelt para o desenvolvimento industrial da América Latina”⁵⁷.

Diante desse quadro, e tendo a frente líderes com assento nos conselhos estatais, como Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen - então presidente Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e membro do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial - os industriais tornaram público o seu projeto econômico para o Brasil no pós-guerra. De acordo com Leopoldi:

“para escapar a essa perigosa ofensiva comercial dos Estados Unidos, [eles] propunham que o governo brasileiro destinasse as reservas cambiais do país para a importação de equipamentos e insumos necessários à indústria, selecionando as importações essenciais”⁵⁸.

Esse posicionamento da liderança industrial motivou o debate travado no Conselho de Planejamento Econômico, em 1945, entre Roberto Simonsen, de um lado, e o engenheiro e economista Eugênio Gudín, professor de Finanças da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro, delegado do Brasil na Conferência de Bretton Woods e representante de empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos. Essa divergência tornou-se o símbolo das duas propostas para as políticas de desenvolvimento do pós-guerra. Simonsen defendia a via keynesiana, na qual o Estado investidor e empresário estimularia o desenvolvimento econômico - através das tarifas e do câmbio - e defenderia a produção nacional da concorrência externa. Gudín, por sua vez, dava voz e vida à linha anti-keynesiana⁵⁹.

⁵⁷ Idem, p. 72-3.

⁵⁸ Leopoldi, 2003, p. 279

⁵⁹ Ibidem.

No plano econômico, o debate entre Gudin e Simonsen deu origem a duas correntes de pensamento relacionadas à orientação que deveria ser dada ao desenvolvimento brasileiro. Já claramente identificadas na década de 1940, essas correntes receberiam, nas décadas seguintes, as designações de neoliberal e desenvolvimentista⁶⁰.

Para os neoliberais⁶¹, o desenvolvimento brasileiro deveria apoiar-se em um maior incentivo às atividades agrícolas, com o aumento e a diversificação da produção, o que abriria caminho para o crescimento do volume das exportações. Nessa primeira fase, eles mostravam-se contrários à industrialização do país, considerando-a inviável sem a proteção do Estado. Na ótica neoliberal, o incentivo estatal a uma indústria que produzia mercadorias bem mais caras do que as vendidas no exterior representava um estímulo a um tipo de industrialização ineficiente e artificial. Para essa corrente, a indústria nacional só deveria ser estimulada se tivesse a capacidade de produzir mercadorias capazes de competir no mercado internacional, o que não era o caso naquele momento. Em relação ao capital estrangeiro, esse grupo afirmava que ele era indispensável para um país subdesenvolvido como o Brasil, no qual, dado os baixos níveis de consumo, não havia possibilidade de capitalização interna. As experiências de planejamento econômico também eram criticadas pelos neoliberais, fossem elas os planos quinquenais soviéticos, fosse o *New Deal* norte-americano. Aos seus olhos, esses planos constituíam-se em técnicas socializantes, pois eliminavam a liberdade de concorrência. Em suma, se o objetivo era o desenvolvimento do país, deveriam ser criadas condições favoráveis ao ingresso de tecnologia e capitais estrangeiros, o que levou os neoliberais a pressionarem o governo no sentido da liberação das importações, tanto de bens de consumo quanto de

⁶⁰ Ricardo Bielschowsky identificou cinco correntes do pensamento econômico entre as décadas de 1930 e 1960: neoliberalismo, desenvolvimentismo do setor público “não nacionalista”, desenvolvimentismo do setor público nacionalista, desenvolvimentismo do setor privado e socialismo. Dessas correntes, o neoliberalismo e o desenvolvimentismo nacionalista foram as que exerceram maior influência no pensamento econômico brasileiro nesse período. (Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 33-7).

⁶¹ De acordo com Bielschowsky, o prefixo “neo” tem um significado muito preciso: “representa o fato de que os liberais brasileiros, em sua maioria, passavam a admitir, na nova realidade pós-1930, a necessidade de alguma intervenção estatal saneadora de imperfeições do mercado, que, segundo reconheciam, afetavam economias subdesenvolvidas como a brasileira. A posição é análoga à dos liberais que fizeram concessões ao keynesianismo, admitindo medidas anti-cíclicas como forma de recondução de economias desenvolvidas à situação em que, segundo acreditavam, os mecanismos de mercado podem voltar a garantir equilíbrio e eficiência”. (Bielschowsky, 2000, p. 37)

equipamentos industriais, que a guerra havia impedido que fossem substituídos⁶². De acordo com Bielschowsky, três aspectos fundamentais caracterizavam o posicionamento dos economistas da corrente neoliberal no Brasil:

“a) eram partidários do princípio de redução da intervenção do Estado na economia brasileira; b) manifestavam-se continuamente a favor de políticas de equilíbrio monetário e financeiro, evitando a discussão dos seus efeitos sobre o nível de renda e emprego; e c) não propunham medidas de suporte ao projeto de industrialização e eram frequentemente contrários a essas medidas”⁶³.

Os desenvolvimentistas⁶⁴, por sua vez, defendiam uma política de desenvolvimento voltada para o aumento da produção de bens de consumo, a expansão do mercado interno e o crescimento da renda nacional, tudo isso baseado em uma maior intervenção do Estado na economia como forma de garantir a expansão industrial. Também eram a favor da planificação da economia de modo a garantir a intensificação da industrialização, o aperfeiçoamento dos meios de transporte e a introdução no país de técnicas que tornassem a agricultura mais moderna. Para esse grupo, a industrialização deveria ser iniciada com a implantação de indústrias chaves, como a metalúrgica e a química, por exemplo. Tal programa necessitaria de financiamento, que na opinião dos desenvolvimentistas deveria ser buscado nos Estados Unidos. Quanto ao Estado, seu papel seria intervir, mas só depois de consultadas as entidades das classes produtoras, de modo que não se prejudicassem as atividades privadas já em curso no país. A intervenção do Estado deveria se dar somente nos setores nos quais a iniciativa privada se mostrasse ausente ou ineficiente⁶⁵.

⁶² Para uma discussão sucinta tanto das idéias defendidas pelos neoliberais quanto daquelas defendidas pelos desenvolvimentistas, ver: Abreu, 1999; Leopoldi, 2003. Para uma análise dessas e de outras correntes do pensamento econômico brasileiro, ver: Bielschowsky, 2000.

⁶³ Bielschowsky, 2000, p. 37-38.

⁶⁴ O termo “desenvolvimentistas” refere-se, nessa análise, a um grupo que tinha como traços de união fundamentais um projeto comum de formar um capitalismo industrial moderno no país e a expectativa geral de que, para esse fim, era necessário planejar a economia e recorrer a diferentes formas de intervenção. Para uma discussão dos fatores que diferenciavam o desenvolvimentismo do setor público “não nacionalista”, o desenvolvimentismo do setor público nacionalista e o desenvolvimentismo do setor privado governamental, ver: Bielschowsky, 2000, p. 77.

⁶⁵ Bielschowsky, 1995. D’Araújo, 1999. Leopoldi, 2003.

Apesar de ter se iniciado no Estado Novo, esse debate - que influenciaria os rumos da economia nacional no pós-Segunda Guerra Mundial - só pôde acontecer em toda sua plenitude após a redemocratização do país. Devido às mudanças que a sociedade brasileira estava atravessando nesse período, discussões como essa puderam ser travadas publicamente, e não mais somente entre a burocracia estatal.

1.2.2 – O debate sobre o desenvolvimento nacional no cenário político-econômico brasileiro na virada dos anos 1940 / 1950

Com a redemocratização do país e a deposição de Vargas em 1945, o Executivo federal foi entregue a José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), que governou o país até janeiro de 1946. Sob seu governo realizaram-se, em 2 de dezembro, as eleições para a presidência da República, vencidas pelo general Eurico Gaspar Dutra.

No plano econômico, o governo Dutra foi marcado por uma frustração progressiva das expectativas em relação a um incremento da cooperação econômica com o governo norte-americano, que havia marcado os anos de guerra. Com o término do conflito mundial, as prioridades econômicas dos Estados Unidos haviam se deslocado para outras partes do mundo. Mesmo ciente desse novo cenário, o Brasil apostava no caráter político dessa ajuda financeira, considerando-se, assim, um caso especial, devido a sua lealdade no esforço de guerra. Rapidamente essas expectativas se mostrariam infundadas. Ainda em 1946, os EUA responderam oficialmente às solicitações do governo brasileiro nos seguintes termos:

“a) o Brasil deveria procurar ampliar suas fontes internas de financiamento antes de solicitar ajuda do governo norte-americano: b) o Brasil deveria distinguir entre seus programas de reequipamento e seus programas de desenvolvimento. Os gastos com os primeiros deveriam ser considerados como importações deferidas e financiadas com as amplas reservas internacionais acumuladas nos anos de guerra; c) para os programas de desenvolvimento, o interlocutor deveria ser não o governo norte-americano, mas a instituição multilateral especialmente criada para tal fim – o Banco Mundial e d) de qualquer forma, o Brasil deveria ter presente que seu desenvolvimento, em última análise, dependeria da habilidade de criar um clima favorável ao ingresso de capitais privados”.⁶⁶

Diante dessas recomendações, a primeira fase do governo Dutra desenrolou-se sob a égide neoliberal, pois a orientação das políticas adotadas coincidia com muitas das medidas defendidas por Gudin⁶⁷. Comprometidas que estavam com essa doutrina econômica e com o projeto norte-americano de uma economia mundial aberta, as autoridades monetárias eliminaram várias restrições à saída de divisas do país, na perspectiva de estimular novos ingressos de capitais privados no futuro, quando, como afirma Malan, “uma análise mais cuidadosa, não só da situação internacional como da composição das reservas e da estrutura do comércio internacional do Brasil, teria aconselhado uma atitude mais cautelosa”⁶⁸. Os responsáveis pela política econômica do governo Dutra depositaram uma vasta confiança em uma “política liberal de câmbio que, em estimulando as saídas de capital, pudesse estimular também ingressos brutos em proporção ainda mais significativas no futuro”. Entretanto, como não haviam capitais no países europeus, o que aconteceu na realidade foi uma grande fuga de divisas do país⁶⁹.

Assim, a orientação liberal que o governo imprimiu ao comércio exterior rapidamente se revelou desastrosa para a economia do país. Graças a sua implementação, “as reservas cambiais que, em 1945, totalizavam US\$ 708 milhões, foram virtualmente dissipadas depois de ano e meio”⁷⁰. Além disso, ela gerou uma grave crise cambial em 1947, que obrigou o governo a adotar o controle das importações, o que acabou, por sua

⁶⁶ Malan, 1984, p. 62-4).

⁶⁷ Leopoldi, 2001, p. 279.

⁶⁸ Malan, 1984, p. 64-5.

⁶⁹ Idem, p. 65.

⁷⁰ Skidmore, 1976, p. 97.

vez, servindo de estímulo para o desenvolvimento industrial⁷¹. A partir dessa crise, a economia do governo Dutra entraria em uma outra fase, marcada pela “reintrodução de controles cambiais, (...) o aceleração da ‘industrialização espontânea’ e uma inclinação para formas rudimentares de planejamento geral dos gastos federais”⁷².

A transição de uma fase para outra foi marcada pelo Plano SALTE, apresentado pelo presidente ao Congresso Nacional em 10 de maio de 1948 através da Mensagem Presidencial n. 196. A designação “SALTE” foi tirada das iniciais dos quatro principais problemas que esse plano se propunha a resolver: saúde (S), alimentação (AL), transporte (T) e energia (E). Aprovado pelos parlamentares após dois anos de tramitação (Lei n. 1.102, de 18 de maio de 1950), esse plano nunca foi inteiramente implementado⁷³. Apesar disso, constituiu-se “em uma primeira tentativa de coordenação dos gastos públicos, dentro de um plano quinquenal, [constituindo-se no] máximo que o governo Dutra conseguiu para se aproximar de um planejamento em escala nacional”⁷⁴. Sua elaboração estava em sintonia com a nova Constituição do país, promulgada em setembro de 1946, e marcada por expressões como “desenvolvimento”, “valorização” e “aproveitamento das possibilidades econômicas”. A questão do planejamento foi privilegiada na nova carta constitucional, com nada mais nada menos do que 14 de seus artigos versando, direta ou indiretamente, sobre a obrigação que o governo tinha de planejar⁷⁵.

O novo cenário econômico do país gerou a necessidade de uma grande acumulação de capitais e de novas técnicas produtivas, levando o processo de industrialização brasileira

⁷¹ Malan explica essa crise argumentando que, com Dutra “vieram assessores de orientação neoliberal, afinados com as diretrizes americanas para o comércio internacional. Dutra estabeleceu a liberdade cambial, suspendendo os controles de importações. Era o que desejavam os exportadores dos Estados Unidos, ansiosos em busca de novos mercados. A liberdade cambial era também a expectativa de setores médios e altos das grandes cidades brasileiras, cuja demanda contida almejava pelos bens de consumo, tais como automóveis, geladeiras, eletrodomésticos, entre outros”. Essa reorientação da economia nacional, contudo, provocou um grande aumento das importações brasileiras a partir de 1946, que “cresceram tanto a ponto de causar uma grave crise cambial no início de 1947. O déficit da balança comercial, que em 1946 atingira 45 milhões de dólares, avançou para 300 milhões em 1947. Cerca de 60% dos bens importados vinham dos Estados Unidos. Com as moedas inconversíveis presas na Europa e as moedas conversíveis indo embora pelo excesso de importações, não havia outra opção para a política cambial senão a volta ao controle rígido das importações, o que aconteceu a partir de junho de 1947. O experimento liberal durara pouco e deixara resultados lamentáveis”. (Malan, 1984, p. 53-106).

⁷² Skidmore, 1976, p. 96.

⁷³ Calicchio, Vera. “Plano Salte”. In: Abreu, Alzira Alves de et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001.

⁷⁴ Skidmore, 1976, p. 99.

⁷⁵ D’Araújo, 1992, p. 43.

a entrar na fase de produção de bens intermediários e de bens de capital. Essa mudança provocou um realinhamento das posições ideológicas acerca do tipo de desenvolvimento a ser adotado. Se durante a década de 1940 o debate entre neoliberais e desenvolvimentistas girava, segundo Abreu, em torno de temas como “o significado do subdesenvolvimento e os meios de ultrapassá-lo, a necessidade ou não de um maior esforço para acelerar a industrialização do país, a utilização de técnicas de planejamento e a intervenção do Estado na economia”⁷⁶, em um segundo momento, a partir da década de 1950, as divergências se ampliaram, provocando um recrudescimento do antagonismo entre os seguidores de Gudin e os de Simonsen.

Essas mudanças nas condições estruturais do desenvolvimento também provocaram importantes transformações nas formulações teóricas dos desenvolvimentistas. Para tanto, em muito contribuiu a influência da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada no final da década de 1940. O Brasil era um foco de atenção permanente da CEPAL, que apesar de sediada no Chile, abriu um escritório no Rio de Janeiro em 1948 e realizou no país sua V Rodada de sessões, em 1953⁷⁷.

A CEPAL identificava na aceleração do processo de industrialização o elemento fundamental de mudança social, capaz de levar os latino-americanos a superarem seu estágio de subdesenvolvimento. Para os teóricos “cepalinos”, a produção de bens industriais, mesmo que a um custo mais elevado do que nos países desenvolvidos, seria benéfica, dado os limites da capacidade de importação dos países subdesenvolvidos. Essa produção, além de suprir as necessidades do mercado interno, levava ao aproveitamento da mão-de-obra excedente da agricultura, contribuindo, desse modo, para uma ampliação do mercado consumidor interno e propiciando uma alta nos salários do setor agrícola. Para essa intensificação do processo industrial, a CEPAL defendia que fossem utilizados investimentos estrangeiros para complementar os capitais internos. Por outro lado, seus estudos defendiam a necessidade de um planejamento econômico para ordenar o processo de substituição de importações e garantir o desenvolvimento com redução do coeficiente de importações⁷⁸.

⁷⁶ Abreu, 1999, p. 123.

⁷⁷ Leopoldi, 2001, p. 278.

⁷⁸ Abreu, 1999, p. 123-4.

Essa questão da participação ou não de capitais e de tecnologia estrangeiros no desenvolvimento se tornou polêmica no interior do próprio grupo desenvolvimentista, constituindo-se em um dos pontos principais de uma nova clivagem que, de acordo com Abreu, motivou o surgimento de duas vertentes. A primeira era a vertente nacionalista, que defendia uma forte participação do Estado na economia, seja nos setores de infra-estrutura, seja nos setores produtivos, nos quais o capital privado não tinha possibilidades de se lançar. A questão-chave para esse grupo era quebrar os obstáculos à industrialização, que eles relacionavam à ação de grupos estrangeiros e seus aliados nacionais, cujo objetivo seria manter o país permanentemente fora do circuito de industrialização⁷⁹.

No plano político, os nacionalistas defendiam a formação de uma ampla frente política, que garantisse uma retaguarda ao Estado e ao empresariado nacional para que eles resistissem à imposição de controles externos no processo industrial. A promessa de que só o “desenvolvimento nacional”, conseguiria, posteriormente, integrar as camadas populares ao processo econômico dinâmico, uma vez que os frutos desse desenvolvimento ficariam no país, deveria mobilizar as massas urbanas para se aglutinarem nessa frente. De acordo com o Abreu, “daí falarem os nacionalistas em nome da nação abstraindo as diferenças e conflitos de classe. O nacionalismo, nesse contexto, significava a defesa de uma política de melhor distribuição da riqueza nacional, capaz de eliminar a pobreza e a desigualdade social”⁸⁰.

A outra vertente desenvolvimentista que surgiu nesse momento, ao contrário, defendia a participação de capitais e tecnologia estrangeiros no desenvolvimento do país como única forma do Brasil acelerar o seu processo de industrialização e ultrapassar rapidamente o nível de subdesenvolvimento em que se encontrava.

O debate entre esses grupos não se restringiu às esferas da administração pública, onde técnicos e economistas, inseridos nas esferas de poder, procuravam influenciar as decisões relativas ao desenvolvimento. Seus termos e polêmicas foram levados a um público mais amplo, passando a envolver militares, intelectuais, universitários, a imprensa, o Congresso Nacional e os sindicatos, uma vez que lideranças políticas fizeram uso deles para fins de mobilização popular, sobretudo a partir da eclosão da campanha “O petróleo é nosso” em 1947 que, ao tornar mais nítidas as divergências entre esses grupos,

⁷⁹ Bielschowsky, 1995, p. 127-132.

⁸⁰ Abreu, 1999, p. 124-5

desempenhou um importante papel na polarização entre eles. De acordo com John Wirth, a radicalização política provocado pela campanha do petróleo e o crescimento do nacionalismo no país podem ser entendidos como:

“uma espécie de reação face ao papel marginal do Brasil nos negócios mundiais, à sensação de isolamento que varreu a América do Sul à medida que a guerra fria foi se intensificando. No Brasil, como nos demais países, a reação assumiu a forma de um recrudescente nacionalismo econômico e político”⁸¹.

Percebendo essa mudança na atmosfera política do país, Vargas passou a se valer de um discurso nacionalista, com o qual acabaria retornando ao poder em 1951. Com ele, voltou seu discurso dos anos 30, que girava em torno da afirmação de que a construção do Estado Nacional somente ocorreria se concomitante a esse processo o país alcançasse justiça social. Essa, por sua vez, seria fruto do desenvolvimento autônomo do país⁸². Os anos iniciais da década de 1950 assistiram, então, a uma ampla vitória dos desenvolvimentistas sobre os neoliberais, com o projeto dos primeiros sendo aceito por todos os grupos com poder de decisão e influência sobre os rumos da política nacional. A instituição do monopólio estatal sobre o petróleo no Brasil constituiu-se em uma vitória das teses desenvolvimentistas nacionalistas, transmitindo a esses grupos “uma falsa idéia de força política e de existência de condições estruturais para levarem adiante o projeto de desenvolvimento industrial autônomo, ancorado no Estado e no capital privado nacional”⁸³. A criação da Petrobrás, em 1953, foi a materialização e símbolo maior dessa vitória, além de servir como um divisor de águas nas polêmicas entre os desenvolvimentistas nacionalistas e os desenvolvimentistas adeptos da participação de capitais estrangeiros na economia nacional, com o panorama passando a tender para o fortalecimento dos primeiros. O segundo governo Vargas representou, então, o auge do que se convencionou chamar de “nacional-desenvolvimentismo”, modelo baseado em uma

⁸¹ Wirth, 1973, p. 147.

⁸² Abreu, 1999, p. 129.

⁸³ Idem, p. 132.

política de industrialização por substituição de importações, cujo principal agente era o Estado intervencionista, apoiado nas forças “nacional-populares”.

Entretanto, embora a criação da Petrobrás e o monopólio estatal do petróleo no país tenham se tornado os principais símbolos do nacionalismo econômico e político do segundo governo Vargas, outros importantes projetos e planos foram implementados nesse período visando dar continuidade à expansão industrial e agrícola. Dentre eles podemos citar a criação de diversas instituições estatais, voltadas para o desenvolvimento do país, tais como o Banco do Nordeste do Brasil, a Comissão Nacional de Política Agrária, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o Instituto Brasileiro do Café, todas elas surgidas em 1952, e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953. Essa última reflete uma firme preocupação de Vargas desde o Estado Novo: o desenvolvimento da região amazônica. É das origens dessa preocupação, dos planos e projetos que foram implementados desde o início da década de 1940 para desenvolver a Amazônia que trataremos a seguir.

1.3 - A discussão do desenvolvimento da Amazônia no centro do cenário político nacional na década de 1940

1.3.1 – A entrada da Amazônia no discurso oficial na década de 1940.

Dennis Mahar argumenta que a elaboração de uma política eficaz para a Amazônia sempre esbarrou em obstáculos como o pouco conhecimento dos seus recursos naturais, sua baixa densidade demográfica e a maneira desigual como a população se distribuiu pela região, o que prejudicava a formação de núcleos populacionais permanentes. Ele cita ainda o seu isolamento em relação às outras regiões do país - o que levou a Amazônia a estabelecer laços econômicos e culturais mais fortes com a Europa, a América do Norte e com seus vizinhos da América do Sul, do que com a região sul do Brasil – e sua dependência da extração de produtos florestais (borracha, castanha, couros, peles etc.) como fonte de renda e emprego, situação que além de retardar a introdução de técnicas de

produção modernas no setor primário, gerava uma grande instabilidade na economia regional, dada sua vinculação aos mercados internacionais⁸⁴.

Foram diagnósticos como esse que orientaram as intervenções governamentais na Amazônia desde as primeiras décadas do século XX. Uma das primeiras tentativas do Estado brasileiro no sentido desenvolver essa região foi o Plano de Defesa da Borracha, elaborado na década de 1910⁸⁵. Contudo, o fracasso dessa iniciativa estatal, somado à concorrência da borracha asiática, mergulhou a economia amazônica em uma situação de crise permanente que se estenderia por cerca de trinta anos. Somente na década de 1940 essa região voltou a ser alvo de discussões e planos estatais de desenvolvimento, que atenuaram a situação de abandono e estagnação que pairava sobre ela. A mudança de postura do governo em relação à Amazônia deve ser entendida dentro de uma perspectiva que considere o momento histórico que o país atravessava nessa época. Nesse sentido, examinaremos as questões centrais colocadas por Vargas em alguns discursos pronunciados por ocasião de sua visita a alguns estados dessa região e ao Nordeste nas décadas de 1930 e 1940. Esse exame pode ser útil para nos informar acerca das ações desenvolvidas na Amazônia nessa década.

Já em agosto 1933, no início de seu governo, Vargas revelou sua preocupação com a região amazônica: “... o problema capital da Amazônia consiste, porém, em transformar em exploração sedentária, a exploração nômade, a que até agora se tem sujeitado as suas riquezas. Para isso é preciso povoá-la, colonizando-a, isto é, fixando o homem ao solo”⁸⁶.

⁸⁴ Mahar, Dennis J. *Desenvolvimento Econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978, p. 7-9.

⁸⁵ O Plano de Defesa da Borracha, criado pelos Decretos n^{os} 2.453-A, de 5 de junho de 1912, e e 9.521, de 17 de abril desse mesmo ano, durante o governo do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), é um exemplo da preocupação governamental com a Amazônia. Formulado num contexto de crescimento da borracha asiática e de diminuição dos preços desse produto no mercado internacional, esse plano visava manter a posição do Brasil no mercado internacional da borracha, além de também procurar melhorar as condições sócio-econômicas da região amazônica. Ele previa bonificações em dinheiro para quem plantasse seringueira ou construísse centros de beneficiamento da borracha, hospitais, estradas de ferro, residências e instalações portuárias nessa região. Além disso, abolia os impostos sobre a importação de gado, combustíveis e de mercadorias necessárias à produção de borracha; e reduzia os impostos estaduais sobre a exportação desse produto, considerados como inibidores das vendas, em 50%. Esse plano, contudo, teve vida curta: sua abrangência e a falta de um mercado interno desenvolvido, somadas à difícil situação financeira que o país atravessava nessa época, bem como à escassez de capitais privados e de técnicos qualificados, levaram o Congresso Nacional a não aprovar verbas suplementares para ele em 1914, abolindo-o. (Mahar, 1978, p. 10-11).

⁸⁶ “A borracha e o aproveitamento das riquezas naturais da Amazônia”. Discurso proferido em Belém, em 27 de agosto de 1933. In: Vargas, Getúlio. *A nova política do Brasil – vol. II - o ano de 1932 a revolução e o Norte 1933*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

Esses pontos seriam reforçados em outubro de 1940 em uma série de discursos⁸⁷ pronunciados por Vargas por ocasião de sua visita a Belém, Manaus e Porto Velho, nos quais ele externou uma renovada preocupação com a região amazônica e o compromisso do Estado brasileiro em desenvolvê-la. Em 9 de outubro de 1940 no “Ideal Club” de Manaus, Vargas pronunciou aquele que é conhecido oficialmente como “Discurso do Amazonas”, no qual reforçou as metas básicas para a região: povoar o território da Amazônia de forma metódica, com “trabalhadores nacionais”, e fixá-los em “núcleos de cultura agrária”, de modo a evitar a “dispersão” e o “nomadismo”.

“Nada nos deterá, nesta arrancada, que é, no século vinte, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da Terra, e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-à um capítulo da história da civilização”. (...) Aqui na extremidade setentrional do território pátrio, sentindo essa riqueza potencial imensa, que atrai cobiças e desperta apetites de absorção cresce o ímpeto dessa responsabilidade, a que não é possível fugir nem iludir”⁸⁸.

Dois pontos importantes podem ser identificados nesse trecho: a existência de um projeto civilizatório para a Amazônia e a preocupação com a soberania do Estado sobre essa região. Para Vargas, a ocupação de um espaço tão extenso e promissor em riquezas extrativas pressupunha uma estímulo ao seu povoamento, de modo a integrá-lo ao país. No seu entendimento, a conjugação dessas idéias dependia de um plano de desenvolvimento. Nesse sentido, ele demonstrava apreensão em relação aos rumos da economia gomífera amazônica, contrapondo o aumento do consumo desse produto durante a Segunda Guerra Mundial com os métodos empregados para extraí-la:

⁸⁷ Os discursos de Vargas foram publicados pela Editora José Olympio num conjunto de livros intitulados “A Nova Política do Brasil”

⁸⁸ “O destino brasileiro do Amazonas”. Discurso pronunciado no “Ideal Club” de Manaus, agradecendo o banquete oferecido pelo interventor e pelas classes conservadoras do Estado, a 9 de outubro de 1940. In: Vargas, Getúlio. *A nova política do Brasil – vol. VIII – ferro, carvão e petróleo* (7.8.1940 a 9.7.1941). Rio de Janeiro: José Olympio, 1941, pp. 77-81, p. 80-81.

“As conquistas da técnica moderna trouxeram resultado paradoxal ao crescimento da Amazônia, enquanto o consumo do seu principal produto aumentava em quantidade incalculável, o processo utilizado para explorá-lo, desordenado e rudimentar, tornou-o insuficiente e caro”⁸⁹.

Com essa contraposição, Vargas procurava abrir caminho para o início de um plano de desenvolvimento para a Amazônia sem correr o risco de ver os recursos destinados a esse plano serem desviados para a manutenção do esquema rudimentar da borracha. Na sua visão, a alocação de fundos federais na Amazônia deveria ter como objetivo proporcionar, em um futuro próximo, altos níveis de renda regional e não evitar o colapso imediato de um sistema econômico arcaico como o da borracha⁹⁰. Para combater a ineficiência desse sistema, Vargas destacou algumas medidas que seu governo vinha tomando, dentre as quais a criação do Instituto Agrônomo do Norte (IAN) em 1939, cuja função era impulsionar a agricultura na região amazônica em substituição ao extrativismo da borracha.

Na opinião do presidente da República, a solução dos problemas da Amazônia podia ser sintetizada em três medidas emergenciais: “adensar o povoamento, acrescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes”. Para ele, o escasso povoamento da Amazônia podia ser resolvido através da migração para essa área dos excedentes populacionais de outras regiões do país, sobretudo o nordeste⁹¹. Mas para isso seria necessário implementar a segunda grande medida preconizada por ele, ou seja, o aumento do rendimento das culturas:

⁸⁹ “Os problemas da planície amazônica e o futuro do Pará”. Discurso pronunciado no Palácio do Comércio, em Belém, agradecendo o banquete oferecido pelas classes conservadoras e produtoras do Estado, a 6 de outubro de 1940. In: Vargas, Getúlio. *A nova política do Brasil – vol. VIII – ferro, carvão e petróleo* (7.8.1940 a 9.7.1941). Rio de Janeiro: José Olympio, 1941, pp. 55-58, p. 55.

⁹⁰ Dean, Warren. *A Luta pela borracha no Brasil*. São Paulo, Nobel, 1989, p. 156.

⁹¹ “O destino brasileiro do Amazonas”. Discurso pronunciado no “Ideal Club” de Manaus, agradecendo o banquete oferecido pelo interventor e pelas classes conservadoras do Estado, a 9 de outubro de 1940. In: Vargas, Getúlio. *A nova política do Brasil – vol. VIII – ferro, carvão e petróleo* (7.8.1940 a 9.7.1941). Rio de Janeiro: José Olympio, 1941, pp. 77-81, p. 77-8.

“tudo quanto se tem feito, seja agricultura ou indústria extrativa, constitui realização empírica e precisa transformar-se em exploração racional. O que a natureza oferece é uma dádiva magnífica a exigir o trato e o cultivo da mão do homem. Da colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energias com escasso aproveitamento, devemos passar à concentração e fixação do potencial humano”. (...) “com elementos de tamanha valia, não mais perdidos na floresta, mas concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazônico, que é o espaço imenso e despovoado”⁹².

Esse trecho evidencia que, para Vargas, o problema do despovoamento da Amazônia estava na raiz de todos os demais males que se abatiam sobre essa região. Nesse sentido, ainda em 1940, ao fim de sua viagem à região, ele visitou o Nordeste, percorrendo as cidades de Fortaleza, Recife e Salvador. No discurso pronunciado na capital cearense, Vargas se referiu à Amazônia, destacando em sua retórica laços e parentesco entre seus habitantes e os cearenses. Dado o problema secular da seca nessa região, e o descaso do poder público diante dessa situação - ambos situados por Vargas em um ponto distante do passado nordestino - ele afirmou que, nessas circunstâncias, o cearense, por iniciativa própria, foi desbravar a Amazônia. Fazendo essa relação, Vargas buscava estimular os nordestinos a migrarem para a Amazônia.

“Em uma época em que o Nordeste era assolado pela seca, (...), os nordestinos, principalmente os cearenses, começaram a emigrar para a Amazônia. (...) E o cearense adaptou-se à nova vida, avançou através da mata virgem, foi o pioneiro da Amazônia (...). Embrenhado na floresta foi ter aos confins do Brasil, reivindicando para a Pátria e incorporando à soberania nacional cerca de 200 mil quilômetros quadrados – todo o território acreano. (...). Por isso mesmo, a cada passo e em cada lugar a que chegava vinha-me à lembrança o povo desta terra, que deu aos postos da alta administração, ao comércio à indústria e, lá, continua presente nos velhos desbravadores e na jovem e em numerosa descendência”⁹³.

⁹² Idem, p. 78.

⁹³ “O Ceará e os seus homens de trabalho”. Discurso de improviso, em Fortaleza, em 15 de outubro de 1940. In: Vargas, Getúlio. *A nova política do Brasil – vol. VIII – ferro, carvão e petróleo* (7.8.1940 a 9.7.1941). Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

De modo a criar condições práticas para os nordestinos migrarem para a Amazônia, ainda em 1940 Vargas autorizou a administração do Lloyd Brasileiro a conceder, gratuitamente, quatro mil passagens aos que quisessem trabalhar nos seringais da Amazônia e do Acre. Aos trabalhadores de Manaus também foram concedidos meios de transporte para se dirigirem aos seringais⁹⁴.

A migração nordestina foi, então, a solução encontrada por Vargas para o problema do despovoamento da Amazônia que, uma vez equacionado, estimularia o desenvolvimento dessa região e sua integração à economia nacional. A realização desses dois objetivos estava, segundo suas palavras, entre as prioridades do Estado Novo, daí a promessa assumida por ele nessa ocasião de que o ingresso definitivo da Amazônia “no corpo econômico da Nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora”, pois:

“todo o Brasil tem os olhos voltados para o norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros, também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias, e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que, legitimamente, pertence ao caboclo brasileiro”⁹⁵.

Nesse discurso, Vargas tratou da questão da participação estrangeira no desenvolvimento da Amazônia, afirmando que a extensão de sua bacia hidrográfica e a origem de suas nascentes em diversos países da região davam às águas do rio Amazonas um caráter internacional. Desse modo, com base em seus interesses comuns, os países amazônicos deveriam firmar as bases de um convênio, cujo objetivo fosse estimular o desenvolvimento dessa região de forma conjunta⁹⁶.

⁹⁴ Morales, Lúcia Arrais. *Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1999, p. 99.

⁹⁵ “Os problemas da planície amazônica e o futuro do Pará” (p. 55-58). In: Vargas, Getúlio. *A nova política do Brasil – vol. VIII – ferro, carvão e petróleo (7.8.1940 a 9.7.1941)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941, p. 78.

⁹⁶ *Ibidem*.

Os discursos que Vargas proferiu em sua viagem à Amazônia em 1940 são os marcos iniciais de um processo de maior intervenção do Estado brasileiro nessa região, no intuito de desenvolvê-la e integrá-la à economia nacional. Esses objetivos, contudo, dificilmente teriam saído do terreno da retórica se não fosse a conjuntura gerada pela Segunda Guerra Mundial, sobretudo depois da entrada dos Estados Unidos no conflito em 1941. A partir desse momento, o rumo da discussão dessas propostas de desenvolvimento apresentadas por Vargas sofreria mudanças. Vejamos, então, o impacto da guerra sobre os planos estatais para a Amazônia.

1.3.2 – A recuperação da economia amazônica durante a Segunda Guerra Mundial: os “Acordos de Washington” e a “Batalha da Borracha”

A entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial motivou a assinatura de acordos com os países latino-americanos garantindo o livre acesso às matérias-primas dessa região. Os chamados “Acordos de Washington”, firmados entre os governos brasileiro e norte-americano em março de 1942, inserem-se nesse contexto. O Brasil se comprometia a participar do esforço de guerra ao lado das Forças Aliadas, suprindo-as de matérias-primas estratégicas, dentre as quais destacava-se a borracha⁹⁷. Esse produto deveria ser exportado exclusivamente para os Estados Unidos por um período de cinco anos a um preço mínimo pré-estabelecido. Os brasileiros só remeteriam o que excedesse a suas necessidades, recebendo, em troca, assistência financeira e material para montar a infra-estrutura necessária à expansão do comércio⁹⁸. A urgência do governo norte-americano em aumentar sua produção está relacionada ao bloqueio das fontes fornecedoras de borracha aos aliados na Ásia. Por meio da produção amazônica, o Brasil assumiu, então, o posto de principal fornecedor de borracha natural.

De modo a facilitar a mobilização geral dos recursos econômicos brasileiros e financiar esse empreendimento, bancos norte-americanos ofereceram ao país uma linha de crédito de 100 milhões de dólares. A Rubber Reserve Company (posteriormente designada Rubber Development Corporation – RDC), por seu turno, decidiu ajudar o governo

⁹⁷ Mahar, 1978, p. 13.

⁹⁸ Dean, 1989, p. 139.

brasileiro a aumentar a produção de borracha, criando um fundo de 5 milhões de dólares⁹⁹. Desse modo, rapidamente a Amazônia ganhou uma estrutura administrativa que compreendia facilidades de crédito, aquisição de embarcações, preocupações com saúde e recrutamento de mão-de-obra, que ficou sob a supervisão geral da Comissão de Controle dos Acordos de Washington¹⁰⁰. Novos órgãos foram criados para cumprir as metas tais como o Banco de Crédito da Borracha (BCB); o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), posteriormente transformado em Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA); o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP); a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) e, com a ajuda financeira da Rubber Reserve Corporation (RDC)¹⁰¹, foi promovido um reaparelhamento do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAAPP). Conhecidas na história regional com o nome de “batalha da borracha”, essas medidas tinham “a intenção de introduzir na região uma estrutura estatal, em que a organização do conjunto de órgãos do Estado institucionalizaria uma concepção política de desenvolvimento”¹⁰².

O Banco de Crédito da Borracha (BCB) encabeçava essa nova estrutura de emergência. Formado com capitais do Tesouro Nacional, da Rubber Development Corporation e da iniciativa privada, essa instituição passou a controlar a comercialização da borracha, responsabilizando-se ainda pela criação de colônias agrícolas, produções de alimentos, estrutura de transportes, cooperativas e crédito rural. A Rubber Reserve Corporation obrigava o BCB a exportar para os Estados Unidos por um preço fixo toda a produção de borracha que excedesse as necessidades nacionais¹⁰³.

Se quisesse cumprir os compromissos assumidos com o governo norte-americano, no entanto, o país tinha que aumentar a produção de borracha, o que implicava na

⁹⁹ Mahar, 1978, p. 12

¹⁰⁰ Mahar, 1978, p. 12. Dean, 1989, p. 139.

¹⁰¹ A Rubber Reserve Corporation (RDC) constituiu-se em 28 de junho de 1940 com o nome de Rubber Reserve Company. Dotada de um capital de 140 milhões de dólares, provenientes da empresa matriz, a *Reconstruction Finance Corporation*, o objetivo da RDC era comprar borracha, já que os Estados Unidos consumiam 50.000 toneladas desse produto por mês, sendo obrigados a pagar vinte centavos de dólar por libra-peso, num cenário onde o cartel internacional da borracha continuava a limitar a produção e a fixar os preços. (Dean, 1989, p. 131).

¹⁰² Brito, Daniel Chaves. *A Modernização da Superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA/PDTU, 2001, p. 128.

¹⁰³ Mahar, 1978, p. 13.

resolução de um problema imediato: mobilizar a força de trabalho exigida para tal fim. Nesse sentido, em novembro de 1942 Vargas criou uma agência de migração: o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA). Sediado em Fortaleza e considerado como um “serviço para fins de guerra”, esse órgão deveria “promover imediatamente aos estudos necessários para transportar por vias interiores os trabalhadores nordestinos para a Amazônia”¹⁰⁴. Entre 1942 e 1945, o SEMTA, assim como o órgão que viria a sucedê-lo - a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA) - transportaram dezenas de milhares de trabalhadores para a Amazônia, fator que foi facilitado pela prolongada seca que castigava o nordeste¹⁰⁵.

Para atender a esse contingente de trabalhadores, o governo federal criou órgãos voltados para os problemas de saúde e abastecimento. Para a primeira dessas tarefas, em 1942 um acordo firmado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA) criou uma agência bilateral entre Brasil e Estados Unidos: o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Concebido originalmente pelos norte-americanos como uma agência temporária, com objetivos militares de sanear a Amazônia brasileira e combater a malária, no quadro das necessidades da Segunda Guerra Mundial, o SESP acabou se constituindo em um instrumento de consolidação da autoridade estatal, tanto sanitária quanto política, do Estado brasileiro¹⁰⁶.

Em relação ao problema de abastecimento básico, o governo federal criou a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) para fornecer os víveres necessários e outros suprimentos para a região amazônica. Mediante um acordo feito com a Rubber Development Corporation, a SAVA criaria condições para que os trabalhadores recém-chegados na Amazônia pudessem cultivar alimentos para sua própria subsistência.

¹⁰⁴ Para realizar suas atividades, o SEMTA – criado pela Portaria n. 28 de 30 de novembro de 1942 - construiu uma série de alojamentos - chamados pousos - e montou um quadro administrativo no qual médicos sanitaristas, engenheiros e membros do clero ocupavam os cargos superiores. Apenas homens solteiros eram recrutados por esse órgão. Para atraí-los, eram oferecidas uma série de vantagens, tais como o direito a 60% da borracha produzida, 50% da castanha colhida e da madeira cortada, dentre outras promessas que, na prática, acabaram não sendo cumpridas. (Morales, 1999, p. 67-68).

¹⁰⁵ Mahar, 1978, p. 13.

¹⁰⁶ Campos, André Luís Vieira. “La expansión de la autoridad estatal y el Servicio Especial de la Salud Pública em el Brasil, 1942-1960”. *DYNAMIS. Acta Hispânica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandan*. 2005, 25, p. 227-256. p. 227. Ver também: Campos, André Luís Vieira. *International Health Policies in Brazil: The Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Tese de Doutorado apresentada à Faculty of the Graduate School of The University of Texas at Austin. Texas, 1997. Parte III: “Building Public Health”, capítulos 7 e 8.

Outro acordo firmado entre esses dois órgãos garantia a estocagem de gêneros alimentícios em pontos estratégicos, nas áreas produtoras, para serem vendidos aos trabalhadores a preços fixos¹⁰⁷.

Os transportes constituíram-se em um outro problema crucial durante os anos de guerra, já que a estrutura existente na Amazônia revelou-se inadequada diante do grande aumento do número de trabalhadores, equipamentos e borracha transportados. Para resolver essa questão, em julho de 1943, a Rubber Development Corporation assinou um contrato com o Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP), através do qual ela financiaria a modernização do transporte fluvial em troca de garantia de praça nos navios. Mais de 80 embarcações foram adquiridas para o SNAPP pela RDC durante a vigência desse contrato. Além disso, a corporação norte-americana subsidiou a importação de carvão mineral dos Estados Unidos¹⁰⁸.

Os esforços do governo brasileiro para cumprir os “Acordos de Washington” motivaram uma série de medidas em diversas áreas, tais como comércio, finanças, assessoria econômica, transportes, agricultura, administração e saúde pública, contribuindo para acelerar e transformar o projeto de desenvolvimento imaginado inicialmente por Vargas para Amazônia. No plano econômico, porém, suas expectativas em relação a essa região seriam frustradas. O caráter emergencial dessas medidas e o curto prazo em que foram implementadas fizeram com que os resultados da “batalha da borracha” para a economia amazônica fossem efêmeros¹⁰⁹.

1.3.3 – O cenário amazônico no pós-Segunda Guerra Mundial

O término da Segunda Guerra Mundial e o restabelecimento do mercado de borracha natural na Ásia, além do desenvolvimento da técnica da produção sintética, mergulhou a economia gomífera amazônica novamente em uma crise, agravada pela quase completa inexistência de esquemas modernos de produção. Como passou a comprar

¹⁰⁷ Mahar, 1978, p. 14.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ Ibidem.

borracha sintética a preços mais baixos do que os da borracha natural, o governo norte-americano rapidamente perdeu o interesse no futuro da borracha brasileira. O único fator que impedia o desalojamento desse produto amazônico do lugar que ele ocupava no mercado mundial eram os “Acordos de Washington”, ainda vigentes¹¹⁰.

Nesse contexto, a discussão sobre uma política de desenvolvimento regional avançou no país, se fazendo presente, inclusive, na Assembléia Nacional Constituinte de 1946. A nova carta constitucional consagrou em uma série de dispositivos a capacidade do governo de planejar, executar e coordenar políticas públicas de desenvolvimento¹¹¹. O objetivo de todos eles era fazer com que as regiões mais pobres e atrasadas do país alcançassem o mesmo nível de desenvolvimento das áreas ricas. D’Araújo classifica esse processo como um “subproduto da experiência planejadora central”¹¹², ou seja, sua aplicação em níveis regionais. Vemos aqui a expressão no plano nacional dos ideais desenvolvimentistas que estavam em voga no âmbito internacional. Também internamente, o desenvolvimento pautou a relação entre espaços nacionais desiguais, expressando-se nos planos da política, da cultura, da economia, da ciência e da tecnologia e das políticas sociais¹¹³.

No caso da Amazônia, a preocupação em desenvolver essa região expressou-se no Artigo 199 da Constituição de 1946 que dizia, em linhas gerais, que para a implementação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União deveria aplicar, pelo menos durante vinte anos, uma quantia não inferior a 3% de sua rendas tributária. O Artigo dizia ainda, em parágrafo único, que os estados e territórios, bem como os municípios da região,

¹¹⁰ Dean, 1989, p. 155.

¹¹¹ Dentre eles podemos citar o que estabelecia a criação de um Conselho Nacional de Economia, cuja função era estudar a economia do país e propor ao poder competente as medidas que julgasse necessárias (Art. 205), e os que obrigavam o Estado a destinar verbas anuais para o desenvolvimento do Vale do São Francisco (Art. 29), cujas condições de navegação faziam dele o rio da “integração nacional”; do Nordeste (Art. 128), em função das secas; e da Amazônia, dada a longa agenda de desafios dessa região (Art. 199). (Brasil, Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946. 19ª ed., Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora).

¹¹² Dentre as experiências de planejamento estatal desenvolvidas no país com o início da Segunda Guerra Mundial, podemos citar o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, criado em 1939, e o Plano de Obras e Equipamentos, que vigorou entre 1943 e 1948 como uma continuidade do Plano Especial. Durante o governo Dutra, foi implementado aquele que seria o terceiro plano de desenvolvimento nacional, e também o de mais curta duração: o Plano Salte. (D’Araújo, 1992, p. 43).

¹¹³ D’Araújo, 1992, p. 43-44.

deveriam reservar para o mesmo fim, anualmente, 3% de seus rendimentos¹¹⁴. Para torná-lo realidade, logo após a nova Carta Constitucional ter sido promulgada, os parlamentares do Amazonas, do Pará e do território do Acre solicitaram ao Congresso, em 8 de outubro de 1946, a formação de uma Comissão Especial para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (CEPVEA), proposta que foi aprovada pelo plenário no dia seguinte.

A política de valorização deveria seguir um caminho diferente de tudo o que já havia sido experimentado no país em termos de desenvolvimento regional. Sua implementação estaria calcada na implantação de um conjunto de órgãos estatais que permitiriam uma intervenção planejada. Assim, o desenvolvimento regional seria alcançado através de uma série de políticas públicas bem articuladas e coordenadas pelo Estado¹¹⁵.

A existência da CEPVEA atesta, como procurei mostrar nesse capítulo, que planos voltados para o desenvolvimento da Amazônia já eram pensados e debatidos no país no momento em que a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) foi formulada. Essa intenção havia sido anunciada por Vargas já no Estado Novo, nos discursos que ele pronunciou em sua viagem à região Amazônica, em outubro de 1940, e materializada, nos anos seguintes, em uma série de medidas concretas como a criação do IAN, do BCB, do SESP e vários outros órgãos infra-estruturais necessários para a implementação dos “Acordos de Washington”. Terminada a guerra e com a redemocratização do país, esse tema se fez presente nos debates da Assembléia Nacional Constituinte, durante os quais os parlamentares aprovaram a inclusão do Artigo 199 na Constituição promulgada em 1946. Com o término de seus trabalhos, foi criada a CEPVEA, cujo objetivo era implementar o Plano de Valorização Econômica da Amazônica aplicando, para tal fim, os recursos da União garantidos pelo dispositivo constitucional.

Ao começar a ser debatido no Brasil, o projeto de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) acabou sendo capturado por essa discussão sobre o desenvolvimento da Amazônia que já existia no país desde o início da década de 1940. Os acalorados debates realizados no país acerca de sua criação acabaram potencializando essa

¹¹⁴ Brasil, Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946. 19^a ed., Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora. Art. 199.

¹¹⁵ Brito, 2001, p. 116.

discussão, transformando o IIIHA em uma espécie de catalisador de temas e problemas relacionados à região amazônica. É da trajetória do Instituto da Hiléia que nos ocuparemos no próximo capítulo.

Capítulo 2: A proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) na UNESCO e o início de sua discussão no Brasil

Exposto o contexto internacional do pós-Segunda Guerra Mundial, marcado pelo debate sobre o desenvolvimento, e como essa discussão já ocorria no Brasil desde, pelo menos, o início da década de 1940, principalmente nos planos e projetos relacionados à região amazônica, vou analisar nesse capítulo a trajetória do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) desde sua proposição nos fóruns da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) até o início de sua discussão no país, em um momento onde a questão do desenvolvimento já era alvo de debates. Nessa análise, ressaltarei como a preocupação com o desenvolvimento estava presente nesse projeto e como ela estava em sintonia com o princípio de cooperação científica internacional que norteou a UNESCO desde o momento de sua criação, justificando a imediata incorporação do IIHA ao programa da sua Divisão de Ciências Naturais. Ao fazer isso, meu objetivo é explicar como esse projeto de cunho internacional se tornou um catalisador dos debates e das ações voltadas para o desenvolvimento da Amazônia, a partir do momento em que começou a ser discutido no Brasil por ocasião da Conferência de Belém. Acredito que as mudanças que o IIHA sofreu ao longo das discussões realizadas, as inflexões que surgiram em torno dele e os impactos que ele gerou ajudam-me a explicar como o país estava pensando a questão do desenvolvimento da Amazônia no pós-Segunda Guerra Mundial.

Esse capítulo se dividirá em duas partes. Na primeira delas, discutirei o novo modelo de organização social da ciência que se estabeleceu no pós-Segunda Guerra Mundial - calcado na idéia de que a ciência tinha um importante papel a desempenhar na

superação das necessidades econômicas e sociais dos países do Terceiro Mundo – e como a UNESCO se constituiu na materialização desse binômio ciência-desenvolvimento. A seguir mostrarei como esses fatores se conjugavam na proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. Na segunda parte, o foco recairá sobre a Conferência de Belém, a primeira das três reuniões realizadas em solo amazônico para discutir o projeto IIHA. Comparando as visões conflitantes que vieram à tona nessa ocasião por conta do estabelecimento do programa científico do futuro instituto, analisarei como esse projeto, a partir do contato com as realidades locais, transformou-se definitivamente em um instrumento para o desenvolvimento da Amazônia, passando a envolver também, além de atividades científicas, preocupações com agricultura, educação e saúde.

2.1 – Ciência e Desenvolvimento no pós-Segunda Guerra Mundial: A UNESCO e a proposta de criação do IIHA

2.1.1 - Henri Laugier, Julian Huxley, Joseph Needham e a proposta de uma nova organização social da ciência encarnada na UNESCO

No pós-Segunda Guerra Mundial, a preocupação em fazer da ciência uma ferramenta que contribuísse para a resolução dos problemas da humanidade emergiu como parte do projeto dos países desenvolvidos do Ocidente de colocar em prática uma agenda para o desenvolvimento. A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e de suas agências especializadas inserem-se nesse contexto. Elas buscaram irradiar políticas e ações no sentido de universalizar o conhecimento científico em nome de melhorias das condições de vida, difundindo, dessa forma, os benefícios do desenvolvimento econômico em escala mundial. Ao transformarem as idéias de desenvolvimento em planos concretos de ação, elas produziram uma série de saberes e normas, bem como formas de intervenção no mundo, que acabaram gerando o que Escobar chama de “aparato de desenvolvimento”, responsável pela produção de novos arranjos de conhecimento e poder, novas práticas,

teorias e estratégias que passaram a pautar as relações entre os países centrais e os ditos periféricos ¹¹⁶.

Dentre as principais agências da ONU que desempenharam a tarefa de articular ciência e desenvolvimento destacam-se seu Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). No quadro dos desafios do pós-guerra, esses organismos internacionais tiveram seus cargos mais importantes ocupados por cientistas, cujas idéias passaram a pautar sua atuação. A agenda para o desenvolvimento mundial sintetizada por Henri Laugier¹¹⁷, do ECOSOC, em 1948, constitui-se em uma evidência importante das idéias que passaram a nortear essas agências internacionais, transformando-as no ponto de partida de uma série de iniciativas que procuravam consagrar o binômio ciência-desenvolvimento.

Defensor de uma ação internacional de longo alcance para promover o desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas, Laugier entendia que a realização desse objetivo dependia, antes de tudo, de um fator material: primeiro o conhecimento e, depois, a exploração dos recursos naturais existentes no país que se quer desenvolver. O problema, segundo ele, é que, se por um lado já havia um acúmulo de conhecimentos sobre a geografia do planeta, por outro a exploração dos recursos minerais, da fauna e da flora do mundo ainda era limitada. A seu ver, uma prova disso seria os valiosos recursos naturais existentes nas montanhas e plantas dos países subdesenvolvidos, bem como os poucos estudos sobre as potencialidades do solo das áreas desabitadas do planeta, ambos desconhecidos e inexplorados, o que prejudicava não só esses países como também o conjunto da humanidade. Mesmo revelando saber que a pesquisa científica figurava dentre as preocupações estatais, inclusive nos países menos desenvolvidos, Laugier argumentava que não se podia negar os escassos resultados obtidos, a lentidão com que ela se

¹¹⁶ Escobar, Arturo. *Encountering Development: the making and unmaking of the third world*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1995, p. 9.

¹¹⁷ O médico francês Henri Laugier foi diretor do Centro Nacional de Pesquisa Científica (Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS) entre os anos de 1937 e 1940, e depois de 1943 a 1944. Humanista e identificado politicamente com posições mais à esquerda, ao término da guerra ele passou a se dedicar à política e à organização da atividade científica, sendo nomeado, em 1946, secretário-geral adjunto da ONU e membro do ECOSOC. No desempenho desses cargos, participou ativamente da elaboração da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. (http://www.cnrs.fr/ComiHistoCNRS/pages/actua_portrait_laugier.htm acessado em 07 de agosto de 2006).

desenvolvia, “e que uma vigorosa ação internacional pode ser tomada nesse terreno com grande proveito”¹¹⁸. No seu entendimento, essa ação internacional deveria consistir:

“de uma ajuda às agências nacionais e no encorajamento de suas atividades, ou em um empreendimento direto, depois de uma consulta e da concordância dos governos, voltado para aqueles estudos e pesquisas indispensáveis, aos quais nenhum interesse individual ou nacional tem ainda devotado a atenção que essa questão exige”¹¹⁹.

Para colocar em prática essa agenda para o desenvolvimento mundial, o ECOSOC manteve-se em constante interação com a UNESCO. Criada no curto intervalo entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, no qual o novo cenário das relações internacionais ainda estava se desenhando, a UNESCO foi vista nesse contexto histórico e político particular como o esteio para a criação de um sistema político estável com base na perspectiva de construção de um mundo melhor face aos resultados da guerra. Gozando de autonomia em seu campo de iniciativas, sua tarefa oficial consistia em soerguer uma base moral e espiritual capaz de construir a paz mundial e sustentar os princípios, tão caros à democracia ocidental moderna, da dignidade, da igualdade e do respeito entre os homens¹²⁰.

Para primeiro diretor geral da UNESCO foi designado Julian Huxley, cientista de prestígio, oriundo de uma família de intelectuais e homens de ciência¹²¹. Filiado desde a

¹¹⁸ Laugier, Henri. “The first step in the international approach to the problems of underdeveloped areas”. 1948. pp. 256-259, p. 256-257. (traduzido do inglês por mim).

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Maio, Marcos Chor; Sá, Magali Romero. “Ciência na Periferia: a UNESCO, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa”, in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* Vol. 6 (supl.), pp. 975-1017, 2000, p. 984.

¹²¹ Julien Sorell Huxley já era um biólogo e publicista famoso na década de 1940. Licenciado em letras e doutor em ciências, dedicava-se à atividades que iam dos campos das ciências e da literatura, até os da religião, das questões sociais e da arte. Após passar uma temporada África Oriental dedicando-se ao estudo da educação dos nativos, em 1925 Huxley tornou-se professor de Zoologia do *King’s College* de Londres, função que desempenhou até 1927, quando resolveu dedicar-se integralmente à popularização da ciência e à problemas políticos. A partir de então, exerceu diversos cargos públicos, tendo trabalhado para a o Ministério da Educação francês, solucionando questões nas colônias africanas desse país, e para o da agricultura, no projeto de planificação econômica e social (http://enciclopedia.tiosam.com/enciclopedia/enciclopedia.asp?title=Julian_Huxley, acessado em 07 de agosto de 2006).

década de 1930 ao movimento britânico Responsabilidade Social da Ciência (Social Responsibility of Science), durante sua gestão Huxley tentou fazer da UNESCO uma ferramenta para impulsionar a ciência e a cooperação científica internacional para além das fronteiras do mundo desenvolvido¹²². Esse propósito se coadunava com a visão liberal que orientava esse organismo internacional, consagrada na sua declaração de princípios, contida no preâmbulo de sua constituição: “Já que as guerras começam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que as defesas da paz devem ser erguidos”¹²³.

Orientada por uma perspectiva iluminista e universalista, A UNESCO tinha como meta o pluralismo ideológico e político, que seria alcançada por meio de uma solidariedade moral e intelectual. Atuando através da educação, da cultura e da ciência, ela visava estabelecer um consenso em torno de um mundo mais convergente, no qual o preconceito, o nacionalismo e a ignorância não tivessem lugar¹²⁴. No campo científico, esse compromisso com a universalidade se traduzia “pela proposição da ciência como bem público que, em princípio, deve ser acessível a todos, independentemente de raça, crença religiosa, classe ou localização geográfica”¹²⁵.

Além de colocar explicitamente a ciência em cena, a UNESCO procurou expandir as bases da cooperação científica para além da Europa, tarefa que contou com a ativa participação do bioquímico inglês Joseph Needham¹²⁶ (1900-1995), da Universidade de

¹²² Elzinga, Aant. “A UNESCO e a política de cooperação internacional no campo da ciência”. In: Maio, Marcos Chor (org.). *Ciência, Política e Relações Internacionais*, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Unesco, 2004, p. 89-90.

¹²³ Constituição da UNESCO. (http://portal.unesco.org/fr/ev.php-URL_ID=6206&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html, acessado em 07 de agosto de 2006. Traduzido do francês por mim).

¹²⁴ Maio, Marcos Chor. “Demandas globais, respostas locais: a experiência da UNESCO na periferia no pós-guerra (1946-1952). In: Maio, Marcos Chor (org.). *Ciência, Política e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Unesco, 2004, p. 146-7.

¹²⁵ Elzinga, 2004, p. 90-1

¹²⁶ Needham foi o responsável pela inclusão do “S” de *science* na inicialmente designada “UNECO”, alçando a ciência ao mesmo patamar da educação e da cultura no projeto dos países vitoriosos do Ocidente de construção de um mundo liberal democrático. Alguns anos mais tarde, na Conferência de Boyle, proferida em Oxford, em 1948, Needham ressaltou a importância da ciência estar associada à educação e à cultura, por meio da UNESCO: “(...) houve na ocasião quem pensasse que seria muito melhor que a ONU tivesse uma agência especializada puramente em ciência e tecnologia; se isso tivesse ocorrido, os acontecimentos que se seguiram teriam sido muito distintos. Os laços com assuntos educacionais e culturais teriam sido mais tênues, e talvez se formassem laços mais fortes com a indústria, o que, sem dúvida, teria trazido outras vantagens e desvantagens. De toda forma, o curso dos acontecimentos não permitiu que essa fosse uma posição viável”. (NEEDHAM, Joseph. *Science and International Relations*. Oxford: Blackwell, 1949 [1948], p. 21. Apud Elzinga, 2004, p. 109). Para maiores informações sobre o papel desempenhado por Needham no processo de organização da UNESCO, ver: Maio e Sá, 2000, p. 984-5.

Cambridge, que em 1946 assumiu o cargo de diretor de sua recém-criada Divisão de Ciências Exatas e Naturais. Needham era um crítico da chamada teoria do *laissez-faire*, que pressupunha que a interação entre cientistas deveria estar embasada pelo princípio do conhecimento e da iniciativa particular e que a construção de redes científicas se daria espontaneamente, mediante o surgimento de problemas que mobilizassem os cientistas, possibilitando novas conexões. Ele enfatizava a responsabilidade social da ciência, incluindo-se aí o fortalecimento da independência, o desenvolvimento econômico e a ampliação da base de conhecimentos científicos no Terceiro Mundo. Sua experiência de trabalho na China durante a Segunda Guerra Mundial, a serviço do *Sino-British Science Cooperation Office*, contribuiu para que ele amadurecesse sua crença em um projeto de irradiação da ciência do centro para a periferia, em uma verdadeira “internacional” da cooperação científica¹²⁷.

“O erro fundamental daqueles que acreditam no *laissez-faire* (...) é olharem o quadro geral de um ponto de vista exclusivamente europeu, ou seja, pensam em transitar entre Paris, Bruxelas, Londres, Nova York, Washington, Montreal e assim por diante. Não se dão conta de que o retrato do mundo da ciência parece bem diferente quando visto a partir da Romênia, Peru, Java, Sião ou China. Por razões históricas, dado que a ciência cresceu na Europa Ocidental, existe uma ‘zona clara’ que cobre a Europa Ocidental e a América do Norte, na qual todas as ciências estão muito desenvolvidas e a industrialização está muito avançada. São precisamente os cientistas e tecnólogos daquelas regiões muito mais amplas, que existem para além da “zona clara”, os que necessitam de apoio internacional”¹²⁸.

Com base no diagnóstico do mundo científico exposto acima, Needham elaborou uma nova doutrina, constituiu uma equipe de cientistas de várias nações e procurou articular a ciência com suas aplicações práticas, no intuito de fazer da UNESCO o *locus* para seu projeto de uma nova organização social da ciência. Na primeira sessão da Conferência Geral da UNESCO, realizada em novembro de 1946, em Paris, ele tratou dos problemas que o desenvolvimento da ciência encontrava nos países subdesenvolvidos - que

¹²⁷ Maio e Sá, 2000, p. 984.

¹²⁸ Needham, Joseph. *The Place of Science and International Scientific Cooperation in Postwar World Organization*. Memorandum III, 15 de março de 1945, p. 3. Apud Elzinga, 2004, p. 108.

ele chamava de “zonas escuras” – identificando uma série de obstáculos tais como o isolamento, o reduzido número de cientistas, as barreiras sociais e culturais (casta, tradição e costumes) e a falta de apoio dos governos. De acordo com Needham, essa realidade só poderia ser superada se os cientistas das “zonas iluminadas” cooperassem com seus pares das “zonas escuras”¹²⁹. Nesse sentido, suas idéias estavam em sintonia com a nova ótica em voga no pós-Segunda Guerra Mundial, segundo a qual os países que não figuravam entre os mais avançados da época deveriam ser alvo de políticas de desenvolvimento para que também pudessem alcançar esse estágio. O “princípio de periferia” ajustava-se à agenda para o desenvolvimento sintetizada por Henri Laugier que, como vimos, defendia uma ação dos organismos internacionais em prol do desenvolvimento das regiões tidas como periféricas.

Em um mundo que considerava o desenvolvimento da ciência internacional e a cooperação científica em escala global como instrumentos importantes para a manutenção da paz no planeta, cientistas como Henri Laugier, Julian Huxley e Joseph Needham compartilhavam da visão de que a ciência deveria, antes de tudo, contribuir para a superação das necessidades dos países tidos como periféricos, estimulando o desenvolvimento dessas regiões. Nesse sentido, eles tentaram por em prática um novo modelo de organização social da ciência, criando, assim, uma nova forma de cooperação científica que procurava articular objetivos puramente científicos com objetivos sociais.

Se esse ideal de cientistas como Laugier, Huxley e Needham de estabelecer uma ciência universal voltada para a resolução das necessidades sociais parecia possível, a bipolarização política que tomou conta do mundo, estabelecendo os mecanismos da Guerra Fria, acabaria por prejudicá-lo, na medida em que os projetos de internacionalização da ciência acabaram sendo instrumentalizados pelas duas superpotências. Vários fatores contribuíram para que os interesses nacionais de segurança e imperativos estratégicos passassem para o primeiro plano: com o objetivo de recuperar a Europa, o Plano Marshall começou a ser aplicado; para atender aos interesses político-econômicos dos dois blocos rivais, foi construído o Muro de Berlim, que dividiu a Alemanha em duas; o comunismo avançou sobre o Leste europeu; a União Soviética detonou sua bomba atômica e os Estados Unidos criaram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), dando início à corrida armamentista que se seguiria nos quarenta anos seguintes. No Terceiro

¹²⁹ Maio e Sá, 2000, p. 986-7.

Mundo, as independências da Índia e da Indonésia inauguraram um período de lutas anti-coloniais na Ásia e na África, enquanto na China os comunistas chegavam ao poder por meio de uma revolução.

No plano específico da UNESCO, os obstáculos para o estabelecimento de uma ciência universal a serviço do desenvolvimento também se fizeram sentir. Em um contexto de guerra fria, os Estados Unidos, respaldados pelo fato de serem o principal fornecedor de recursos para esse organismo internacional, passaram a combater o princípio de periferia. No lugar do internacionalismo e da cooperação intelectual que ele trazia implícito, os norte-americanos defendiam uma ajuda econômica pura e simples aos países subdesenvolvidos, como forma de impedir que os soviéticos alcançassem alguma influência sobre eles. Nesse sentido, consideravam o liberalismo de Huxley e o marxismo de Needham como obstáculos a serem superados rumo a uma orientação mais pragmática da UNESCO.

“Responsáveis por parte substancial do orçamento da UNESCO, os Estados Unidos estavam atentos ao binômio paz-segurança. Nutriam uma enorme dose de desconfiança em relação à *intelligentsia* internacionalista unesquiana, representada por Julian Huxley e Joseph Needham, e cobravam uma ação mais pragmática da instituição em face do contexto da Guerra Fria, da reconstrução européia e do avanço do socialismo. Pregavam a estreita relação política da UNESCO com a ONU”¹³⁰.

Os cientistas das “zonas escuras”, no entanto, compartilhavam da orientação que Needham e Huxley procuravam imprimir à UNESCO através da aplicação do princípio de periferia. Em Paris, durante a realização da primeira sessão da Conferência Geral desse organismo internacional, o fisiologista experimental Miguel Ozório de Almeida, por exemplo, qualificou a divisão do mundo científico de Needham, identificando os atores com os quais a UNESCO deveria trabalhar. Em primeiro lugar, ele assinalou a importância das relações entre ciência e nação, argumentando que na América Latina, sobretudo no Brasil, elas passavam necessariamente pelo Estado. A seguir, Ozório de Almeida ressaltou a existência de instituições de excelência nas chamadas “zonas escuras” e os sentimentos

¹³⁰ Maio, 2004, p. 153

de pertencimento a uma nação que os cientistas não conseguiam abstrair¹³¹, afirmando que a UNESCO deveria reconhecê-las, fazer alianças e definir planos com elas. Somente com o comprometimento das instituições científicas locais, o projeto desse organismo internacional de articular ciência e desenvolvimento teria sucesso.

Posições como as de Miguel Ozório, ao chamarem a atenção para a importância das comunidades científicas locais e dos Estados nacionais, serviram para reforçar o princípio de periferia de Needham, dando-lhe um sentido. Esse princípio viria a influenciar sobremaneira as atividades da UNESCO, constituindo-se na melhor tradução da relação ciência-desenvolvimento. Como forma de naturalizá-lo, passaram a constar no programa da sua Divisão das Ciências Naturais a criação de uma ampla rede de Escritórios de Cooperação Científica (Field Cooperation Scientific Office – FCSO) e o estabelecimento de laboratórios científicos internacionais, sob a chancela das Nações Unidas. Essas medidas constituem-se em uma evidência do sucesso de Needham em promover seu princípio de periferia na UNESCO¹³²

Os Escritórios de Cooperação Científica deveriam ser criados em diversas partes do mundo (China, Índia, América Latina e Oriente Médio) como forma da UNESCO viabilizar seu programa. Eles seriam os intermediários desse organismo internacional na tarefa de fortalecer o desenvolvimento científico nessas regiões que, curiosamente, não figuravam entre aquelas atingidas diretamente pela guerra. Os laboratórios científicos internacionais, por sua vez, foram idealizados por Joseph Needham (UNESCO) e Henri Laugier (ECOSOC). De acordo com este último, sua tarefa seria realizar “uma investigação em escala global, começando pelas regiões subdesenvolvidas e direcionada para a pesquisa dos recursos botânicos, zoológicos e minerais e para as características do solo em vários territórios”, o que daria condições aos países subdesenvolvidos de explorarem os recursos naturais depositados em seus territórios, acelerando seu progresso¹³³. É essa preocupação com os países subdesenvolvidos que o faz destacar como a principal tarefa dos laboratórios científicos internacionais o inventário dos recursos naturais existentes nessas regiões, deixando em segundo plano outros fatores também

¹³¹ UNESCO/C/Prog.Com/S.C.Nat.Sci./V.R.2, p. 10-11(Arquivo UNESCO). Apud Maio, 2004, p. 150.

¹³² Maio, 2004, p. 148.

¹³³ Laugier, 1948, p. 257.

fundamentais para seu progresso, tais como os recursos físicos, intelectuais e morais, e os esforços que eles devem ser capazes de fazer para liberar todas as potencialidades do elemento humano em seus territórios.

No contexto de uma crescente articulação entre a ciência e as necessidades econômico-sociais dos países subdesenvolvidos, tanto a criação dos Escritórios de Cooperação Científica quanto dos Laboratórios Científicos Internacionais nos mostram que, apesar do programa da UNESCO enfatizar seu papel como coordenadora de uma campanha mundial para reconstruir educação, ciência e cultura, através da mobilização de recursos, infra-estrutura e serviços para áreas devastadas pela guerra, sua ambição ia além dessa tarefa, abarcando o mundo inteiro. Devendo se constituir em um dos laboratórios científicos internacionais idealizados por Laugier e Needham, o IIHA, patrocinado pela UNESCO, seria a ferramenta através da qual esse organismo internacional procuraria estimular o desenvolvimento da região amazônica no pós-Segunda Guerra Mundial, quando essa questão entrou definitivamente na agenda político-científica internacional. Durante seu processo de constituição, questões levantadas inicialmente por Miguel Ozório de Almeida, como a necessidade de projetos internacionais como esse passarem pelas comunidades científicas locais, viriam à tona.

2.1.2 - A proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA)

A proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) foi apresentada pelo cientista brasileiro Paulo Estevão de Berrêdo Carneiro (1901-1982) em maio de 1946, quando da elaboração pelo Comitê de Ciências Naturais da Comissão Preparatória da UNESCO, coordenado por Needham, do Programa Científico desse organismo internacional. Com a criação desse centro de pesquisas na Amazônia, Carneiro objetivava realizar com urgência pesquisas no campo da botânica, da química, da zoologia, da geologia, da meteorologia, da antropologia e da medicina. Seu projeto preconizava também estudos sobre as populações indígenas amazônicas e incluía, além do Brasil, outros países com interesses na região, tais como Bolívia, Peru, Equador, Venezuela, França, Grã-Bretanha e Países Baixos. No entender de Carneiro, era urgente a criação de um museu internacional em Belém, de modo que fossem aproveitadas as coleções (botânicas e zoológicas), bem como a biblioteca de cerca de vinte mil títulos do Museu

Goeldi. Nos planos do cientista também estava a instalação de um conjunto de laboratórios voltados para a química vegetal e animal, para a geofísica, a fisiologia e a microbiologia. O problema da nutrição em regiões tropicais também mereceu destaque¹³⁴.

O interesse de Paulo Carneiro pela região amazônica não era novo, datando da década de 1930¹³⁵. Em 1945, inclusive, ele chegou a apresentar a proposta de uma rede científica franco-brasileira ao governo Vargas¹³⁶. Depois da recusa do governo brasileiro em implementá-la, Carneiro submeteu seu projeto de criação de uma instituição científica na Amazônia para o âmbito da UNESCO¹³⁷, que prontamente a aprovou na primeira sessão de sua Conferência Geral, realizada em dezembro de 1946, em Paris. Além da afinidade intelectual e política que Paulo Carneiro tinha com Needham e Huxley, a rápida aceitação do projeto de criação do IIHA pela UNESCO está relacionada à tentativa de transformar a Amazônia em solução para alguns problemas típicos do contexto internacional do pós-Segunda Guerra Mundial, tais como fome, superpopulação e refugiados¹³⁸.

Inicialmente sua proposta tinha um escopo limitado: o IIHA seria um suporte internacional para o Museu Goeldi em Belém, para salvar suas preciosas coleções botânicas, zoológicas e etnológicas, e para desenvolver as ciências naturais na Amazônia através da cooperação de todos os países localizados nessa região geográfica. A partir de abril de 1947, contudo, quando o Conselho Executivo da UNESCO o elegeu como um dos quatro principais projetos a serem implementados nesse ano¹³⁹, o IIHA teve suas funções ampliadas, passando a envolver agricultura, educação e saúde, o que significava que suas preocupações deixaram de se relacionar somente à área científica. Dada a visão comum de que a Amazônia havia sido explorada até então de modo superficial e descontínuo, o IIHA

¹³⁴ Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas. Comissão Preparatória. Comitê de Ciências Naturais. Sugestões para o Programa Científico da UNESCO. Criação de um “Instituto Internacional da Hiléia Amazônica”, proposta submetida pelo Professor Paulo de Berrêdo Carneiro. Londres, maio de 1946. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 44.

¹³⁵ De 1933 a 1935, Paulo Carneiro dirigiu o Departamento de Matérias-Primas Vegetais e Animais do Instituto Nacional de Tecnologia (INT). Investido desse cargo, ele apresentou um projeto de beneficiamento da borracha e da castanha na região amazônica ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. (Maio e Sá, 2000, p. 979. Maio, 2001, p. 54).

¹³⁶ Sobre essa proposta ver: “Projeto de criação de um ‘Instituto da Hiléia Amazônica’”. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 97. Uma análise sobre ela pode ser encontrada em Maio e Sá, 2000, p. 981-3.

¹³⁷ Maio e Sá, 2000, p. 983.

¹³⁸ Maio, 2001, p. 52.

¹³⁹ Idem, p. 987.

incorporou dentre seus objetivos a exploração dos recursos dessa região, incorporando-a aos desígnios do desenvolvimento econômico então em voga nos planos nacional e internacional. Nesse sentido, ele se transformou em um projeto de desenvolvimento, na medida em que “associava saber científico, exploração econômica, preocupações de ordem social e busca de apoio da comunidade científica internacional”¹⁴⁰. Como veremos mais adiante, o perfil de projeto de desenvolvimento que o Instituto da Hiléia adquiriu vai ficar mais evidente na Conferência de Belém, realizada em agosto de 1947, na qual foi definida sua agenda científica.

No intervalo entre a reunião do Conselho Executivo da UNESCO e a Conferência de Belém, foi fundado no Rio de Janeiro, em junho de 1947, o Escritório Latino-Americano de Cooperação Científica (ELACC). Sua tarefa era “(...) facilitar a troca de informações, materiais e equipamentos científicos e as atividades dos cientistas dentro dos limites da América Latina e, (...), dentro do mundo científico como um todo”¹⁴¹. Para sua direção, Joseph Needham, com o respaldo de Huxley, convidou o também inglês Edred John Corner, que assumiu o cargo em março de 1947. O médico grego Basile C. Malamos¹⁴² foi designado seu assistente¹⁴³. Dentre as funções do ELACC figurava também a implementação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA)¹⁴⁴, que deveria servir de modelo para outros institutos tropicais que seriam criados em várias partes do mundo.

¹⁴⁰ Idem, p. 986.

¹⁴¹ “Programe for the field co-operation Office, Division of Natural Sciences, Latin America, and for the Hylean Amazon Project”. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 44.

¹⁴² Formado em Botânica pela Universidade de Cambridge, Corner possuía uma vasta experiência em flora tropical, tendo sido pesquisador do Jardim Botânico de Cingapura entre 1929 e 1946, sob mandato britânico. Durante a Segunda Guerra Mundial, no contexto da dominação japonesa no Sudeste Asiático, ele empreendeu diversos esforços no sentido de preservar bibliotecas, coleções e instituições científicas e históricas na Malásia. O grego Malamos, por sua vez, era médico parasitologista vinculado à London School of Hygiene and Tropical Medicine e com grande experiência de pesquisa na Alemanha no campo da medicina tropical. (Maio e Sá, 2000, p. 987)

¹⁴³ A escolha de Corner e Malamos para o ELACC não agradou a Paulo Carneiro que, mesmo reconhecendo as qualificações de ambos, destacava a falta de familiaridade dos dois cientistas europeus com a cultura e a vida política da região. Na sua opinião, à frente do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica deveria estar um cientista latino-americano de reconhecido prestígio. O fato de até aquele momento ainda não ter havido nenhuma reunião entre ele, Huxley, Needham e Corner sedimentava sua convicção de que muito pouco poderia ser feito em relação à Amazônia ainda em 1947. Na expectativa de equacionar essas questões e de fazer o projeto IIHA progredir, Carneiro propôs a indicação de um “consultor especial” para acompanhar os trabalhos. (Carta de Paulo Carneiro a Julian Huxley, 16 de abril de 1947, pp. 2-3, REG 330.19 (8) A 01 I.I.H.A., Parte 1 até 31/XII/1947, Caixa 166, pasta 1, Arquivos da UNESCO. Apud Maio e Sá, 2000, p. 987-8).

¹⁴⁴ Maio, 2000, p. 987.

Para assumir suas funções como diretor do ELACC e organizar a Conferência de Belém, Corner chegou ao Rio de Janeiro em maio de 1947, depois de ter viajado pelas Américas Central e do Norte, com o objetivo de conhecer as instituições científicas dessas regiões e obter apoio para o IIHA¹⁴⁵. De modo a comprometer cientistas, políticos e intelectuais brasileiros com esse projeto, em junho Corner, Paulo Carneiro¹⁴⁶ e Malamos apresentaram-no em uma mesa redonda no Itamarati, organizada pelo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC)¹⁴⁷, comissão nacional da UNESCO que conduzia os projetos desse organismo internacional no país e articulava seu apoio para iniciativas brasileiras nesses campos.

Essa primeira exposição sobre o Instituto da Hiléia serviu para reiterar as idéias do projeto original que foi aprovado na primeira sessão da Conferência Geral da UNESCO em 1946. Ficou estabelecido que o IIHA deveria ter as mesmas atribuições do Museu Goeldi, tais como coletar objetos naturais e elaborar um inventário bibliográfico mantendo, contudo, seu plano inicial, preconizado por Paulo Carneiro, de também realizar estudos sobre as condições de vida das populações indígenas da região¹⁴⁸. Esse perfil científico aparece em um documento de circulação interna que a UNESCO elaborou antes da Conferência de Belém, no intuito de discutir alguns aspectos envolvidos na criação do futuro instituto.

¹⁴⁵ *Correio da Manhã*, 18 de maio de 1947.

¹⁴⁶ Huxley aceitou a sugestão de Paulo Carneiro, designando o próprio para a função de “consultor especial” por um período pré-determinado de quatro meses. Nessa função, Carneiro deveria “estabelecer os elos entre, de um lado a UNESCO e, de outro, a comunidade científica e o Estado brasileiros, voltando ao centro do processo de gestação do IIHA”. (Huxley, Julian. “Memorandum on question of special consultant from Brazil for the Hylean Amazon project”, 25 de abril de 1947, 2p. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 44).

¹⁴⁷ Maio e Sá, 2000, p. 989. Para uma lista dos cientistas que participaram dessa mesa-redonda ver: *O Jornal*, 5 de junho de 1947.

¹⁴⁸ *Jornal do Commercio*, 5 de junho de 1947, p. 4.

“O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica pode ser comparado à ‘Smithsonian Institution’. Em sua fase inicial deverá ele, no entanto, ser encarado como um pequeno núcleo de investigações biológicas e antropológicas, localizado no Museu Goeldi, mas ramificado em todo o mundo através de uma rede de cooperação internacional. O desenvolvimento dos seus recursos para pesquisas de laboratórios e a sua extensão a outras seções das atividades da UNESCO far-se-ão à medida que aumente a sua experiência e o seu pessoal e à luz das reuniões internacionais convocadas para discutir pormenorizadamente os vários aspectos do seu trabalho e traçar os planos de uma ação conjugada”¹⁴⁹.

Em carta endereçada a Paulo Carneiro, Corner reafirmava o caráter científico do Instituto, argumentando que ele deveria se assemelhar ao *Smithsonian Institution*¹⁵⁰, para que os norte-americanos não tivessem nenhuma dúvida de que o Instituto da Hiléia havia sido planejado “para a disseminação do conhecimento e *não* originalmente para o desenvolvimento econômico”¹⁵¹. A preocupação de Corner se justificava em um contexto no qual a política externa norte-americana tinha todas suas atenções voltadas para a questão da segurança, reservando à Amazônia um lugar secundário e ao Brasil o papel tradicional de exportador de matérias-primas estratégicas. Nesse cenário, qualquer projeto voltado para o desenvolvimento regional era indesejado¹⁵². Entretanto, a visão que Corner tinha sobre o IIHA não estava em sintonia com a reunião do Conselho Executivo da UNESCO, realizada em abril de 1947, na qual, como vimos, o Instituto ganhou atribuições típicas de um projeto de desenvolvimento. A Conferência de Belém, no entanto, vai acompanhar as decisões dessa reunião, reafirmando que o Instituto terá sim preocupações com o desenvolvimento econômico da Amazônia.

¹⁴⁹ “Sugestões para a organização e o programa de um Instituto Internacional da Hiléia Amazônica”. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 43.

¹⁵⁰ Fundada em 1846 pelo governo dos Estados Unidos, a Smithsonian Institution é uma instituição educacional e de pesquisa dedicada à disseminação do conhecimento. Os recursos que ela dispõe são destinados à educação, arte, ciência e história, entre outros. Tendo a maioria de seus prédios localizados em Washington, o instituto compreende, atualmente, dezenove museus e sete centros de pesquisa, e tem 142 milhões de itens em suas coleções. (<http://www.si.edu/>, acessado em 18 de agosto de 2006).

¹⁵¹ Carta de E. J. H. Corner para Paulo Carneiro, 28 de maio de 1947. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 46. Grifo de Corner. Apud Maio, 2001, p. 60.

¹⁵² Malan, 1984, passim; Moura, 1990, passim.

2.2 – A Conferência de Belém

2.2.1 – Os preparativos para a Conferência

Depois de receber uma série de informações sobre as condições do Museu Goeldi¹⁵³, em junho de 1947 Corner viajou para Belém acompanhado do botânico do Museu Nacional Luiz Emygdio Mello Filho para encontrar Alfred Métraux. Seu objetivo era verificar as instalações, coleções e laboratórios da instituição paraense. Nessa ocasião, eles constataram suas precárias condições de funcionamento¹⁵⁴. Em carta enviada a Paulo Carneiro pouco antes do início da Conferência de Belém, Corner afirmava que tinha alterado suas idéias em relação à estruturação do IIHA depois dessa visita pelas seguintes razões:

“a) as instalações existentes no Museu Goeldi são muito pequenas para o trabalho a ser desenvolvido pelo IIHA, sobretudo em sua fase inicial; b) porque as pesquisas botânicas, entomológicas, químicas, dentre outras, contarão com excelentes facilidades no Instituto Agrônômico do Norte, e porque seu diretor, o Dr. Felisberto Camargo tem feito de tudo para que a UNESCO trabalhe em conjunto com seu instituto, franqueando os laboratórios, bibliotecas e demais instalações dessa instituição”¹⁵⁵.

Corner, Mello Filho, Metraux e Carneiro concluíram, então, que o Instituto Agrônômico do Norte (IAN), dirigido por Felisberto Camargo e até então fora das

¹⁵³ Como o IIHA deveria ter suas atividades vinculadas ao Museu Goeldi, a Divisão de Ciências Naturais da UNESCO enviou um questionário ao diretor dessa instituição paraense pedindo uma série de informações, tais como: literatura sobre a constituição do Museu, sua origem e desenvolvimento; sua atual estrutura e composição; divisões existentes, número de funcionários em cada uma delas, número de unidades, área total em que atua, finanças, publicações científicas e outras publicações. A UNESCO pedia ainda para que o diretor do Museu Goeldi enviasse sugestões sobre a organização do IIHA, indicando, aproximadamente, o montante de recursos financeiros de que necessitava. (“Questionnaire for the director, Goeldi Museum, Belém do Pará”. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47).

¹⁵⁴ Maio e Sá, 2000, p. 989.

¹⁵⁵ “Carta de Corner a Paulo Carneiro, 8 de junho de 1947”. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 46.

perspectivas do projeto IIHA, teria melhores condições de dar suporte às pesquisas planejadas. Planejado por Vargas durante o Estado Novo para impulsionar a agricultura na região amazônica, o IAN dispôs de um volume considerável de recursos nesse período¹⁵⁶. Nessa época, Felisberto Camargo tinha poder de decisão sobre as formulações pensadas para o desenvolvimento da Amazônia. Com a redemocratização do país, contudo, tanto o poder quanto os recursos destinados ao IAN foram reduzidos, na medida em que as decisões referentes à Amazônia voltaram a passar pelo Congresso Nacional. Nesse novo cenário, o diretor do IAN não mediu esforços para aproximar o instituto que dirigia do projeto IIHA, em uma tentativa de resolver o problema da escassez de recursos¹⁵⁷.

Em memorando enviado ao diretor do ELACC pouco antes do início da Conferência de Belém, Huxley e Needham mostravam-se preocupados quanto aos rumos do IIHA. Insistiam com Corner sobre a necessidade dele alertar os países envolvidos na criação do Instituto de que a UNESCO não se responsabilizaria pelo patrocínio do projeto, não só porque não dispunha de recursos suficientes, como também porque essa tarefa não figurava entre suas atribuições. Os representantes latino-americanos deveriam buscar apoio, então, em outras agências especializadas do sistema da ONU, tais como a FAO e a OMS, por exemplo. A UNESCO se limitaria a dar suporte aos países envolvidos no projeto IIHA, de forma a atrair os recursos e aliados necessários sem, no entanto, se confundir com “uma fundação internacional de pesquisa”¹⁵⁸.

Com base nas recomendações que recebeu da direção da UNESCO em Paris, Corner organizou a agenda de Belém em torno dos seguintes pontos:

¹⁵⁶ Em discurso pronunciado em Belém nos anos 1940, Vargas expôs o perfil do IAN e suas atribuições: “um centro completo de pesquisas da riqueza florestal do Vale amazônico, com o propósito de classificá-la, aperfeiçoar e desdobrar nos campos de multiplicação, para substituir pela indústria agrícola, metódica e científica, os velhos processos extrativos. Destinado a servir a toda a região, esse instituto deverá promover o plantio sistemático, não só da seringueira, pela forma em que o vem praticando, com pleno êxito, a Fundação Ford, como, ainda, os das variadas espécies nativas e aclimadas (...), a fim de fornecer, gratuitamente, mudas de precoce produção pela enxertia e desenvolver, ao mesmo tempo, os modernos processos de cultura e aclimação dos vegetais”. (“Os problemas da planície amazônica e o futuro do Pará”. In: Vargas, Getúlio. *A nova política do Brasil – vol. VIII – ferro, carvão e petróleo (7.8.1940 a 9.7.1941)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941, p. 55-58, p. 57-58).

¹⁵⁷ Maio e Sá, 2000, p. 989.

¹⁵⁸ Memorandum of Instructions to dr. Corner for guidance at the meeting of the Belem Commission, including Notes on the agenda, 30 de julho de 1947, 6 p., em REG 330.19 (8) A 01 I.I.H.A., Parte 1 até 31/XII/1947 (caixa 166, pasta 1), Arquivos da Unesco. Apud. Maio e Sá, 2000, p. 990.

“1) objetivos e funções do futuro IIHA; 2) escolha da sede do IIHA e dos meios de transporte; estruturação burocrática, atividades para 1947 e 1948; 3) publicações; 4) coleções; 5) recursos financeiros; 6) elaboração de um acordo entre os governos interessados e a UNESCO”¹⁵⁹.

Além disso, em uma tentativa de angariar simpatias para o IIHA e ganhar aliados, o diretor do ELACC recomendou a Paulo Carneiro que, devido ao grande interesse que o projeto da Hiléia estava despertando, talvez fosse desejável que o primeiro encontro da comissão internacional do IIHA, em Belém, fosse aberto ao público e que o governador do estado do Pará proferisse o discurso de abertura. Sugeriu ainda que Carneiro enviasse convites aos governadores do Amazonas e do Mato Grosso e também aos altos oficiais e às personalidades de destaque desses estados, bem como aos cônsules e vice-cônsules residentes em Belém¹⁶⁰.

2.2.2 – A agenda de Belém

Corner estava certo em relação ao entusiasmo dos estados amazônicos com a Conferência de Belém, realizada entre 12 e 18 de agosto de 1947, sob a presidência do destacado médico sanitarista norte-americano Fred Soper, que representava várias organizações internacionais¹⁶¹. Em 9 de agosto, alguns dias antes de seu início, o governador do Amazonas, Leopoldo Neves (PTB-AM), enviou um ofício endereçado a Paulo Carneiro, no qual comunicou estar mandando um representante para Belém e demonstrou todo seu apoio e entusiasmo em relação ao IIHA. Esse documento nos dá uma idéia das expectativas que os políticos da região amazônica alimentavam em relação ao projeto:

¹⁵⁹ Idem, p. 989-990.

¹⁶⁰ “Carta de Corner a Paulo Carneiro, 8 de junho de 1947”. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 46.

¹⁶¹ Ligado a Fundação Rockefeller, Fred Soper acumulava uma vasta experiência de trabalho no Brasil. Um indício do seu prestígio pode ser encontrado no número de organizações que ele representou em Belém: Organização Mundial de Saúde (OMS), Instituto Interamericano de Agricultura (IAIA), Repartição Sanitária Pan-Americana (PASB) e União Pan-Americana (PAU). (Arquivos da UNESCO, General Conference, Second Session, Reported Present By The International Hylean Institute, Paris, 26 de setembro de 1947, 2C/18, pp. 1-3, Arquivos da UNESCO. Apud Maio e Sá, 2000, p. 1010, nota 23).

“Estou certo de que a UNESCO, ao inaugurar suas eficientes atividades no mundo planiciário da Amazônia, abrirá também um período de benemerências que se desdobrarão no sentido de oferecer melhor ambiente de vida ao homem da gleba e aos povos diversos, um manancial inesgotável de preciosidades em todos os setores de nossa privilegiada natureza”¹⁶².

A mesma postura teve o governador do Pará, Moura de Carvalho, que no discurso que pronunciou por ocasião da abertura da Conferência de Belém proferiu as seguintes palavras:

“A Amazônia é nossa, mas a serviço do mundo, a serviço da ciência, como fonte de trabalho e de bem-estar geral, como potencial capaz de produzir tudo quanto seja necessário aos outros povos, dentro do regime de fraternidade universal que deve presidir a todas as intenções na vida internacional”¹⁶³.

Esse entusiasmo local com a realização da Conferência de Belém e o projeto IIHA deve ser entendido dentro das preocupações com o desenvolvimento da Amazônia que já existiam no país desde o início da década de 1940. Aos olhos das elites locais, a concretização da proposta da UNESCO significava a materialização dos seus anseios. Essas expectativas amazônicas por políticas de desenvolvimento se fizeram sentir no programa a ser patrocinado pelo IIHA, cujas linhas gerais foram elaboradas na Conferência de Belém, a partir do trabalho de três comissões: Ciências Sociais e Educação; Nutrição e Ciências Médicas; Ciências Naturais.

A Comissão de Ciências Sociais e Educação recomendou em seu relatório um programa de trabalho que englobava as áreas de “geografia humana”, “educação” e “estudos indigenistas”. Em relação à primeira dessas áreas, decidiu-se que o IIHA deveria formar centros de colonização voltados para as diferentes atividades agrícolas e industriais

¹⁶² “Ofício do governador do estado do Amazonas, Leopoldo Amorim da Silva Neves, à Paulo Carneiro”. S/D. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 44.

¹⁶³ Carneiro, Paulo. *O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica: razões e objetivos de sua criação*. Rio de Janeiro: s. e, 1951, p. 24.

típicas da região amazônica e estabelecer um plano de “inter-comunicações fluviais, terrestres e aéreas, destinado a desenvolver a solidariedade social e econômica de todos os países integrantes dessa região”. No campo educacional, caberia ao Instituto divulgar na região uma campanha em prol da educação fundamental, instalar internatos e Escolas Normais Rurais destinadas à formação de docentes adaptados às atividades educacionais que deveriam ser empreendidas na Hiléia, bem como Escolas Técnicas especializadas em Química Industrial, Agricultura e Higiene, áreas “indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social da Hiléia Amazônica”. Nas atividades relacionadas à vida das populações indígenas, o IIHA deveria procurar a orientação de antropólogos especializados na região amazônica e trabalhar pela manutenção da “integridades cultural das comunidades indígenas”. Além disso, deveria promover estudos sobre a medicina indígena e estimular o emprego de técnicas em vias de extinção. Deveria ainda realizar esforços para impedir a contaminação dos índios por doenças infecciosas, eliminar os atritos entre os diversos grupos e desenvolver estudos sobre os elementos folclóricos e lingüísticos das populações indígenas, conscientizando-as acerca da valorização de sua própria cultura¹⁶⁴.

A Comissão de Nutrição e Ciências Médicas realizou seus trabalhos com base no acordo firmado em Paris, em abril de 1947, entre a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a UNESCO, que definia os respectivos domínios de cada uma dessas agências da ONU. Nesse sentido, o delegado da UNESCO nessa comissão, Basile Malamos, afirmou que o organismo que representava não empreenderia nenhuma pesquisa médica através do IIHA. Caso algum trabalho nessa área tivesse que ser desenvolvido, o Instituto da Hiléia deveria buscar a cooperação da Repartição Sanitária Pan-Americana (PASB) e da OMS. Nessa ótica, o relatório da comissão recomendou que o IIHA se concentrasse nos estudos de nutrição, como forma de melhorar as condições alimentares dos povos da Hiléia Amazônica¹⁶⁵.

A Comissão de Ciências Naturais, por sua vez, subdividiu-se em quatro temas: “Geologia, Geografia Física e Pedologia”; “Botânica”; “Zoologia”; “Agricultura,

¹⁶⁴ Relatório da Comissão de Ciências Sociais e Educação. Belém, 12 a 18 de agosto de 1947, p. 17-18. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

¹⁶⁵ Relatório da Comissão de Nutrição e Ciências Médicas. Belém, 12 a 18 de agosto de 1947, p. 20-21. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

Silvicultura e Piscicultura”¹⁶⁶. Sobre o primeiro, o relatório da sub-comissão salientou a necessidade de criação de quatro centros de pesquisas geológicas, pedológicas e geográficas em Belém, Caiena, Manaus e Iquitos¹⁶⁷. Os projetos voltados para o desenvolvimento da Amazônia ficariam mais nítidos nos relatórios apresentados pelas demais sub-comissões. A de Botânica, por exemplo, enfatizou em seu relatório a necessidade de explorações em toda a Hiléia no sentido de se descobrir plantas de valor econômico¹⁶⁸. A sub-comissão de Zoologia, por sua vez, estabeleceu que o IHA deveria dispensar especial cuidado a “todos os problemas zoológicos de aplicação prática imediata”. Dentre esses problemas, ela destacou o estudo dos “peixes fluviais comestíveis que se encontram em quantidades comerciais”, cuja pesca deveria ser fiscalizada, sobretudo no que concerne a sua conservação e distribuição¹⁶⁹. Já a sub-comissão de Agricultura, Silvicultura e Piscicultura, da qual fazia parte Felisberto Camargo, deixou claro o caráter que orientou a elaboração do seu relatório:

“A seleção dos projetos foi feita dentro de um sentido prático. Sem se desviar das obras de pura pesquisa, é de se esperar que a realização de projetos de pesquisa capazes de fornecer informações de aplicação imediata para a solução dos problemas urgentes, aumentarão o prestígio do Instituto nos seus primeiros dias e o fortalecerá para futuros trabalhos sobre problemas científicos de natureza mais teórica”¹⁷⁰.

Dentro desse espírito, dois aspectos foram considerados por essa sub-comissão: primeiro, o atendimento às necessidades da população local, através da produção de alimentos, combustível, fibras e materiais de construção. Em segundo, a produção voltada

¹⁶⁶ Relatório da Comissão de Ciências Naturais. Belém, 12 a 18 de agosto de 1947, p. 13-15. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

¹⁶⁷ Relatório da sub-comissão de Geologia, Geografia Física e Pedologia. Belém, 12 a 18 de agosto de 1947, p. 1-4. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

¹⁶⁸ Relatório da sub-comissão de Botânica. Belém, 12 a 18 de agosto de 1947, pp. 5-6. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

¹⁶⁹ Relatório da sub-comissão de Zoologia. Belém, 12 a 18 de agosto de 1947, pp. 7-9. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

¹⁷⁰ Relatório da sub-comissão de Agricultura, Silvicultura e Piscicultura. Belém, 12 a 18 de agosto de 1947, pp. 10-16, p. 10. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

para a exportação, proveniente dos rios, florestas e campos da região. Os recursos obtidos com a venda desses produtos deveriam ser aplicados na compra de mercadorias necessárias à população local. Para atender a esses dois aspectos e resolver os principais problemas da região, o relatório identificou as áreas prioritárias nas quais o IIHA deveria atuar: “agricultura florestal”, “exploração silvestre” e “culturas em terras inundáveis”. Em um primeiro momento, o relatório da sub-comissão recomendava que esses problemas agrícolas gerais deveriam ser abordados através de estações experimentais e institutos já existentes na região. A seleção dos problemas específicos, cujos estudos deveriam ser iniciados imediatamente, ficou para uma data posterior¹⁷¹.

Como o relatório das comissões evidencia, a agenda de pesquisas estabelecida em Belém procurou conjugar um projeto de desenvolvimento adequado às especificidades da Amazônia com preocupações relacionadas às diversas populações e culturas lá existentes. Pelas mãos de políticos, técnicos, cientistas e burocratas, o IIHA caminhava a passos largos para se transformar em uma ferramenta capaz de resolver os problemas dessa região.

2.2.3 – As primeiras tensões

Logo após o término da Conferência de Belém, Corner enviou um relatório para a Divisão de Ciências Naturais e a direção geral da UNESCO, no qual assinalou as duas concepções sobre o projeto IIHA que estiveram em disputa no encontro: a primeira, defendida pelos representantes da UNESCO, considerava o IIHA um espaço universal da ciência e dos cientistas, capaz de transformar a Amazônia em uma importante estação de pesquisas da região equatorial. A outra, vislumbrada pelos países latino-americanos, procurava transformar o IIHA em uma ferramenta voltada para o desenvolvimento da região amazônica, através da articulação da pesquisa básica com ciência aplicada, e da mobilização de educadores, cientistas sociais e sanitaristas¹⁷². Seu desacordo com a vitória dessa última concepção era evidente:

¹⁷¹ Idem, p. 10-13.

¹⁷² Idem, p. 993.

“O ‘S’ em UNESCO é o que todos desejamos. Se a UNESCO abdicar da sua liderança, temo que prejudique o apoio regional não ao Instituto da Hiléia (que nunca seria criado) mas à UNESCO. No entanto, este é um assunto para ser decidido na (segunda sessão da) Conferência Geral da UNESCO. (...) S representa a ciência, quer sejam abstrações sobre prótons, genética ou sistemática, e não ... tecnologia. Assim que o projeto científico for iniciado não se deve permitir sua degradação com o fim de conseguir apoio. Considero lamentável que a agricultura (que é uma política) e a educação (que é um fetiche histórico) ganhem precedência sobre a sede de conhecimentos sobre a região amazônica, a qual é uma atração interminável para cientistas”¹⁷³.

O relatório de Corner constitui-se em mais uma evidência de que a questão do desenvolvimento foi agregada ao projeto IIHA a partir da Conferência de Belém. Como vimos, na visão do diretor do ELACC o Instituto da Hiléia deveria se manter na linha dos laboratórios científicos internacionais, cuja criação havia sido preconizada pelo programa da Divisão de Ciências Naturais ainda em 1946. Daí sua indignação com os contornos desenvolvimentistas que a proposta da UNESCO ganhou. Na opinião de Corner, a reunião de Belém desvirtuou o caráter do Instituto. Na realidade, ela apenas reafirmou o que havia sido decidido na reunião do Conselho Executivo da UNESCO em 1947.

Enquanto a direção da UNESCO estava preocupada com os resultados da Conferência de Belém, os principais defensores do IIHA trataram de definir “uma estratégia para pressionar o Congresso brasileiro no sentido de extrair recursos do orçamento nacional para o projeto IIHA”¹⁷⁴. Ainda em agosto de 1947, Felisberto Camargo, compareceu à Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (CEPVEA) para relatar os acontecimentos da Conferência de Belém e entregar ao presidente dessa comissão, Leopoldo Peres (PSD-AM), suas observações sobre os problemas da borracha e da colonização na Amazônia¹⁷⁵. Paulo Carneiro, por sua vez, enviou uma carta ao ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, relatando o

¹⁷³ Carta de E. J. H. Corner a Purnell, 3 de setembro de 1947, p. 2, em REG 330.19 (8)A 01, IIHA, Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, pasta 1), Arquivos da UNESCO. Apud Maio e Sá, 2000, p. 993.

¹⁷⁴ Maio e Sá, 2000, p. 992.

¹⁷⁵ Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 30 de agosto de 1947, p. 5298. Ata da Reunião da CEPVEA, de 25 de agosto de 1947.

desenrolar da Conferência de Belém e solicitando o apoio do Itamarati à proposta a ser enviada pela comissão nacional da UNESCO (IBECC) à CEPVEA, que previa a destinação de parte dos recursos do artigo 199 da Constituição de 1946 para o Instituto da Hiléia:

“À contribuição já assegurada pelos Estados de Mato Grosso, do Amazonas e do Pará, pelos Territórios do Guaporé e do Amapá, pelo Instituto Agrônomo do Norte e pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística, ao Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, seria de desejar que se acrescentasse um auxílio financeiro por parte da Comissão de Valorização Econômica do Vale Amazônico. Nesse sentido, tive a honra de sugerir ao presidente do IBECC que tomasse essa instituição, como órgão que é da Unesco no Brasil, a iniciativa de solicitar à Comissão Parlamentar de Valorização da Amazônia a atribuição anual de parte da soma arrecadada de acordo com o artigo 199 da Constituição Federal, às despesas de instalação, equipamento e pesquisa dos Centros do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica localizados em território brasileiro. Essa quantia poderia ser anualmente confiada ao IBECC para ser aplicada sob o seu controle¹⁷⁶.

Essa pressão sobre a CEPVEA ocorreu em um momento onde o governo federal procurava aplicar uma experiência planejadora nos níveis regionais, com o objetivo de “trazer as regiões mais atrasadas e pobres para o mesmo nível de desenvolvimento das áreas mais ricas do país”¹⁷⁷. Como a Amazônia era uma das regiões-alvo de tais iniciativas, os defensores do IIHA direcionaram seus esforços para a comissão parlamentar responsável por elaborar políticas de desenvolvimento para essa região. Assim que o memorial do IBECC, pleiteando verbas para o IIHA, chegou à CEPVEA, Leopoldo Peres o entregou ao deputado Pereira Mendes (PSD-MT) para que este o relatasse¹⁷⁸. Na reunião seguinte o parlamentar leu seu parecer, concluindo que o memorial fosse entregue à

¹⁷⁶ Carta de Paulo Carneiro a Raul Fernandes. s/d. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

¹⁷⁷ D'Araújo. Maria Celina. “A Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 7, número 19, junho de 1992, pp. 41-55, p. 44.

¹⁷⁸ Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 04 de novembro de 1947, p. 7643. Ata da Reunião da CEPVEA, de 03 de novembro de 1947.

comissão interina do IIHA a ser criada¹⁷⁹. Nesse momento, a CEPVEA não se sentiu preparada para discutir o Instituto, optando por encaminhá-lo para outra instância.

Além de pleitearem recursos para o IIHA junto ao governo, os defensores do projeto tinham que lutar com a oposição de alguns setores da sociedade brasileira a sua implementação. Em agosto de 1947, o periódico “A Luta” criticou a instalação do Instituto, comparando-o ao Plano Marshall, que teria retirado a soberania dos países europeus transformando-os em colônias norte-americanas. O mesmo aconteceria com o Brasil se o projeto IIHA fosse aprovado. “Assistido” pelos Estados Unidos e envolvendo desde a educação até as riquezas do subsolo, o Instituto da Hiléia, segundo o jornal, manteria o atraso econômico da América Latina, relegando essa região à eterna função de fornecedora de matérias-primas. Por meio dele, o “imperialismo ianque” teria acesso a todas as riquezas naturais do país. Por esses motivos, “A Luta” concluiu a matéria afirmando que “Internacionalizar a Amazônia é trair a nacionalidade, é mutilar e trair a soberania da pátria [...] a troco de dólares”¹⁸⁰.

Ao classificar o IIHA como um projeto do “imperialismo ianque”, “A Luta” revelou desconhecer as crescentes hostilidades dos norte-americanos em relação ao Instituto. Críticos à direção da UNESCO e aos projetos que ela procurava desenvolver – com base no princípio de periferia - nos países tidos como periféricos, os Estados Unidos tomaram oficialmente uma posição contrária ao IIHA na reunião da terceira sessão de sua comissão nacional para a UNESCO, realizada em setembro de 1947, em Chicago¹⁸¹. Em carta enviada a Corner, Needham explicou que a oposição dos norte-americanos ao IIHA devia-se ao fato desse país querer reduzir o orçamento de todos os projetos que não estivessem diretamente ligados aos interesses norte-americanos na Guerra Fria. Além disso, com base na Doutrina Monroe, os Estados Unidos não desejam a intervenção de nenhum outro país na América Latina, mesmo que essa se desse através da UNESCO¹⁸². Fora essas questões geopolíticas, a oposição dos norte-americanos ao IIHA pode ser

¹⁷⁹ Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 12 de novembro de 1947, p. 7940. Ata da Reunião da CEPVEA, de 10 de novembro de 1947.

¹⁸⁰ “A substituição do corpo pátrio”. *A Luta*, 30 de agosto de 1947. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 46.

¹⁸¹ Public Record, Kew, FO 924-600, LC4555. Apud Petitjean, Patrick; Domingues, Heloísa B. “A redescoberta da Amazônia num projeto da UNESCO: o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Vol. 14, n. 26, 2000, pp. 265-291, p. 275.

¹⁸² Needham Archive, D30. Apud Petitjean e Domingues, 2000, p. 275.

explicada também pelo fato desse país já ter tido, em um passado recente, experiências de trabalho na Amazônia, tanto em projetos empresariais, quanto no surto da borracha durante a Segunda Guerra Mundial. De acordo com Maio, essa experiência acumulada pelos Estados Unidos em matéria amazônica:

“(...) dificultava qualquer visão romântica sobre a região ou uma crença na Amazônia como terra exótica. Por conta das atividades (...) como a borracha, a Amazônia do pós-guerra se constituía para os norte-americanos, em um cenário de risco para quaisquer investimentos por parte da UNESCO”¹⁸³.

Na Inglaterra, enquanto a *Royal Society* apoiava entusiasticamente o IIHA e o *Colonial Office* lhe fazia oposição, o *Foreign Office* só começou a dar atenção ao projeto em setembro de 1947, apesar de Needham lhe passar informações regulares desde 1946¹⁸⁴. A postura desse último pode ser explicada pela forma como ele encarava o IIHA:

“Parece-me que este instituto é ainda outro exemplo entusiástico da UNESCO, mas é irreal na abordagem dos problemas específicos. Se o projeto do IIHA deve cobrir todos os campos de atividades da UNESCO, o quantitativo do *staff* e do dinheiro deve ser aumentado, e penso que a única solução para chegar a algum resultado proveitoso é limitar seus fins, preferencialmente, à pesquisa científica pura, mas com um olho nas possibilidades, naturais e humanas, de *desenvolvimento econômico*” [sem grifo no original]¹⁸⁵.

Em relação a UNESCO, a Conferência de Belém assinalou que sua própria liderança tinha visões diferentes sobre o tipo de desenvolvimento desejável para a Amazônia. De um lado temos Huxley e Needham, para os quais esse desenvolvimento pressupunha o conhecimento e o estudo da fauna e da flora dessa região, bem como de seus recursos minerais. Daí defenderem que o IIHA estivesse voltado para a investigação

¹⁸³ Maio, 2000, p. 994-5.

¹⁸⁴ Petitjean e Domingues, 2000, p. 274.

¹⁸⁵ Public Record, Kew, LC 4082. Apud Petitjean e Domingues, 2000, p. 274.

científica. Paulo Carneiro, por seu turno, não demonstrava maiores preocupações com o fato de seu projeto passar a envolver também educação, saúde, agricultura e pecuária, como ficou estabelecido em Belém. Ele acreditava que, atuando nessas áreas, o IHA também poderia contribuir para o desenvolvimento da Amazônia. Como vimos, Carneiro chegou, inclusive, a pressionar a CEPVEA para que ela destinasse uma parte dos recursos garantidos à Amazônia pela Constituição de 1946 para o Instituto. No seu entendimento, o IHA podia ter esse caráter “híbrido”¹⁸⁶, conjugando pesquisas básicas com demandas por ciência aplicada, orientada pela busca de soluções para os problemas da região. Foi esse hibridismo da proposta de Carneiro que possibilitou que setores da sociedade amazônica se apropriassem dela, dando mais ênfase ao seu caráter desenvolvimentista. Como a proposta de Carneiro envolvia tanto pesquisas científicas quanto preocupações com a exploração dos recursos naturais da Amazônia, políticos, cientistas e técnicos da região trataram de enfatizar a segunda, com vistas transformar o Instituto da Hiléia em uma ferramenta capaz de ajudar a superar os problemas econômicos e sociais da Amazônia.

Entretanto, o caráter híbrido da proposta de Carneiro e a forma como ela foi apropriada pelas elites políticas e sociais da Amazônia não se coadunava com a visão da direção geral da UNESCO e de seu Departamento de Ciências Naturais, para quem a importância do projeto IHA residia no fato dele ser capaz de fortalecer a comunidade científica nacional, propiciar o intercâmbio de conhecimentos científicos e estimular o desenvolvimento da ciência básica contribuindo, assim, para o projeto da UNESCO de uma ciência de caráter social, norteadada pela superação dos problemas das “zonas escuras”. Caberia, no entanto, à segunda sessão da Conferência Geral da UNESCO, que se realizaria no México em novembro de 1947, apreciar as deliberações da Conferência de Belém. A instância máxima de decisão da UNESCO também estava incumbida de traçar o esquema definitivo do instituto e definir o lugar de sua sede.

Buscando aglutinar as posições divergentes e controlar as tensões que elas geravam, durante a Conferência do México a direção geral da UNESCO interveio na dinâmica do projeto IHA no intuito de limitar a magnitude que ele adquiriu em Belém. Seus principais objetivos eram reduzir o volume de recursos a ser gasto (55 mil dólares) e redefinir a relação da UNESCO com o IHA, com a agência da ONU limitando-se apenas a impulsionar o projeto. Com o respaldo principalmente dos países latino-americanos,

¹⁸⁶ Maio e Sá, 2000, p. 995.

Carneiro reagiu a essa tentativa da UNESCO de reduzir sua participação no projeto IIHA, lançando um documento no qual reafirmava as decisões tomadas em Belém. Iniciada a Conferência do México, os Estados Unidos passaram a combater o projeto, principalmente na elaboração do programa de ciências naturais e na definição do orçamento, recusando-se a patrocinar um instituto que ainda não tinha saído do terreno das intenções. Sem o financiamento norte-americano, caberia aos países latino-americanos, os maiores interessados na criação do Instituto da Hiléia, arcar com o maior volume de recursos. A natureza das relações entre a UNESCO e o futuro instituto também foi objeto de polêmica, com os Estados Unidos defendendo que o IIHA deveria ser uma instituição independente da UNESCO, ao passo que os representantes dos países latino-americanos, liderados por Paulo Carneiro e Carlos Chagas Filho, lutavam para que o futuro instituto continuasse a ser patrocinado por esse organismo internacional¹⁸⁷.

Em meio a essas controvérsias, Carlos Chagas Filho entrou em cena com um importante instrumento de persuasão: afirmou que o Congresso Nacional tinha acabado de aprovar um projeto destinando parte dos recursos que o Artigo 199 da Constituição federal garantia à Amazônia para o IIHA¹⁸⁸. Essa notícia deu um novo alento para o projeto, a ponto de Paulo Carneiro conseguir garantir um financiamento de 94 mil dólares para o IIHA, quantia muito próxima dos 100 mil dólares que a Conferência de Belém havia estabelecido. O Instituto da Hiléia manteve-se, então, como prioridade da UNESCO para o ano de 1948. A agência da ONU, porém, conseguiu redefinir sua participação no projeto apenas como agente catalisador, não prevendo nenhum orçamento para o ano de 1949. Para a UNESCO, o ano de 1948 era o prazo limite para o seu apoio ao IIHA. Foi aprovada também a realização de uma conferência – a ser realizada na cidade peruana de Iquitos – cujo objetivo seria definir a estrutura burocrático-política do futuro instituto e também as primeiras pesquisas a serem realizadas¹⁸⁹.

¹⁸⁷ Idem, p. 995-6.

¹⁸⁸ Carlos Chagas Filho se referia ao Memorial do IBECC pedindo recursos para o IIHA que Felisberto Camargo apresentou à CEPVEA logo após a Conferência de Belém. Como vimos, os parlamentares que compunham essa comissão não aprovaram a destinação de parte dos recursos do Artigo 199 para o IIHA, como queriam Carneiro e Camargo, recomendando que essa sugestão fosse enviada à comissão interina do IIHA que se formaria. Cf. Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 12 de novembro de 1947, p. 7940. Ata da Reunião da CEPVEA, de 10 de novembro de 1947, nota 167 deste trabalho. Ver também: Maio e Sá, 2000, p. 996.

¹⁸⁹ Maio e Sá, 2000, 996-7.

Em geral, foram as proposições de Huxley que acabaram valendo nas discussões travadas no México acerca do IIHA, sobrepondo-se tanto às dos Estados Unidos quanto às de Paulo Carneiro e dos países latino-americanos. O passo seguinte foi a realização da Conferência de Iquitos, em abril de 1948. Presidida pelo etnólogo francês Paul Rivet e pela antropóloga do Museu Nacional Heloísa Alberto Torres, este encontro tinha como objetivo estabelecer os parâmetros legais do futuro instituto¹⁹⁰. Nesse sentido, foi aprovado o projeto de convenção constitutiva do IIHA – conhecida como Convenção de Iquitos - que estabelecia suas estruturas administrativa, organizacional e jurídico-política. Foi eleita também uma comissão interina do IIHA, para a presidência da qual foi escolhida Heloísa Alberto Torres, reservando-se à Corner o cargo de secretário-geral. Entre os dias 13 e 15 de maio de 1948, essa comissão se reuniu em Manaus para discutir pontos como seu funcionamento nos anos de 1948 e 1949, delimitar a área geográfica da Hiléia amazônica e escolher a cidade que serviria de sede para o IIHA¹⁹¹.

Na Conferência de Manaus, Felisberto Camargo esforçou-se para imprimir um caráter desenvolvimentista ao Instituto da Hiléia. Nessa ocasião, ele - que assim como Paulo Carneiro, não esteve na Conferência de Iquitos – apresentou seis projetos à comissão interina do IIHA, para serem desenvolvidos em conjunto entre o instituto a ser criado e o IAN¹⁹². Na sua visão, os projetos de pesquisa a serem desenvolvidos na Amazônia tinham que compartilhar do “sentido prático” que orientou os trabalhos da sub-comissão de Agricultura, Silvicultura e Piscicultura da Conferência de Belém - da qual tinha participado - pressupondo uma aplicação imediata, o que, na sua visão, contribuiria para a solução dos problemas urgentes da região amazônica. Em seu projeto amazônico, as pesquisas de ciência básica não ocupavam um lugar de destaque. Nesse sentido, dos seis projetos que apresentou à comissão interina do IIHA, quatro tinham como preocupação principal o incremento da produção de alimentos na Amazônia (produção de carne; leite; cereais, leguminosas, gordurosas e oleaginosas vegetais, cacau e outras plantas alimentícias para o homem; e juta). Esse fato decorre da sua convicção de que “a grande Hiléia, (...), constitui uma das maiores reservas do mundo, capaz de proporcionar-lhe um

¹⁹⁰ Idem, p. 998.

¹⁹¹ Idem, p. 1000.

¹⁹² Para uma análise desses projetos, ver: Maio, Marcos Chor; Sanjad, Nelson; Drummond, José Augusto. “Entre o global e o local: a pesquisa científica na Amazônia do século XX”. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, n. 31, julho/dezembro de 2005, pp. 147-166, p. 158-159.

certo equilíbrio no tocante ao magno problema da falta de alimento (...) em toda a superfície da terra”¹⁹³.

Se os quatro primeiros projetos apresentados por Camargo configuravam-se como parte de uma “política de subsistência”, os dois últimos visavam, respectivamente, a “exploração florestal e cultura de essências florestais tendo em vista a produção de madeiras de lei” e a “colaboração científica”. Segundo o diretor do IAN, esses seis projetos, tomados em conjunto, tinham como objetivo “promover a auto-suficiência básica da plantação amazônica e preparar a Hiléia para, em um futuro bem próximo, poder receber as massas humanas atormentadas pela miséria e pela fome, que desde já ameaçam o mundo inteiro”¹⁹⁴. Além do fato de serem, em sua maioria, dedicados ao problema da alimentação, uma outra característica dos projetos apresentados por Camargo consistia na tentativa de procurar vincular o IIHA ao IAN¹⁹⁵. De acordo com Maio:

“Camargo parecia jogar uma de suas últimas cartadas em tempos de escassez de recursos. Deixava clara sua perspectiva de transformar o IIHA em um instrumento de desenvolvimento econômico regional, que livrasse a Amazônia das peias das elites regionais e dos entraves da burocracia federal”¹⁹⁶.

O plano de criação do Instituto da Hiléia saiu dos encontros de Belém, Iquitos e Manaus com um perfil voltado para o desenvolvimento. As propostas feitas por Felisberto Camargo são uma evidência nesse sentido, pois dificilmente seriam apresentadas para uma instituição apenas de cunho científico. O debate suscitado pelo IIHA sobre diferentes projetos de desenvolvimento para a Amazônia seria retomado em outro plano a partir da decisão da Conferência de Iquitos de condicionar a criação do Instituto à aprovação de seu estatuto jurídico-político por pelo menos cinco países com territórios na Hiléia. No Brasil, cujas decisões eram fundamentais para o futuro do projeto, o processo de ratificação da Convenção de Iquitos suscitou intensas polêmicas, revelando visões antagônicas sobre o

¹⁹³ Camargo, Felisberto. *Sugestões para o soerguimento do vale amazônico*. Belém, s. e., 1948, 71p, p. 1.

¹⁹⁴ *Ibidem*.

¹⁹⁵ *Idem*, p. 64–65.

¹⁹⁶ Maio e Sá, 2000, p. 1000.

desenvolvimento do país e da Amazônia, e nos oferecendo um panorama de como essas questões eram tratadas entre meados da década de 1940 e o início da década de 1950. Ao ganharem espaço na opinião pública nacional, esses debates acabaram mobilizando diversos atores sociais e políticos até então afastados das discussões sobre o IIHA, o que, por sua vez, contribuiu para o destino que teve o projeto. É esse processo que analisarei no próximo capítulo.

Capítulo 3: As controvérsias sobre a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica na Câmara dos Deputados¹⁹⁷

No capítulo anterior demonstrei como o Instituto da Hiléia passou a envolver demandas por desenvolvimento a partir da Conferência de Belém e as reações dos Estados Unidos e da UNESCO a esse novo perfil. Vimos, então, os esforços realizados por ambos para limitar o escopo do Instituto e, no caso da UNESCO, para tentar redefinir sua participação no projeto. A discussão do estatuto jurídico político do IIHA nas esferas nacionais, conforme determinou a Conferência de Iquitos, fez com que os debates sobre diferentes projetos de desenvolvimento para a Amazônia entrassem em um outro plano.

No Brasil, devido a um dispositivo constitucional, caberia ao Congresso Nacional a palavra final sobre a aprovação ou não da Convenção de Iquitos. Do parlamento, porém, as discussões sobre o IIHA se irradiaram para a sociedade, ganhando espaço na opinião pública nacional e mobilizando atores políticos e sociais até então afastados dos debates. É esse processo que analisarei nesse capítulo. Acredito que a identificação das visões antagônicas que surgiram nesse momento em torno do projeto IIHA me oferecerá a possibilidade de traçar um panorama de como a questão do desenvolvimento do país e da Amazônia eram tratadas entre meados da década de 1940 e o início da década de 1950.

No momento em que o presidente Dutra encaminhou a Convenção de Iquitos ao Congresso Nacional para ser ratificada, o debate entre os grupos que procuravam orientar as políticas de desenvolvimento do Estado brasileiro desde os anos finais do Estado Novo

¹⁹⁷ Uma versão anterior desta parte da dissertação foi publicada. Ver: Maio, Marcos Chor; Magalhães, Rodrigo Cesar da S. “O debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica no Congresso Nacional (1948-1951)”. In: Alves, Jerônimo. (Org.). *Múltiplas Faces da História das Ciências na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005, pp. 287-307.

havia se tornado mais amplo. Se durante o primeiro governo Vargas (1930-1945) essa discussão assentou-se no ideário de que o desenvolvimento industrial do país deveria sustentar-se sobre bases nacionais, com a redemocratização e a agenda neoliberal implementada pelo governo Dutra (1946-1950) novos termos foram incorporados, tais como o papel que caberia à iniciativa privada, nacional e estrangeira, e os mecanismos e instrumentos de ação que o Estado deveria empregar para imprimir à economia o ritmo de crescimento almejado.

No novo cenário que se abria, a Amazônia constituiu-se em um dos temas que foi ganhando importância. Isso ficou claro na Assembléia Nacional Constituinte que, como vimos no capítulo 1¹⁹⁸, incluiu no texto constitucional o Artigo 199, que destinava 3% da renda tributária da União para um plano de desenvolvimento da região¹⁹⁹. Para implementá-lo, foi criada a Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (CEPVEA), cuja primeira sessão ocorreu em 22 de outubro de 1946. Entretanto, passados mais de dois anos de sua instalação, poucas medidas haviam sido tomadas pela CEPVEA para por em prática esse dispositivo constitucional²⁰⁰.

No parlamento, as diferentes correntes do pensamento econômico que existiam no país²⁰¹, agora agrupadas nos novos partidos que surgiram no processo de redemocratização, procuraram fazer valer suas posições na discussão sobre a Convenção de Iquitos, cuja aprovação constituía-se no último passo para a criação do Instituto da Hiléia. Embora concordassem sobre a necessidade de desenvolver a Amazônia, não havia consenso entre elas sobre a forma como isso deveria ser feito. O principal desafio era articular a demanda pelo desenvolvimento dessa região com questões relativas à segurança nacional e à soberania brasileira. A proposta de criação do Instituto da Hiléia propiciou-

¹⁹⁸ Cf. nota 99.

¹⁹⁹ Esse dispositivo constitucional coroou as reiteradas tentativas de representantes do Norte e do Nordeste do Brasil na Assembléia Constituinte de garantir na Constituição investimentos do governo federal para estas áreas. Ele teria nascido do esforço dos deputados do Amazonas, liderados por Leopoldo Peres (PSD-AM), que propuseram que o desenvolvimento econômico da Amazônia fosse um objetivo nacional e uma responsabilidade permanente da União. (Sobre o assunto ver: Crampton, 1972, p. 46).

²⁰⁰ Na segunda reunião da CEPVEA, realizada em 6 de novembro de 1946, os parlamentares decidiram se encontrar com o presidente Dutra e enviar uma sub-comissão de quatro membros para visitar a Amazônia. No ano seguinte essa comissão recebeu um milhão de cruzeiros para suas despesas. Em 21 de junho, alguns de seus membros partiram em viagem pela Amazônia, conforme planejado no ano anterior. Em 1948, os debates na Comissão Especial giraram em torno das fronteiras da Hiléia. (Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional. Atas das reuniões da Comissão Especial de Valorização Econômica da Amazônica. 1946, 1947 e 1948).

²⁰¹ Sobre essas correntes ver Bielschowsky, 2000, p. 33-7. (Cf. nota 47)

lhes a oportunidade de responderem ao desafio. Após as preocupações de Vargas com a Amazônia na década de 1940 e a política de desenvolvimento consagrada na Constituição de 1946, os embates que se seguiram entre esses grupos serviram para impulsionar planos e projetos para a região.

Buscando recuperar a trajetória da Convenção de Iquitos na Câmara dos Deputados, meu objetivo nesse capítulo é mostrar como a discussão acerca do desenvolvimento da Amazônia assumiu um caráter muito mais amplo com o início da discussão desse tratado internacional no parlamento, passando a envolver, além de parlamentares, militares, intelectuais, jornalistas e cientistas. Nesse sentido, vou traçar um panorama de como estava sendo pensada a questão do desenvolvimento da Amazônia na segunda metade da década de 1940.

Ao identificar as diferentes estratégias empregadas por defensores e opositores do IIHA no parlamento, terei a oportunidade de demonstrar como o destino do projeto da Hiléia foi sendo construído ao longo dos debates travados nessa instituição, balizado pelos mecanismos institucionais²⁰² e pela repercussão das controvérsias no próprio Congresso Nacional e na sociedade. Essa análise me permitirá ainda qualificar o nacionalismo, que a literatura²⁰³ sobre o Instituto da Hiléia aponta como o elemento fundamental para sua não implementação. Dialogando com ela, procurarei demonstrar que, apesar dessa ideologia ter se tornado dominante na sociedade brasileira a partir de meados do governo Dutra, ela por si só não explica o destino que teve o projeto da Hiléia. Nesse sentido, trarei um elemento pouco privilegiado nas análises sobre o IIHA: o Legislativo como lugar de decisão²⁰⁴. Foi nessa instituição que as correntes que procuravam orientar o desenvolvimento econômico

²⁰² Na pesquisa e redação deste capítulo, inspirei-me na perspectiva neo-institucionalista, que analisa as relações entre Estado, políticas estatais e atores políticos. Para esta perspectiva, instituições como o parlamento são dotadas de determinados mecanismos e regras que acabam moldando estratégias políticas e influenciando as discussões e seus resultados. Sobre essa perspectiva ver a Introdução deste trabalho. (Cf. nota 8).

²⁰³ Cf. Introdução desse trabalho.

²⁰⁴ Em seu estudo sobre o projeto da Hiléia, Crampton trabalhou com fontes produzidas pelo Legislativo. Entretanto, ela não avançou na análise do parlamento brasileiro como instituição dotada de certos mecanismos institucionais que, manipulados pelos personagens envolvidos nas controvérsias sobre o IIHA, vão acabar definindo os rumos do projeto. Atento a esta questão, o uso que farei das fontes produzidas pelo Congresso Nacional será outro. Com base na perspectiva neo-institucionalista, vou analisá-las com o objetivo de entender como os personagens envolvidos nas controvérsias acerca do IIHA tentaram se valer de certos mecanismos institucionais para garantir que seus posicionamentos em relação ao projeto da UNESCO triunfassem. (Cf. Introdução desse trabalho).

do país se manifestaram, pautando as discussões em torno do IIHA e contribuindo para seu desfecho.

Assim, esse capítulo se dividirá em 3 partes. Na primeira, apresentarei os principais pontos da Convenção de Iquitos e o início de sua discussão no parlamento, em um momento no qual Dutra governava com ampla maioria parlamentar. Na segunda, mostrarei como a campanha “O petróleo é nosso”, ao questionar a agenda liberal então vigente no país, desarticulou essa maioria parlamentar e assinalou o início de um período no qual a ideologia nacionalista se popularizou na sociedade brasileira. Analisarei, então, como essa nova realidade do país alterou os rumos da discussão acerca do desenvolvimento da Amazônia e, conseqüentemente, do projeto IIHA no parlamento. Na terceira parte, o foco recairá sobre as tentativas feitas pelos defensores do Instituto da Hiléia de reverter o quadro então desfavorável a sua aprovação e às reviravoltas político-econômicas ocorridas no país na virada para os anos 1950, que acabaram por contribuir para o desfecho dessas discussões.

3.1 – A recepção do projeto da Hiléia no Congresso Nacional

A “Convenção de Iquitos”, nome pelo qual ficou conhecido o estatuto jurídico-político do IIHA, consagrava em suas linhas gerais objetivos relacionados com o desenvolvimento da Amazônia, tais como “promover, conduzir, coordenar e divulgar estudos na mencionada zona geográfica (...), preparar e acelerar o ulterior progresso dessa região e dos povos a ela vinculados, para o bem estar da humanidade”. De modo a não entrar em choque com os países da Hiléia, seu artigo II letra b previa que “as atividades do Instituto dentro do território de um Estado membro serão determinadas após prévia consulta a esse Estado e mediante seu consentimento”. Por outro lado, como forma de evitar a intromissão dos Estados nas atividades do Instituto, o artigo VI, letra g estabelecia que, “no exercício de suas funções, nem o diretor nem o pessoal solicitará nem receberá instrução de nenhum governo ou autoridade estranha ao Instituto”. A instância máxima de decisões do IIHA seria seu Conselho Executivo que, conforme disposto no artigo IV, letra b, “determinará as normas gerais a que deva submeter-se o Instituto em suas atividades,

exercendo, além disso, as seguintes funções: rever e aprovar as recomendações a serem propostas pelo Instituto a Governos e Organizações”. Sobre a participação no Instituto, o artigo III definia que qualquer Estado poderia fazer parte dele, desde que “seja membro das Nações Unidas ou de algum de seus organismos”, ou fosse aprovado por mais de dois terços dos membros do Conselho. Por fim, o artigo XV da Convenção de Iquitos condicionava a criação do IIHA à ratificação desse documento por, pelo menos, cinco países com território na Hiléia Amazônica²⁰⁵. A aprovação da Convenção de Iquitos pelo Brasil, país detentor do maior território na Hiléia Amazônica, era de fundamental importância para a implementação do Instituto da Hiléia.

No contexto democrático, a questão do poder de ratificação era regulamentada pela nova carta constitucional, promulgada em setembro de 1946. Embora atribuísse à União a competência de “manter relações com os Estados estrangeiros e com eles celebrar tratados e convenções”²⁰⁶, ela estabelecia que cabia ao Congresso Nacional “resolver definitivamente” sobre tratados e convenções internacionais firmados pelo governo brasileiro com Estados estrangeiros²⁰⁷. Nesse sentido, a ratificação ou não da Convenção de Iquitos ficaria a cargo do Legislativo, devendo passar primeiro pela Câmara dos Deputados e depois pelo Senado Federal. Em consonância com esses dispositivos constitucionais, em outubro de 1948, Dutra enviou ao Congresso Nacional a Mensagem presidencial 536-1948, na qual recomendava expressamente a aprovação desse documento²⁰⁸.

²⁰⁵ “Convenção Constitutiva do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica”. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 43. 14 p.

²⁰⁶ Brasil, Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946. 19^a ed., Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora. Art. 5^o.

²⁰⁷ Brasil, Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946. 19^a ed., Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora. Art. 66^o, alínea 1.

²⁰⁸ Esta Mensagem presidencial continha a Convenção de Iquitos, o Protocolo Financeiro firmado nesta cidade pelos representantes dos países signatários da Convenção, uma Exposição de Motivos do Ministro interino das Relações Exteriores, Hildebrando Accioly, e uma carta do presidente Dutra recomendando a aprovação da Convenção de Iquitos aos membros do Congresso. (Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 20 de outubro de 1948, pp. 10448-10449. Mensagem 536-1948, de Eurico Gaspar Dutra, 04 de outubro de 1948.

O Congresso Nacional que deveria deliberar sobre a Convenção de Iquitos foi eleito no pleito de dezembro de 1945, o mesmo que elegeu Dutra presidente da República²⁰⁹. Nessa ocasião, o Partido Social Democrático (PSD) foi o grande vencedor, elegendo não só o chefe do Executivo como também 151 deputados federais e 26 senadores das 286 cadeiras em disputa na Câmara dos Deputados e 42 no Senado. Essa agremiação foi criada em 1945 a partir de articulações de Vargas com seus interventores sobre a necessidade de aglutinar as forças que apoiavam o governo. Tendo como núcleo central o sistema de interventorias do Estado Novo, sua rápida organização em todo o país foi facilitada pelo controle das máquinas político-administrativas regionais²¹⁰.

A União Democrática Nacional (UDN), por sua vez, ficou com o segundo lugar nesse pleito, elegendo 77 deputados federais e 10 senadores²¹¹. Esse partido surgiu nas lutas contra o Estado Novo, a partir da aglutinação das elites políticas estaduais que foram

²⁰⁹ Nas eleições presidenciais desse ano, os dois maiores partidos - a UDN e o PSD - se aglutinaram, respectivamente, em torno dos principais candidatos à presidência da República que surgiram: Eduardo Gomes e Eurico Gaspar Dutra. Além da UDN, Eduardo Gomes recebeu o apoio também da maior parte da imprensa do país e de seus magnatas, tais como Assis Chateaubriand (*Diários associados*), Herbert Moses (*O Globo*) e Paulo Bittencourt (*Correio da Manhã*), enquanto Dutra, além do PSD, contou com o apoio do PTB. O PCB, por sua vez, optou pelo lançamento de um candidato próprio, Yedo Fiúza. Apurados os votos, Dutra foi o vencedor, recebendo 55% dos votos, contra 35 % de Eduardo Gomes e 10% de Iedo Fiúza. (Skidmore, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 86-90).

²¹⁰ Hippólito, Lúcia. “Partido Social Democrático (PSD)”. In: Abreu, Alzira Alves de et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001.

²¹¹ Benevides, Maria Vitória. “União Democrática Nacional (UDN)”. In: Abreu, Alzira Alves de et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001.

desalojadas do poder pela Revolução de 1930. Com uma composição extremamente heterogênea, o principal fator que unia seus filiados era a oposição a Vargas²¹².

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), nascido sob o patrocínio de Vargas e tendo a estrutura sindical montada por ele a partir dos anos 30 como base, elegeu a terceira maior bancada do Legislativo²¹³. Estreitamente vinculado à máquina do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, essa agremiação deveria servir de instrumento de mobilização do voto operário em prol do ex-ditador e seus seguidores²¹⁴. O voto operário, contudo, também era disputado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), que emergiu da clandestinidade em meio ao processo de redemocratização, passando a ter existência legal a partir de abril de 1945. Nas eleições de dezembro desse ano, ele foi um adversário de peso - sobretudo na disputa dos votos da massa urbana das grandes cidades - elegendos 14 deputados e um senador²¹⁵.

Essa composição político-partidária do Congresso Nacional, com o predomínio de parlamentares do PSD e da UDN, era extremamente favorável às políticas externa e econômica implementadas por Dutra, ambas caracterizadas por uma orientação neoliberal, de maior abertura ao exterior. O PSD, grande vitorioso nas eleições de 1945, garantia com sua maioria parlamentar a implementação dessa linha neoliberal. A UDN, por sua vez,

²¹² Maria Vitória Benevides destaca a incoerência e a ambiguidade que caracterizavam essa agremiação política, o que pode ser observado nos seus posicionamentos acerca de algumas questões candentes das décadas de 1940 e 1950. Afinal, ao mesmo tempo em que votava a favor do monopólio estatal (1953) e posicionava-se contra a cassação do mandato dos parlamentares comunistas (1947), a UDN se opunha à intervenção do Estado na economia e denunciava a “infiltração comunista” em alguns setores da vida pública. A autora relaciona essa ambigüidade com a coexistência, no interior desse partido, de teses liberais e democráticas, com outras profundamente reacionárias e antidemocráticas o que, por sua vez, se explica pela própria história dessa agremiação: “A UDN surgiu como uma frente, organizou-se como um partido e identificou-se, também, como um movimento (o udenismo). Até que ponto as contradições não pertenceriam à lógica própria de uma organização que se define institucionalmente – a estrutura partidária, o espaço legal – mas que se identifica com uma ‘herança ideológica’ (o liberalismo) que já é, em si, marcada pela ambiguidade? A ‘unanimidade na divergência’, afirmada por alguns udenistas históricos, talvez não fosse, apenas, um rasgo de involuntária ironia. Ela refletiria a soma de avanços e recuos na temática liberal, a singular atração/repulsão pelo poder, o confronto entre a constante elitista e a tentação populista. Não seriam estas as características da ‘feição udenista’ na arena partidária?” (Benevides, Maria Vitória de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 11-12).

²¹³ Nessa ocasião, o PTB elegeu 22 deputados federais e 2 senadores. (Ferreira, Marieta de Moraes. “Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)”. In: Abreu, Alzira Alves de et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001).

²¹⁴ Moura, 1990, p. 15. Para maiores informações sobre o PTB ver: Delgado, Lúcia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

²¹⁵ Abreu, Alzira Alves. “Partido Comunista Brasileiro (PCB)”. In: Abreu, Alzira Alves de et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001.

sintonizava-se com essa orientação, pois, apesar de toda a ambigüidade que caracterizava sua atuação política, era favorável à intervenção do Estado na economia e ao ingresso de capitais estrangeiros no país²¹⁶. Assim, como aponta Thomas Skidmore, a UDN, mesmo derrotada nas eleições, cooperou com o governo Dutra nas tarefas imediatas do pós-guerra²¹⁷. Essa postura udenista pode ser explicada pelo esforço de Dutra em fazer articulações para aproximar os partidos conservadores, buscando consolidar um bloco de oposição à Vargas. Prova disso foi o acordo partidário, formalizado em novembro de 1947 entre setores do PSD, da UDN e do Partido Republicano (PR)²¹⁸, que garantiu a Dutra maioria no Parlamento, possibilitando-o governar em condições favoráveis, sem enfrentar praticamente oposição²¹⁹.

Com o acordo partidário, além da UDN, Dutra atraía para o seu lado uma das principais lideranças nacionalistas do país: o ex-presidente Artur Bernardes, agora

²¹⁶ Benevides, Maria Vitória de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 12. Carone, Edgard. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1980. p. 393.

²¹⁷ Skidmore, 1976, p. 91.

²¹⁸ Essa agremiação foi fundada pelo ex-presidente da República Artur Bernardes em agosto de 1945, a partir da rearticulação das lideranças dos antigos partidos republicanos estaduais, sobretudo o Partido Republicano Mineiro (PRM), extinto como todos os outros logo após a decretação do Estado Novo. Diferentemente desse último, porém, o PR era um partido político de âmbito nacional, conforme previa o Código Eleitoral promulgado em fevereiro de 1945. Sua base política, contudo, era o estado de Minas Gerais. Prova disso é que, dos 7 deputados federais que essa legenda elegeu em 1945, seis eram desse estado. (Leal, Carlos Eduardo. “Partido Republicano (PR)”. In: Abreu, Alzira Alves de et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001).

²¹⁹ Esse acordo foi costurado pelo presidente da UDN, Otávio Mangabeira, e o PSD antes mesmo das eleições de 1945 se realizarem e contava também com a participação do Partido Republicano (PR). Por ele, a UDN e o PR se comprometiam a apoiar o governo Dutra em troca da indicação de dois udenistas para o ministério. Um deles foi Raul Fernandes, designado para o Ministério das Relações Exteriores. Apesar de contribuir para um período de relativa calma política, o acordo partidário dividiu a UDN entre os partidários de Otávio Mangabeira, defensor da tese da “coalização nacional” para neutralizar a máquina getulista, e os de Virgílio de Melo Franco, que insistia na pureza dos princípios e do ideal de um “partido de centro inclinado para a esquerda”. Apesar de garantir estabilidade ao governo Dutra, esse acordo partidário não conseguiu assegurar aos partidos que o firmaram o controle sobre o processo de sucessão presidencial em 1950. Sobre o acordo partidário, ver: Benevides, Maria Vitória. “União Democrática Nacional (UDN)”. In: Abreu, Alzira Alves de et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001. Sobre esse acordo partidário ver também: Crampton, Esther L. *Brazilian Nationalism and the defeat of the International Institute of the Amazon Hylea*. 1972. p. 41.

deputado federal pelo Partido Republicano, do qual era o principal dirigente²²⁰. Assim, a oposição mais feroz ao seu governo ficava por conta do PCB, a esta altura o mais forte partido comunista da América Latina. Contudo, a cassação do seu registro e dos mandatos de seus parlamentares em 1947 jogou esta agremiação na ilegalidade²²¹, livrando Dutra da ruidosa oposição dos comunistas. O PTB, por sua vez, não se constituía em um sério obstáculo aos planos do governo, não só pela reduzida votação que obteve em 1945, como também pelo fato dessa agremiação ter apoiado a candidatura de Dutra e fornecido-lhe suporte parlamentar nos primeiros anos de seu governo. Assim, somando-se os parlamentares da UDN, do PSD, do PTB e do PR, o presidente contava, em tese, com o apoio de 257 deputados federais em um total de 286, e 38 senadores em um total de 42. Com essa maioria no parlamento, Dutra pôde levar adiante seus planos de abrir a economia nacional aos produtos e investimentos estrangeiros, como forma de fazer com que o Brasil tivesse uma maior inserção no contexto internacional.

A Convenção de Iquitos adequava-se aos planos do governo Dutra, pois redundaria na criação de um Instituto Internacional na Amazônia e, conseqüentemente, em uma maior participação estrangeira no desenvolvimento desta região. Nesse sentido, muitos eram os motivos para que ela fosse aprovada pelo Congresso Nacional, ainda mais vindo com a chancela do Executivo. Contudo, antes de chegar ao plenário este projeto de tratado internacional deveria receber o parecer de uma comissão parlamentar²²², conforme previa o

²²⁰ O comprometimento de Artur Bernardes com a ideologia nacionalista, reiterado nas décadas de 1940 e 1950, vinha das décadas anteriores quando, como presidente de Minas Gerais (1918-1922), se opôs aos objetivos do empresário norte-americano Percival Farquhar de implantar em Minas Gerais a *Itabira Iron Ore Company*. Mesmo tendo obtido um contrato vantajoso do presidente Epiácio Pessoa (1919-1922), Farquhar teve seu projeto de exploração de minério de ferro impedido de ser concretizado por Bernardes, que desejava como contrapartida a implantação da siderurgia no estado, prevista no contrato, mas fora dos planos de Farquhar. O nacionalismo também acompanhou a trajetória de Bernardes como presidente da República (1922-1926). Durante seu governo, ele conseguiu aprovar mudanças na Constituição de 1891, uma das quais proibindo a transferência de jazidas minerais e de minérios necessários para a defesa e a segurança nacional para os estrangeiros. Seguindo esta orientação nacionalista, Bernardes também se recusou a aprovar o contrato que permitia que empresas estrangeiras explorassem os depósitos de minério de ferro de Itabira (MG). Além disso, criou mecanismos para expulsar do país estrangeiros considerados “indesejáveis” e foi o responsável pela retirada do Brasil da Liga das Nações em 1926. (Malin, Mauro. “Artur Bernardes”. In: Abreu, Alzira Alves de et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001). Sobre a trajetória nacionalista de Bernardes ver também: Crampton, Esther L. *Brazilian Nationalism and the defeat of the International Institute of the Amazon Hylea*. 1972. p. 36.

²²¹ Para cassar o PCB, Dutra invocou um dispositivo constitucional segundo o qual os partidos “antidemocráticos” poderiam ser impedidos de participação aberta na política. (Benevides, 1981, p. 66).

²²² De acordo com seu artigo 83, § 8º, “nenhuma proposição será sujeita a discussão, ou a votação, sem que seja interposto parecer, pela Comissão competente, exceto nos casos previstos e neste Regimento”. (Brasil. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. p. 36).

Regimento Interno da Câmara dos Deputados que vigorava na época²²³. Nesse sentido, tão logo chegou à mesa diretora, a Mensagem presidencial 536-1948 foi encaminhada à Comissão de Diplomacia e Tratados²²⁴, sendo entregue ao deputado Renault Leite (PSD-PI) para que elaborasse um parecer. No momento em que recebeu essa matéria, no final de outubro de 1948, a Comissão de Diplomacia contava com 16 membros, dos quais 9 pertenciam ao PSD e 5 a UDN, enquanto o PR e o PTB tinham um representante cada²²⁵. Em novembro de 1948, menos de um mês depois de receber esta matéria, Renault Leite leu seu parecer favorável à Mensagem do Instituto da Hiléia²²⁶, que foi aprovado por unanimidade pelos membros da Comissão de Diplomacia²²⁷. Esse fato constitui-se em um indício importante de que, nesse momento, PSD, UDN, PTB e PR realmente davam sustentação ao governo Dutra. Com o parecer favorável, o projeto da Hiléia já podia ser encaminhado à votação no plenário.

Se analisarmos a composição partidária da Comissão de Diplomacia, veremos que ela guarda semelhança com a composição da Câmara dos Deputados. Em ambas, o PSD tinha maioria, seguido pela UDN. Nesse sentido, a aprovação por unanimidade da Convenção de Iquitos na Comissão de Diplomacia sinalizava uma tendência geral do plenário de também aprová-la sem maiores problemas, já que essa matéria vinha do Executivo e com o parecer favorável da comissão competente. Entretanto, não foi isso o que aconteceu.

²²³ No período em que a Convenção de Iquitos tramitou na Câmara dos Deputados (1948 – 1951), esta instituição teve dois regimentos internos: Um promulgado em 05 de setembro de 1947 e outro em 19 de agosto de 1949. Mesmo considerando a pouca diferença existente entre eles, nos basearemos sempre naquele que estiver em vigor durante o evento considerado.

²²⁴ Sua função regimental era manifestar-se sobre quaisquer atos internacionais que o país viesse a participar. (Brasil. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. Capítulo V: “Das comissões”, seção III: “Das atribuições”).

²²⁵ A composição da comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados no momento em que a Mensagem da Convenção de Iquitos tramitou por ela era a seguinte: Presidente: João Henrique Silva (PSD-MG), Vice-presidente: Carlos de Lima Cavalcanti (UDN-PE), Alencar Araripe (UDN-CE), Álvaro Castelo (PSD-ES), Carlos Nogueira (PSD-PA), Crepory Franco (PSD-MA), João Leal (UDN-CE), Faria Lobato (PR-MG), Glicério Alves (PSD-RS), Heitor Collet (PSD-DF), José Armando (PSD-SP), Monteiro de Castro (UDN-MG), Oscar Cameiro (PSD-PE), Rafael Cincurá (UDN-BA), Renault Leite (PSD-PI) e Vargas Neto (PTB-DF). (Brasil, Congresso Nacional. *Diário do Congresso Nacional*, 23 de outubro de 1948, pp. 10.603-10.604. Ata da reunião da Comissão de Diplomacia, realizada em 22 de outubro de 1948).

²²⁶ Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 44.

²²⁷ Brasil, Congresso Nacional. *Diário do Congresso Nacional*, 20 de novembro de 1948, p. 11.936. Ata da reunião da Comissão de Diplomacia, realizada em 19 de novembro de 1948.

A Convenção de Iquitos sequer chegou a ser encaminhada ao plenário para ser votada. Dentre as razões para esse fato podemos citar a campanha “O petróleo é nosso”, desencadeada a partir de 1947, quando Dutra nomeou uma comissão para elaborar a nova legislação que regularia a questão do petróleo no país. O resultado dos trabalhos desta comissão foi o anteprojeto do Estatuto do Petróleo, enviado ao Congresso Nacional em fevereiro de 1948²²⁸. A aprovação desse documento abriria o setor petrolífero nacional à participação do capital privado, nacional ou estrangeiro²²⁹, o que facilitaria os objetivos do governo de montar uma indústria nacional de petróleo com tecnologia e recursos externos (de governos e empresas petrolíferas). O conteúdo desse anteprojeto, no entanto, não agradou nem as empresas estrangeiras, interessadas em controlar majoritariamente o setor de refino e transporte e em ter liberdade para abastecer o mercado externo, pagando, obviamente, os *royalties* devidos ao governo brasileiro; nem o grupo desenvolvimentista-nacionalista, que defendia uma solução estatal para a questão do petróleo, que priorizasse o capital privado nacional em detrimento do capital estrangeiro. O temor desse grupo era que o poder econômico das grandes companhias petrolíferas, somado à pressão política dos Estados Unidos, acabasse fazendo com que a indústria brasileira de petróleo caísse nas mãos das primeiras²³⁰.

Os embates travados nos bastidores da cena política entre os defensores do monopólio estatal e os grupos que preconizavam a abertura do setor petrolífero nacional ao

²²⁸ Como a Constituição de 1946 deixou em aberto a questão do petróleo, deveria ser elaborada uma legislação ordinária para regulá-la. No início de 1947, então, o presidente Dutra nomeou uma comissão especial cuja função era determinar as diretrizes, os instrumentos e os recursos para a exploração do petróleo no Brasil, dentro da nova realidade constitucional. Duas linhas mestras deveriam pautar os trabalhos dessa comissão: por um lado, ela deveria alterar profundamente a legislação produzida pelo Estado Novo, de conteúdo nacionalista e estatizante. Por outro, a nova legislação deveria assegurar que as ponderações de segurança nacional e hemisférica oriundas dos centros de poder militar fossem atendidas. Procurando conjugar essas preocupações, a comissão elaborou o anteprojeto do Estatuto do Petróleo, cuja discussão ficaria a cargo do Congresso Nacional. (Lamarão, Sérgio T. N. “A saga do petróleo”. Nossa História, Rio de Janeiro: Ano 1, n. 4, fev. 2004, pp. 72-75).

²²⁹ Os pontos centrais do Estatuto do Petróleo versavam sobre os recursos para exploração, produção e refinação desse produto, que deveriam vir tanto de fontes internas, quanto de fontes externas, como empréstimos de governos estrangeiros. Além disso, ele estabelecia que nas operações realizadas tanto no mercado interno quanto no externo, os capitais das grandes empresas petrolíferas seriam bem-vindos. Excluindo-se as atividades de refinação e transporte, que ficariam sob controle de empresas estatais a serem criadas ou de companhias mistas, nas quais as empresas estrangeiras poderiam deter somente 40% do capital, as demais atividades no mercado interno estariam abertas ao capital estrangeiro. No tocante ao mercado externo, uma vez atendidas as demandas do abastecimento do país, as empresas estrangeiras poderiam exportar o petróleo ou seus derivados. (Lamarão, Sérgio T. N. “A saga do petróleo”. Nossa História, Rio de Janeiro: Ano 1, n. 4, fev. 2004, pp. 72-75).

²³⁰ *Idem*.

capital estrangeiro mobilizaram a sociedade brasileira para essa questão, gerando novas clivagens na discussão sobre o desenvolvimento do país. O Congresso Nacional não passou incólume por esse processo. Como veremos, alguns temas que vieram à tona com a questão do petróleo passaram a pautar a discussão sobre o desenvolvimento da Amazônia no Legislativo.

3.2 – Petróleo, nacionalismo e as novas clivagens na discussão sobre desenvolvimento

3.2.1 – A campanha “O petróleo é nosso” e a nova correlação de forças no parlamento

Com o objetivo de informar e mobilizar a opinião pública para a questão do petróleo, o Clube Militar organizou uma série de conferências sobre o assunto. O primeiro conferencista foi o general Juarez Távora, que proferiu três palestras, em abril, junho e setembro de 1947. Ligado politicamente à facção militar que dava sustentação ao governo Dutra, Távora argumentava que, dada a carência de recursos técnicos e financeiros no país, o Brasil não podia desenvolver sozinho sua indústria petrolífera. Desse modo, por motivos estratégicos e também militares, como a necessidade de defesa do continente contra a ameaça comunista, o país deveria autorizar a participação de capitais norte-americanos na construção de sua indústria petrolífera. Apelando para a tese da colaboração hemisférica, ele afirmava que, naquele contexto de Guerra Fria, o país deveria se aproveitar da necessidade que os Estados Unidos tinham de expandirem suas áreas petrolíferas, oferecendo incentivos para a instalação de empresas norte-americanas aqui²³¹.

As críticas mais fortes às teses de Juarez Távora partiram do general Horta Barbosa, também convidado pelo presidente do Clube Militar, general Salvador César Obino, para proferir duas conferências em julho e agosto de 1947. Nelas, Horta Barbosa criticou as possibilidades abertas pelo Estatuto do Petróleo, argumentando que os interesses das companhias estrangeiras eram irreconciliáveis com os do país. Para ele, o petróleo devia ser tratado como uma questão de soberania nacional e de segurança militar, de modo que a única alternativa possível para sua exploração no país era o monopólio estatal²³².

²³¹ Idem.

²³² Idem.

As controvérsias entre Távora e Barbosa evidenciam não só o interesse da instituição militar em debater os grandes temas nacionais, como também a divisão que existia no seu interior em torno de questões como o modelo de desenvolvimento a ser adotado e a política externa que o Estado brasileiro deveria seguir. De um lado, as idéias de Juarez Távora deram consistência a um setor das Forças Armadas que procurava reafirmar a vocação agrícola do Brasil, defendendo o reconhecimento da hegemonia norte-americana no mundo ocidental e a manutenção de um sistema de relacionamentos privilegiados com os Estados Unidos. As teses desse grupo, que organizou e integrou a Escola Superior de Guerra (ESG), eram respaldadas por oficiais ligados a essa instituição e aos veteranos que haviam participado da Segunda Guerra Mundial, exatamente aqueles que mais se identificavam com os modelos de organização e pensamento norte-americanos. Para essa facção das Forças Armadas, havia uma nova relação entre o conceito de segurança nacional e o de desenvolvimento econômico da nação. Somente quando o desenvolvimento provocasse uma diminuição das desigualdades sócio-econômicas e promovesse a integração do país é que a segurança nacional se tornaria efetiva. Alcançadas essas condições, ficaria mais difícil a penetração e difusão no país de ideologias contrárias à democracia e ao sistema capitalista – leia-se comunismo. Para a concretização desse binômio desenvolvimento/segurança, essa facção militar defendia a colaboração das nações ocidentais mais industrializadas²³³.

A maioria dos oficiais brasileiros, no entanto, apoiava as idéias de Horta Barbosa, movidos, sobretudo, pela preocupação em manter a soberania nacional sobre os recursos naturais do país. Baseados no Clube Militar, esse grupo mais “nacionalista” procurava difundir suas teses dentro e fora do Exército, tendo, inclusive, enviado 30 mil cópias das conferências de Horta Barbosa a diversos setores da sociedade civil²³⁴. Essa facção das Forças Armadas era contrária à participação do capital estrangeiro no desenvolvimento do país e defendia uma vigorosa política de expansão industrial e a adoção de uma política externa independente, mantendo-se fora da órbita norte-americana e buscando uma certa

²³³ Peixoto, Antônio Carlos. “O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964)”. In: Rouquié, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

²³⁴ Lamarão, Sérgio T. N. “A saga do petróleo”. *Nossa História*, Rio de Janeiro: Ano 1, n. 4, fev. 2004, pp. 72-75.

neutralidade em meio às divisões do sistema internacional²³⁵. Durante o Estado Novo, essa corrente já havia participado da luta a favor da implantação da indústria siderúrgica pelo Estado. No entanto, foi somente a partir da Campanha “O petróleo é nosso” que esse grupo alcançou maior notabilidade.

Constituindo-se em uma das maiores mobilizações populares da história do país, tendo reunido militares, trabalhadores, intelectuais, políticos e estudantes, a campanha “O petróleo é nosso” foi um divisor de águas no debate sobre o desenvolvimento nacional, polarizando e revelando com maior nitidez as divergências entre desenvolvimentistas nacionalistas e liberais²³⁶. Sua eclosão fechou os espaços para posições intermediárias entre a participação do capital estrangeiro e a via estatal na exploração do petróleo. Os defensores do Estatuto do Petróleo passaram a rotular seus opositores de “comunistas”, ao passo que, para os nacionalistas, todos aqueles que se opunham às suas posições eram “entreguistas”. Nesse embate, os nacionalistas não mediram esforços para ganhar o apoio da população. Considerando que os jornais de maior circulação e prestígio eram favoráveis à participação do capital estrangeiro no desenvolvimento industrial do país e que não davam grande cobertura aos debates, eles criaram novos periódicos voltados para a divulgação de suas posições. As redações desses pequenos jornais, a maioria de circulação semanal, eram compostas mais por economistas, advogados, funcionários do serviço público e políticos, do que por profissionais da imprensa²³⁷.

A pressão do movimento popular, resultante desse processo, atingiu em cheio o Congresso Nacional, no qual, como vimos, o governo gozava de uma confortável maioria. As mobilizações de rua e a atuação dos militares nacionalistas, no entanto, alteraram essa correlação de forças. A primeira agremiação a mudar sua postura perante o governo foi a UDN. Apesar de Dutra ter honrado o compromisso assumido no acordo partidário,

²³⁵ Peixoto, Antônio Carlos. “O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964)”. In: Rouquié, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

²³⁶ A partir dessa campanha, e durante todo o resto do governo Dutra, o conflito entre essas duas correntes militares se tornou intenso, uma vez que “a chegada de Dutra ao poder, após a queda de Vargas, tivera como consequência o controle da máquina militar pelas correntes ‘liberais’”. Entretanto, ainda que esse grupo “liberal” “detivesse as posições chave na hierarquia, o Clube Militar continuou a desenvolver intensa propaganda nacionalista”. Os conflitos entre esses grupos prosseguiriam até o início da década de 1950, contribuindo para a criação de um clima de grande instabilidade no país (Peixoto, 1992, p. 77).

²³⁷ Ramos, Plínio de Abreu. “A Imprensa Nacionalista no Brasil”. In: Abreu, Alzira Alves (org.) *A Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, pp. 61-139, p. 139.

nomeando dois de seus quadros para o seu ministério²³⁸, essa agremiação não estava satisfeita com seu reduzido papel no novo governo. Seus principais líderes também desaprovavam a permanência de vários colaboradores de Vargas em seus cargos. Assim, apesar dos esforços de parte de sua liderança, a UDN entrou em rota de colisão com o governo federal²³⁹, processo que se intensificou com a campanha “O petróleo é nosso”. Nesse momento, além da campanha de rua contra a orientação liberal de seu governo e a favor do monopólio estatal do petróleo, Dutra já sofria a oposição de Vargas, que romperá publicamente com ele em dezembro de 1946. O PTB, que disputava o voto do operariado urbano com os comunistas, também deixou de respaldar seu governo, movimentando-se rapidamente para a esquerda no intuito de ocupar o vazio que a cassação do PCB havia deixado. Por fim, para completar o quadro de desmantelamento da base de sustentação do governo Dutra, o PR, através de sua principal liderança, também rompeu o acordo partidário. À frente de um grupo de parlamentares, Artur Bernardes (PR-MG) exigiu que o Estatuto do Petróleo fosse discutido nas comissões parlamentares, processo no decorrer do qual ele foi transformado em letra morta. Assim, entre 1947 e 1949, em uma evidência de que a correlação de forças agora era extremamente favorável aos nacionalistas, a campanha “O petróleo é nosso” havia sido bem sucedida na tarefa de impedir a participação do capital estrangeiro nas atividades petrolíferas brasileiras.

3.2.2 – As primeiras reações contrárias ao IIHA na Câmara dos Deputados: o parecer de Artur Bernardes e sua repercussão

O clima nacionalista instalado no país por ocasião da campanha “O petróleo é nosso” acabaria por influenciar também as discussões sobre a criação do Instituto da Hiléia. Da mesma forma que fez com o Estatuto do Petróleo, em janeiro de 1949 Artur

²³⁸ Dutra só formou seu ministério depois da promulgação da Constituição de 1946. Dele faziam parte o PSD (majoritário), o PTB e a UDN. Sua composição pluripartidária era um reflexo da aliança político-partidária que apoiava seu governo. Observando sua composição, Thomas Skidmore afirma que Dutra procurou dar-lhe um caráter conservador: “o novo ministro das Relações Exteriores, por exemplo, Raul Fernandes, era membro destacado da UDN. O ministro da Guerra, general Canrobert Pereira da Costa, era um anticomunista declarado. O ministro da Fazenda, Correa e Castro, prometia tomar medidas monetárias ortodoxas, de forma a deter a inflação nascida dos racionamentos do tempo de guerra”. (Skidmore, 1976, p.91-2).

²³⁹ Skidmore, 1976, p. 92.

Bernardes, em nome da Comissão de Segurança Nacional que presidia, requisitou a Convenção de Iquitos para ser analisada²⁴⁰, nomeando a si próprio relator dessa matéria²⁴¹. Os instrumentos institucionais à disposição das comissões parlamentares no período 1946-1964 davam margem a esse tipo de estratégia, a despeito da vontade do presidente da República ou da tendência dominante no Congresso Nacional. Um desses instrumentos é o poder de agenda, ou seja, a capacidade de fixar a agenda legislativa e de controlar o processo legislativo, determinando o que seria discutido no parlamento. De acordo com Argelina Figueiredo e Fernando Limongi, no período 1946-1964 o poder de agenda não estava nas mãos do presidente da República, mas sim nas do Congresso Nacional²⁴². Analisando os efeitos de um cenário institucional como esse sobre a relação Executivo-Legislativo, Fabiano Santos afirma que:

“Não só os deputados adquirem maior influência legislativa, como também a taxa de cooperação com o presidente tende a ser sistematicamente menor. (...) nesse contexto o presidente se vê obrigado a buscar apoio em partidos de oposição, o que acaba produzindo a falta de coesão partidária inicialmente esperada”²⁴³.

²⁴⁰ Apesar da Comissão de Diplomacia, a mais indicada para opinar sobre essa matéria, já ter dado seu parecer favorável ao IIHA, não havia impedimentos para que uma outra comissão parlamentar requisitasse também a matéria. De acordo com o artigo 61, § 1 do regimento Interno da Câmara dos Deputados, “se qualquer Deputado requerer, por escrito, a remessa a determinada Comissão de papéis despachados a outra, pelo 1º Secretário, ou que lhes seja dado outro destino, será este requerimento, se não for atendido imediatamente, submetido, na sessão seguinte, à deliberação da maioria absoluta dos Deputados. Idêntico requerimento de qualquer comissão será despachado pelo Presidente da Câmara”. (Brasil. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 25).

²⁴¹ O artigo 45 do Regimento interno da Câmara dos Deputados previa como uma das atribuições do presidente de comissão, “designar relatores e distribuir-lhes a matéria sujeita a parecer”. Quanto ao fato de Bernardes acumular as funções de presidente da CSN e relator da mensagem do Instituto da Hiléia, também não havia nenhum impedimento, pois, de acordo com o § 1 desse mesmo artigo, “o Presidente poderá funcionar como relator e terá voto em todas as deliberações da comissão”.(Brasil. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 20-21).

²⁴² Sobre o poder de agenda e outras características institucionais do período 1946-1964 ver: Figueiredo, Argelina e Limongi, Fernando. “Relação Executivo-Legislativo no presidencialismo multipartidário: os regimes de 46 e 88”. Trabalho apresentado ao XXII Encontro Anual da Anpocs, Caxambú, outubro. (mimeo.), 1998. Figueiredo, Argelina e Limongi, Fernando. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. Figueiredo, Argelina e Limongi, Fernando. “Agenda Power and Brazilian Democracy: Government Performance in Multiparty Presidentialism”. (Mimeo), 2002. Santos, Fabiano. *O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

²⁴³ Santos, Fabiano. “Patronagem e poder de agenda na política brasileira”. In: Santos, Fabiano. *O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003, pp. 58-83, p. 71.

Assim, apesar do poder de agenda estar nas mãos do Congresso Nacional, a baixa coesão partidária produzida pela necessidade do Executivo buscar apoio nos partidos de oposição esvaziava o poder dos líderes partidários sobre suas bancadas, aumentando o das comissões parlamentares. Como presidente de uma delas, Bernardes requisitou a Convenção de Iquitos para ser analisada pela Comissão de Segurança Nacional, no intuito de dificultar a tramitação desse tratado internacional na Câmara dos Deputados impedindo, assim, que ele fosse levado à votação em plenário. Essa atitude evidencia que Bernardes não estava seguro de que, se isso acontecesse, a Convenção de Iquitos seria rejeitada, inviabilizando a criação do Instituto da Hiléia.

Artur Bernardes leu seu parecer contrário à aprovação da Convenção na reunião da CSN ocorrida em dia 26 de janeiro de 1949²⁴⁴. Dois dias depois, esse documento foi publicado no Diário do Congresso Nacional (DCN)²⁴⁵. Estruturado em 15 artigos e uma conclusão, seu parecer criticava as “tendências internacionalistas” que haviam motivado a criação do IIHA. Na sua opinião, tais tendências motivavam iniciativas que pretendiam promover “a entrega dissimulada de nossas riquezas potenciais, (...) nessa verdadeira corrida ao colonialismo, que são as concessões territoriais ao estrangeiro”. Ele ressaltava também que:

"o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica tem insofismável caráter político decorrente de sua condição de sociedade de Estados soberanos, que se propõe exercer atividade, não somente científica, mas também social e econômica, em território continental, indiscriminado, abrangendo, em sua maior parte, território brasileiro".²⁴⁶

²⁴⁴ Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 01 de fevereiro de 1949, p. 556. Ata da 1ª reunião da Comissão de Segurança Nacional, realizada em 26 de janeiro de 1949.

²⁴⁵ Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 28 de janeiro de 1949, pp. 430-439.

²⁴⁶ Comissão de Segurança Nacional (1949). Parecer do deputado Artur Bernardes sobre a mensagem presidencial número 536-48 que submete à apreciação do Congresso o texto da Convenção Constitutiva do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e do Protocolo Financeiro, firmados na cidade peruana de Iquitos. Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 28 de janeiro de 1949, pp. 430-439. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 46.

De acordo com Bernardes, esse viés político do IIHA ameaçava a segurança nacional e não foi suficientemente bem analisado pelo Itamaraty e pela Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados, que privilegiaram os aspectos científicos e sociais do projeto da UNESCO. Depois de identificar e analisar dezenove trechos da Convenção de Iquitos que, na sua opinião, eram “essenciais à sua compreensão, segundo o interesse da Segurança Nacional”, Bernardes concluiu que sua aprovação significava a perda do controle sobre a região amazônica por parte do Brasil, na medida em que as decisões referentes ao trabalho do futuro Instituto seriam tomadas por maioria simples. Como cada Estado-Membro tinha direito a um voto, os interesses e posições do país poderiam ser descartados, o que franqueava aos governos “interessados no povoamento e na exploração da Amazônia (...) as mais amplas perspectivas para a colonização estrangeira”²⁴⁷.

Dentre os itens da Convenção de Iquitos, aquele que mais mobilizou Bernardes, sendo citado, inclusive, no começo do seu parecer, foi o que afirmava que o Instituto da Hiléia deveria "promover, conduzir, coordenar e divulgar estudos na mencionada zona geográfica (...), preparar e acelerar o ulterior progresso dessa região e dos povos a ela vinculados, para o bem estar da humanidade". Ele colocava em dúvida também o papel do Brasil como proponente do Instituto da Hiléia e acusava o governo brasileiro de financiar metade de suas despesas “sem ao menos exigir a garantia de que aqueles recursos tenham aplicação em seu território”. Criticava ainda o papel secundário a que o Conselho Nacional de Geografia foi relegado nas discussões sobre o IIHA, afirmando que esse órgão deveria coordenar as atividades geográficas, assegurando o controle das mesmas e o predomínio dos técnicos brasileiros nos trabalhos a serem realizados na Amazônia. Por fim, Bernardes contestava o parecer favorável ao IIHA da Comissão de Diplomacia, elegendo como alvo o artigo II, letra c da Convenção de Iquitos, o único dispositivo que ela utilizou para fundamentá-lo. Na sua opinião, privilégios, imunidades e garantias reservadas ao IIHA anulariam a necessidade de autorização dos Estados membros para quaisquer pesquisas que ele viesse a realizar em seus territórios. Como exemplo ele citou o artigo VI, letra g, da Convenção de Iquitos, que estabelecia que, "no exercício de suas funções, nem o diretor nem o pessoal solicitará nem receberá instrução de nenhum governo ou autoridade estranha ao Instituto"; e o artigo IV, letra c segundo o qual caberia ao Conselho estabelecer as normas gerais a que o Instituto deveria submeter-se no exercício de suas atividades, bem

²⁴⁷ Idem.

como 'fever e aprovar as recomendações a serem propostas pelo Instituto a Governos e Organizações". Segundo Bernardes, esses artigos ameaçavam a soberania nacional, abrindo caminho para que a UNESCO controlasse o IIHA, já que contava com os votos dos seus 44 países membros²⁴⁸.

Dispositivos como esses, na opinião de Bernardes, deixavam claro que o objetivo da Convenção de Iquitos "é a partilha da Amazônia pelas várias nações, a começar pelas mais fortes. Preparação sub-reptícia, hábil, sutilmente feita para as vítimas não pressentirem a sua imolação". Para ele, a ratificação desse tratado significaria "a internacionalização e a perda da Amazônia. A simples denominação de internacional com que se batiza o Instituto não deixa margem a dúvidas". Feito esse diagnóstico, seu posicionamento foi contundente:

"A conclusão deste Tratado deve ser considerada crime de traição à Pátria, embora não haja nele traidores, por faltar a seus autores o dolo, a má fé, a intenção criminosa. As finalidades do Instituto são, assim, boas na aparência, mas, no fundo, visam a posse da Amazônia para exploração de suas riquezas, a começar pela do Petróleo, sem necessidade de licença do Governo brasileiro, sem pagar-lhe impostos e sem dar-lhe nenhuma compensação"²⁴⁹.

A análise do seu parecer revela o tipo de desenvolvimento desejado por Bernardes para a Amazônia. Em primeiro lugar, qualquer projeto nesse sentido deveria ser controlado pelo Estado brasileiro. A crítica que ele faz ao caráter internacional do IIHA deixa transparecer sua contrariedade à participação estrangeira em planos de desenvolvimento nacionais. No seu entendimento, caberia ao governo criar um instituto de cunho nacional, composto em sua maioria por técnicos e pesquisadores brasileiros. Para justificar essa postura contrária ao internacionalismo dos que propuseram o Instituto, Bernardes recorre insistentemente ao argumento da ameaça à soberania nacional que esse projeto representava, o que comprometia a segurança e a defesa do país.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ Comissão de Segurança Nacional (1949). Parecer do deputado Artur Bernardes sobre a mensagem presidencial número 536-48 que submete à apreciação do Congresso o texto da Convenção Constitutiva do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e do Protocolo Financeiro, firmados na cidade peruana de Iquitos. Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 28 de janeiro de 1949, pp. 430-439. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 46.

Após a leitura do parecer, Bernardes sugeriu aos membros da Comissão de Segurança Nacional não só que o aprovassem imediatamente, como também que concordassem com uma consulta ao Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) sobre a Convenção de Iquitos. O deputado Euclides Figueiredo (UDN-DF) se manifestou favoravelmente em relação ao parecer, defendendo sua aprovação imediata. Os membros da CSN, contudo, rejeitaram em votação essa proposta, revelando ausência de consenso em relação às críticas de Bernardes ao IIHA. Para solucionar o impasse, o deputado Fernando Flores (PSD-PR) interveio, sugerindo a publicação da mensagem presidencial e do texto da Convenção de Iquitos no Diário do Congresso Nacional (DCN), de modo que a CSN ficasse melhor aparelhada para discutir e votar o parecer de Bernardes. Flores manifestou ainda sua concordância com a consulta a ser feita ao EMFA. Sua proposta foi aprovada pelos membros da CSN.

A entrada dos militares nesse debate e a publicação do parecer de Bernardes no DCN, em 28 de janeiro de 1949, fizeram com que as controvérsias em torno do IIHA se intensificassem na Câmara dos Deputados. Mas do que isso, a partir desse momento a discussão sobre o projeto, até então restrita à Câmara dos Deputados, se irradiou para outros setores sociais. Para tanto, em muito contribuiu a imprensa da época, que passou a cobrir os debates parlamentares sobre essa questão, dando a tônica das discussões e mobilizando a opinião pública.

O parecer de Bernardes foi publicado na íntegra pelo “Jornal do Commercio” – um dos principais jornais do país na época²⁵⁰ - na sua edição de 29 de janeiro de 1949²⁵¹. Além de darem destaque a esse documento, jornais como “O Radical”²⁵² encamparam as críticas do ex-presidente, adotando uma postura contrária ao IIHA:

²⁵⁰ Leal, Carlos Eduardo & Sandroni, Cícero. “Jornal do Comércio”. In: Abreu, Alzira Alves de et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001.

²⁵¹ Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

²⁵² Fundado em 1932 por João Alberto Lins de Barros, então chefe de polícia do Distrito Federal, *O Radical* tinha como objetivo fazer um contraponto aos jornais existentes no Rio de Janeiro nessa época, a maioria contrária ao governo Provisório. Durante o Estado Novo, esse periódico começou a promover campanhas de caráter nacionalista, como as da nacionalização da marinha mercante e da aviação comercial e da criação da indústria siderúrgica. O prestígio alcançado nesse período pode ser medido pela sua tiragem, que chegou a 20 mil exemplares. Depois de se tornar o principal porta-voz do “queremismo” durante o processo de redemocratização do país, *O Radical* manteve uma postura de neutralidade em relação ao governo Dutra. (Ferreira, Marieta de Moraes. “O Radical”. In: Abreu, Alzira Alves de et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001).

“O Instituto da Hiléia Amazônica é um pulo do nove sobre a nossa soberania! – Onde o nosso país pagará para que levem da Amazônia tudo e não permitam sequer que controlemos o nosso povo, o nosso chão e o nosso destino – crime contra a Pátria! (...) Ficaremos como espectadores da devastação da Amazônia, da conquista da Amazônia pelo imperialismo, estranhos às atividades do Instituto, mesmo dentro do nosso território, à luz da nossa constituição que passará a ser papel queimado sem nenhuma importância”²⁵³

A questão do petróleo, então em voga no país, também foi utilizada pelo jornal para sustentar sua oposição ao Instituto da Hiléia. Referindo-se ao polígono Bolpebra, no Acre, como o maior jazigo petrolífero do continente, “O Radical” argumentava que o petróleo produzido nesta região poderá ser livremente explorado pelo IIHA, dado o fato de estar localizado no território da Hiléia. Diante desse cenário, o jornal assim se posicionava em relação ao Instituto:

“criado com o beneplácito de um delegado do Brasil, sem consentimento expresso do povo brasileiro, já instalado em uma das capitais do norte sem conhecimento oficial do parlamento, é um dos mais revoltantes atentados à nossa soberania. Um cínico e revoltante atentado que, começando talvez por uma idéia honesta, terminou servindo ao mais grosseiro imperialismo, ao mais abjeto senso de exploração colonialista”²⁵⁴.

O principal receio que assombrava os opositores do IIHA ante a possibilidade de franquear a Amazônia a estudos de outros países parecia ser mesmo a questão do petróleo e demais recursos naturais existentes na região. O jornal “O Mundo”²⁵⁵ também dedicou-se a criticar a proposta de criação do Instituto por esse viés:

²⁵³ “*Querem desmembrar o Brasil*”. O Radical, 04 de fevereiro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

²⁵⁴ Idem.

²⁵⁵ O Mundo foi fundado por Geraldo Rocha em 1947 tendo como objetivo combater a política do governo Dutra. De caráter nacionalista, esse jornal empenhou-se na defesa da economia nacional e na crítica à atuação das empresas estrangeiras no país. (Ferreira, Marieta de Moraes. “O Mundo”. In: Abreu, Alzira Alves de et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001).

“Quem é que conhece todas as riquezas do solo e do sub-solo amazônico? Pedrarias, minérios, petróleo, essências únicas no mundo, plantas medicinais, pássaros, bichos, flores, tudo isso será propriedade do Instituto, que usará dos nossos tesouros como bem entender, e com plena e absoluta liberdade. E tudo, já se vê, ‘para o bem estar da humanidade’”²⁵⁶.

Na edição seguinte, o “O Mundo” usou de ironia para mais uma vez questionar os reais interesses que estariam camuflados na proposta do IIHA:

“Instalaram o Instituto de Manaus, sem autorização do Congresso – metade das despesas pagas pelo Brasil – o Itamarati só queria a sede – E o governo pensa que os ‘sábios’ estão caçando passarinhos”²⁵⁷.

Contudo, vale ressaltar que alguns jornais da época manifestaram-se favoravelmente à criação do Instituto da Hiléia. Em matéria publicada em 30 de janeiro de 1949, logo após a divulgação do parecer de Bernardes, “O Jornal”²⁵⁸, por exemplo, criticou veementemente o ex-presidente pela repercussão negativa que o seu parecer teria nos meios científicos internacionais. O periódico defendia que ao invés das suspeitas levantadas, que só serviam para prejudicar a imagem do Brasil, o projeto IIHA deveria estar sendo explicado de forma detalhada. Sobre a ameaça que a proposta da UNESCO supostamente representava para a segurança nacional, “O Jornal” se apoiava na biografia do presidente Dutra para descartá-la:

²⁵⁶ “O Itamarati entregou a Amazônia às Nações Unidas”, O Mundo, 4 de fevereiro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

²⁵⁷ O Mundo, 05 de fevereiro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

²⁵⁸ O Jornal pertencia à cadeia *Diários Associados* de Assis Chateaubriand e mostrou-se favorável ao Instituto da Hiléia desde o primeiro momento. Em uma evidência de que a imprensa da época estava dividida em relação ao IIHA, um outro jornal dessa rede, o vespertino carioca *Diário da Noite*, se opôs ao projeto da UNESCO, dedicando-se a cobrir todos os passos de Bernardes na sua campanha contra a proposta da UNESCO, a começar pela matéria publicada na sua edição de 22 de fevereiro de 1949, intitulada: “*Pensam internacionalmente os diplomatas brasileiros, declara o ex-presidente da República*”. (Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47).

“O Presidente Eurico Dutra, cujo patriotismo e dedicação aos altos interesses nacionais nem mesmo os seus inimigos serão capazes de negar, jamais encaminharia uma Mensagem ao Congresso com um projeto que atentasse contra a segurança nacional. Estamos certos que tudo se esclarecerá no devido tempo, mas nos círculos científicos internacionais ficará a impressão desoladora da incompreensão, da falta de esclarecimento que gera manifestações de jacobinismo como esta de agora. Estamos à vontade para fazer a crítica, pois sempre nos batemos pela ampla explanação de todos os objetivos da UNESCO ao público brasileiro”²⁵⁹.

A linha de “O Jornal” era mesmo defender o IIHA e a UNESCO, divulgando os objetivos desse organismo internacional para o conjunto da sociedade brasileira. Em artigo publicado em 13 de março de 1949, o colunista Fernando Tude de Souza afirmava que:

“(...) o Brasil está em débito com a UNESCO e urge que salde as suas contas. Do contrário, ficaremos dando aos olhos do mundo o triste espetáculo gerado pelo pueril Parecer sobre o Instituto da Hiléia Amazônica apresentado no Congresso Nacional e fruto do desconhecimento completo das finalidades e do programa da humana e benemérita entidade”²⁶⁰.

Em fevereiro de 1949, logo após a publicação do parecer de Bernardes, Carlos Lacerda analisava em sua coluna no “Correio da Manhã” o fenômeno do nacionalismo, levando em consideração as discussões então em voga acerca do projeto do IIHA e do Estatuto do Petróleo, enviado ao Congresso Nacional pelo governo Dutra em 1947. Para o jornalista, havia um medo crescente no Brasil em relação à “importação de capitais para o desenvolvimento do país”, gerando uma situação que foi definida por ele como um “mau nacionalismo”, que seria derivado das “influências comunistas no país”. Esse “mau nacionalismo” estava sendo empregado, especialmente, nos casos do projeto de criação do IIHA e no da não aprovação do Estatuto do Petróleo. Lacerda argumentava que os impasses provocados na Câmara dos Deputados em torno dessas duas questões estavam paralisando o país, na medida em que o tornavam menos interessante para os investidores de capitais, nacionais ou internacionais, que se desinteressavam pelos projetos. Citando o

²⁵⁹ O Jornal, 30 de janeiro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

²⁶⁰ O Jornal, 13 de março de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

exemplo de Paulo Carneiro, que “seria incapaz de apresentar um projeto que realmente merecesse qualquer dos epítetos que lhe atira”, Lacerda afirmava que esses impasses também estavam distorcendo a realidade. A não aprovação do Estatuto do Petróleo, na sua opinião, impediria o desenvolvimento da indústria do petróleo no país, implicando na criação desta, no futuro, de um modo desvantajoso. Assim, concluía o jornalista, essas medidas do “mau nacionalismo” contribuiriam para entregar o Brasil aos “trusts”, que:

“poderão inaugurar uma placa mais ou menos com estes dizeres: ao Benemérito Bernardes, ao utilíssimo Horta Barbosa, ao honrado Partido Comunista, aos que depois divergiram, mas que nos foram tão úteis. E ao tímido, inepto, tonto governo que por sua pusilanimidade e inação conservou o país para nós, os trusts penhorados agradecem”²⁶¹.

Ao se colocar ao mesmo tempo contra o nacionalismo e contra os “trusts” internacionais, Lacerda preconizava para o país um tipo de desenvolvimento que associasse capitais privados nacionais e estrangeiros, mas que fosse liderado pelo empresariado nacional e não pelo Estado. Ele escrevia no “Correio da Manhã”, um dos jornais de maior prestígio na época e que também defendia o IIHA. Em matéria publicada em abril de 1949, esse periódico defendeu, inclusive, a convocação de cientistas pelo Congresso para que pudessem prestar esclarecimentos sobre o Instituto.

“solicite o Congresso, para julgar o assunto, o parecer de cientistas, para que não se cometa aqui o ridículo de um pronunciamento oficial contra um Instituto de natureza científica sobre o fundamento de que representa perigo para a soberania nacional”²⁶².

Além do “Correio da Manhã”, o “Jornal do Brasil” foi outro veículo da imprensa que se posicionou favoravelmente ao Instituto da Hiléia e contra o parecer de Bernardes.

²⁶¹ “Divagação melancólica”. Correio da Manhã, 16 de fevereiro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 37.

²⁶² “A Hiléia”. Correio da Manhã, 24 de abril de 1949.

Esse jornal classificava como triste e surpreendente ver argumentos nacionalistas serem usados para atacar a colaboração internacional, tão cara aos regimes democráticos. Ele afirmava que aceitar as críticas de Bernardes ao IIHA significava “condenar, ‘a priori’, todas as iniciativas tendentes a estreitar a amizade dos povos com os laços de uma festiva solidariedade econômica”²⁶³.

As matérias relacionadas ao IIHA que foram publicadas na imprensa brasileira no ano de 1949 são algumas evidências da repercussão que o projeto da Hiléia ganhou a partir da publicação do parecer de Bernardes no Diário do Congresso Nacional. O elemento comum a todas elas era a tentativa de exercer pressão para que o Congresso Nacional se posicionasse em relação à proposta da UNESCO. Apesar desse traço comum, podemos observar, por meio delas, uma clara divisão entre os principais jornais do país em relação ao Instituto da Hiléia. Dentre os contrários a sua criação podemos citar “O Radical”, “O Mundo”, “Diário da Noite”, “A Notícia” e “A Noite”, ao passo que dentre os defensores destacavam-se o “Jornal do Commercio”, “O Jornal”, o “Correio da Manhã” e o “Jornal do Brasil”. Nas matérias contrárias à criação do IIHA, os pontos destacados são os perigos para a soberania nacional, seu caráter imperialista e a elevada contribuição financeira que o governo daria para um Instituto no qual o país sequer teria garantido direito de participação. Nenhuma delas dedica-se a analisar o texto da Convenção de Iquitos, limitando-se a reproduzir as críticas de Artur Bernardes. Essas matérias refletiam a onda nacionalista que o país estava atravessando por conta da campanha “O petróleo é nosso”. Prova disso são as constantes relações estabelecidas entre o Instituto da Hiléia e o petróleo amazônico. Em um contexto no qual o petróleo era visto como um recurso estratégico, aprovar a criação do Instituto significava abrir mão desse importante recurso natural.

As posições simpáticas ao IIHA, por outro lado, salientavam a oportunidade do projeto em um momento no qual o país debatia a melhor forma de impulsionar o desenvolvimento nacional, inclusive em relação à Amazônia. Para os defensores da proposta da UNESCO, sobretudo Carlos Lacerda, em um contexto de escassos recursos para implementar o desenvolvimento do país, não só o capital estrangeiro era bem-vindo, como também qualquer outra forma de cooperação internacional, incluindo-se aí a

²⁶³ “*Nacionalismo delirante*”. *Jornal do Brasil*, 09 de abril de 1949.

científica. Recusar essa cooperação é que representaria uma ameaça para o país, na medida em que impediria nosso desenvolvimento econômico.

Em defesa desse ponto de vista, os jornais favoráveis ao IIHA não só manifestaram claramente esse posicionamento desde o começo das polêmicas, como também se dedicaram a publicar a reação dos defensores do Instituto ao parecer de Bernardes. Estes, como veremos, dedicaram-se a refutar a crítica do presidente da Comissão de Segurança Nacional, segundo a qual o Instituto da Hiléia representava uma ameaça à soberania brasileira na Amazônia e à segurança nacional, ressaltando as características existentes nesse projeto, capazes de estimular o desenvolvimento dessa região.

3.2.3 - Os defensores do IIHA reagem ao parecer de Bernardes

A repercussão do parecer de Bernardes motivou a reação dos principais defensores da proposta de criação do Instituto da Hiléia. Idealizador e principal defensor do IIHA na UNESCO, Paulo Carneiro saiu em defesa do seu projeto. Tão logo o parecer de Bernardes foi divulgado, ele enviou um ofício ao ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, no qual afirmava que as críticas feitas pela Comissão de Segurança Nacional “se afastam de tal modo do espírito da Convenção de Iquitos que bastaria apenas uma leitura atenta da própria Convenção no seu conjunto para fazê-las caírem por terra”. Apesar disso, e atendendo à solicitação de Fernandes, o cientista brasileiro se propôs a prestar alguns esclarecimentos, com intuito de dissipar quaisquer dúvidas quanto “aos intuitos, os meios de ação e a aparelhagem jurídica do Instituto da Hiléia”²⁶⁴.

Comparando as críticas ao IIHA com as objeções que foram levantadas há quase um século contra a abertura da livre navegação no Rio Amazonas, Paulo Carneiro identificou como a principal acusação feita ao Instituto o fato dele ser internacional, o que supostamente ameaçaria a segurança e a soberania do Brasil. Contra esta acusação, ele

²⁶⁴ Ofício de Paulo Carneiro ao ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, sobre o parecer contrário a Convenção do IIHA do deputado Artur Bernardes. Datado de 2 de fevereiro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 45. Esse documento foi publicado no DCN em agosto do mesmo ano (Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 25 de agosto de 1949. pp. 7607-7609. Ofício de Paulo Carneiro a Raul Fernandes sobre a Convenção do IIHA).

afirmou que a região a que se destinava o IIHA abarca, além de uma grande parte da Amazônia brasileira, grandes extensões de terras da Bolívia, do Peru, do Equador, da Colômbia, da Venezuela e das três Guianas. Ele argumentou ainda que a investigação científica é uma atividade intrinsecamente internacional e que no Brasil nossas instituições sempre receberam a contribuição de cientistas estrangeiros²⁶⁵. Dessa forma, para ele o caráter internacional do IIHA nada tinha de anti-patriótico e nem representava uma ameaça à soberania e à segurança do Brasil:

“internacional pela área que compreende, o Instituto da Hiléia não podia deixar de ser internacional em seu quadro científico. Como obter naturalistas de valor capazes de realizar senão recorrendo a todos os centros científicos capazes de fornecê-los? No futuro Instituto cooperarão, deste modo, para o estudo das condições eficaz, climáticas e bióticas da Hiléia Amazônica, especialistas oriundos dos seus diversos Estados Membros, brasileiros, peruanos, colombianos, equatorianos, etc., ao lado de cientistas de outros países, sempre que se tornar necessário o seu concurso, e for do agrado de cada Governo, respeitadas, evidentemente, as leis que regulam, em cada caso, a admissão de estrangeiros nos diversos territórios nacionais”²⁶⁶.

Como forma de rebater as acusações feitas por Bernardes de que o IIHA era parte de uma conspiração para tomar a Amazônia do Brasil e de que os brasileiros que apoiavam o projeto estavam contra a própria pátria, Paulo Carneiro recuperou o internacionalismo científico e o ideal de uma ciência universal à serviço do desenvolvimento que estava em voga no plano internacional, contrapondo esse realidade à forma como o IIHA foi visto no Brasil. Para tanto, ele citou o apoio que Instituto recebeu de destacados homens de ciência da época:

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ Idem.

“nos tempos modernos, nada de grande e duradouro se pode empreender em outros moldes, e foi por assim compreendê-lo que os verdadeiros cientistas do Brasil imediatamente hipotecaram o seu apoio ao projeto do Instituto da Hiléia Amazônica. Miguel Ozório de Almeida, Henrique Aragão, Costa Lima, Olímpio da Fonseca, D. Heloísa Alberto Torres, Carlos Chagas Filho, Heitor Fróes, Melo Leitão (...) entre dezenas de outros, têm sido os propugnadores desse novo centro de pesquisas . Quem lhes negaria patriotismo e saber ou os suporia ingênuos joguetes de maquiavélicas conspirações?”²⁶⁷ .

Como forma de tentar conseguir o respaldo dos militares para o IIHA, Carneiro mencionou também o apoio que o projeto recebeu do comandante Braz Dias de Aguiar - sertanista e antigo chefe da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites - e, principalmente, do então general Cândido Rondon, salientando que este último, “conhece melhor do que ninguém os seus deveres de brasileiro e os problemas da Amazônia, cenário, durante tantos anos, das suas façanhas e dos seus estudos”. Além disso, fez referências a um artigo de apoio ao IIHA publicado no “Observatore Romano”, órgão do Vaticano.

Quanto à crítica de que a ratificação da Convenção de Iquitos cessará o direito de auto-determinação dos países amazônicos em assuntos que dizem respeito a soberania nacional, Carneiro mobilizou o Art. II, letra c da Convenção de Iquitos. Na sua opinião, esse dispositivo era o preceito fundamental que regulava as relações entre o IIHA e os Estados amazônicos, na medida em que previa que “as atividades do Instituto dentro do território de um Estado Membro serão determinadas após prévia consulta a esse Estado e mediante seu consentimento”. Os Estados Membros, prossegue, ainda possuíam “a liberdade de desligar-se em qualquer momento do Instituto, denunciando a sua Convenção, suprimindo os seus pagamentos e suspendendo as atividades do mesmo no seu território”²⁶⁸. Esse dispositivo também foi usado por Carneiro para refutar a acusação de Bernardes de que, com a criação do IIHA, todas as informações cartográficas e geográficas amazônicas seriam repassadas aos Estados Membros. Sobre esse ponto, o cientista brasileiro ressaltou ainda os dispositivos da Convenção de Iquitos que afirmavam as atribuições de pura investigação e estudo a cargo do Instituto:

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ Idem.

“O Instituto da Hiléia não será, portanto, explorador de jazidas de ouro, nem de poços de petróleo, nem agente de imigração ou colonização... apesar das insinuações que lhe são feitas nesse sentido”. (...) “as descobertas de interesse econômico feitas pelo pessoal a serviço do Instituto serão comunicadas ao governo em cujo território essas descobertas tenham sido realizadas”²⁶⁹.

Paulo Carneiro também ressaltou que Bernardes se equivocou no seu parecer em relação aos Estados Membros, pois, ao contrário do que afirmou, nem todos os membros das Nações Unidas fariam parte também do Instituto. Este contaria apenas com nove membros e qualquer nova adesão deveria ser aprovada por seu conselho executivo por maioria de dois terços dos votos. Em suma: “O Instituto da Hiléia, quando vier a constituir-se será, essencialmente, uma organização Pan-Amazônica e não a Torre de Babel que alguns imaginam”²⁷⁰. Assim, ao contrário do que Bernardes afirmava, seria o conselho executivo o responsável pelo IIHA e não a UNESCO, que atuaria apenas como órgão consultivo. Dado esse funcionamento, Paulo Carneiro argumentava que o IIHA não representava nenhum perigo para a soberania nacional e nem promoveria a internacionalização e a perda da Amazônia, se não, certamente não seria apoiado por tantas pessoas e órgãos de prestígio, como o IBECC, o CEPVEA, o Conselho Nacional do Índio, entre outros. Afirmou ainda que a Colômbia, o Equador e a França já ratificaram a Convenção do Instituto e que:

“seria de lamentar que o Brasil recusasse agora a sua colaboração ao Instituto criado por sua iniciativa e suscetível de assegurar-lhe, em mais de um setor, prestigioso relevo entre as nações sul-americanas”²⁷¹.

Os esclarecimentos de Paulo Carneiro foram objeto de matéria do jornal “A Noite” na sua edição de 8 de abril de 1949. Expondo trechos do ofício do cientista ao Itamarati,

²⁶⁹ Idem.

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ Idem.

essa matéria afirmava que “o representante do Brasil na UNESCO contesta que o Instituto da Hiléia Amazônica possa melindrar sequer a soberania do país”²⁷². O “Jornal do Commercio” também divulgou a resposta de Paulo Carneiro, concluindo pela “improcedência da crítica feita na Comissão de Segurança Nacional”²⁷³. O “Correio da Manhã”, por sua vez, comentou esse documento: “a resposta do Sr. Paulo Carneiro às acusações que fizeram ao Instituto da Hiléia é uma lição de clareza, de sentido da realidade, que deveria bem servir para nos reconduzir aos caminhos do senso comum”²⁷⁴.

Na tentativa de reverter o quadro desfavorável ao IIHA, criado a partir da publicação do parecer de Artur Bernardes, Paulo Carneiro, além de prestar esclarecimentos ao Itamarati, também buscou articular-se com outros cientistas brasileiros em defesa da criação do Instituto. Em janeiro de 1949, ele enviou uma carta a Levi Carneiro, presidente da comissão nacional da UNESCO (IBECC), na qual tratava, entre outros assuntos, da questão da ratificação da Convenção de Iquitos. Afirmando ser informado periodicamente dos acontecimentos relacionados a essa questão por Heloísa Alberto Torres, Carneiro pedia a ajuda do IBECC e de Levi Carneiro para mobilizar seus aliados na Câmara dos Deputados contra a campanha que Bernardes estava desencadeando contra o Instituto²⁷⁵.

Além de Paulo Carneiro, Lineu de Albuquerque Melo - especialista em Direito Internacional da Faculdade de Direito da então Universidade do Brasil (atual UFRJ) - também saiu em defesa do IIHA frente às acusações de Artur Bernardes. Ele havia feito parte da delegação brasileira que participou da Conferência de Iquitos, durante a qual acompanhou o processo de elaboração da Convenção Constitutiva do IIHA. Seus esclarecimentos sobre os principais preceitos do Direito Internacional da época que orientaram a elaboração da Convenção de Iquitos forneceram argumentos importantes para que os defensores do Instituto da Hiléia rebatessem as críticas de Artur Bernardes.

²⁷² “*Não fere a soberania nacional*”. A Noite, 8 de abril de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

²⁷³ “*Instituto Internacional da Hiléia Amazônica*”. Jornal do Commercio, 9 de abril de 1949.

²⁷⁴ “*Mania de perseguição e descuido*”. Correio da Manhã, 18 de maio de 1949.

²⁷⁵ Carta de Paulo Carneiro ao Dr. Levi Carneiro, datada de 19 de janeiro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 256.

Em artigo intitulado “Em Defesa de uma Convenção”, publicado no “Jornal do Comércio” na sua edição de 8 de abril de 1949²⁷⁶, Albuquerque Melo expôs sua indignação em relação ao parecer do deputado Artur Bernardes, argumentando que esse documento deturpava o caráter da Convenção de Iquitos. Nesse artigo, ele dedicou-se a combater a idéia central do parecer de Bernardes: a de que o IIHA teria sido “engendrado maquiavelicamente por países imperialistas para o domínio da Amazônia”. De acordo com Melo, essa constatação de Bernardes revelava que ele ignorava “todas as regras estabelecidas para a integração de atos dessa natureza”. Aceitar seu raciocínio implicava considerar a maior parte dos tratados e convenções assinados entre nações como fontes de perigo e formas de domínio e infiltração, não escapando a ‘essa deturpação da verdade atos internacionais como, por exemplo, a Cruz Vermelha, a União Pan-Americana ou as Nações Unidas’. Aos fins exploratórios que o Instituto da Hiléia teria na visão de Bernardes, Albuquerque Melo contrapôs suas reais finalidades científicas e culturais, ressaltando ainda que o IIHA nasceu de uma proposta brasileira e que “não foi fácil ao delegado brasileiro obter, desde logo, apoio a sua proposta”, pois muitos estados consideravam o Instituto “de interesse estritamente regional”. Na Conferência de Iquitos, prossegue, “não foram também ‘grandes potências imperialistas’ que se reuniram” para a elaboração da Convenção. Dessa forma, “somente cientistas, professores, representantes os mais íntimos da grande cultura” estavam presentes em Iquitos, inexistindo “representantes da grande finança internacional, manejadores de interesses econômicos ou políticos ardilosos”²⁷⁷.

Sabendo que Bernardes duvidava do fato de o Instituto ter nascido de uma proposta brasileira, Albuquerque Melo esclareceu que o projeto foi encaminhado à UNESCO e colocado sob seu amparo, por ser “prática comum o do preparo, por órgãos internacionais autorizados, de projetos que sirvam de base aos tratados e discussões dessa natureza”, nada impedindo a apresentação de propostas diversas da original. Para exemplificar que não foi um mero contrato de adesão e que os participantes não ficaram “em ócios ou divertimentos”, ele citou os consideráveis esforços empreendidos pela delegação brasileira para “preparar emendas e sugestões – que mercê de Deus, foram todas aprovadas e

²⁷⁶ Melo, Lineu de Albuquerque. “Em defesa de uma Convenção”. *Jornal do Comercio*, 8 de abril de 1949. pp. 8, p. 2.

²⁷⁷ *Idem*.

aceitas”. Melo terminou seu artigo rebatendo a acusação de “traidores nacionais” que Artur Bernardes atribuiu àqueles que elaboraram e subscreveram a Convenção de Iquitos, afirmando que “o assunto versado no parecer não é especialidade do ilustre congressista”²⁷⁸.

No dia seguinte à publicação do artigo, o jornalista e membro da UDN Carlos Lacerda elogiava em sua coluna a postura de Albuquerque Melo, afirmando que ele desmascarou a tentativa de Artur Bernardes de deturpar o real conteúdo da Convenção de Iquitos. Na opinião de Lacerda, a Amazônia devia continuar sendo pesquisada por “brasileiros irmanados a cientistas estrangeiros” que, há muito tempo, contribuem com várias descobertas para a região. Reafirmando a crítica de Albuquerque Melo de que não tinha conhecimento do assunto para fazer as críticas que fez, ele afirmou que o “Instituto da Hiléia se destina exclusivamente a trabalhos científicos sob o controle das nações que participam diretamente da bacia amazônica”. Ao contrário do nacionalismo “primitivo” de Bernardes, Lacerda defendia um tipo de nacionalismo que considerava bom para ser empreendido no Brasil: aquele que contribui para “uma política de desenvolvimento nacional”. A instalação do Instituto da Hiléia seria, então, na opinião do jornalista, uma medida cabível para a aplicação dessa política²⁷⁹.

A defesa pública que Lineu de Albuquerque Melo fez da Convenção de Iquitos e a participação de Lacerda nos debates sobre o IIHA nos mostram que a imprensa, ao dar espaço às controvérsias sobre essa proposta suscitadas na Câmara dos Deputados, acabou atraindo novos atores para este debate. O parecer de Bernardes foi o responsável, então, pela polarização dos posicionamentos acerca do projeto da Hiléia. Neste cenário, vejamos os efeitos do parecer do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) - solicitado por Bernardes e aprovado pela Comissão de Segurança Nacional (CSN) - sobre as discussões parlamentares acerca da criação do Instituto da Hiléia.

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ Idem.

3.2.4 – O Parecer do Estado Maior das Forças Armadas sobre a Convenção de Iquitos e o recrudescimento das discussões sobre o IIHA

O parecer do EMFA foi publicado no Diário do Congresso Nacional em 9 de junho de 1949. Assinado pelo general Salvador Cesar Obino, a parte inicial do documento defendia a criação de um organismo internacional na Amazônia, como forma de facilitar o estudo e o desenvolvimento dessa região. Nessa perspectiva, a postura do Itamaraty de defender a cooperação internacional era elogiada pelos militares. De acordo com eles, a identidade geográfica da Hiléia amazônica:

“sugere a idéia de se procurar uma fórmula que possibilite o estudo do todo como um conjunto, congregando, para obter uma resultante eficiente, os esforços que, dispersos, seriam anulados pela pujança agressiva da selva. Equacionado o problema nesses termos, a fórmula óbvia que se impunha, como muito bem compreendeu o Itamaraty, era a criação de um organismo internacional que se incumbisse de efetivar aquela desejada conjugação de esforços”²⁸⁰.

Essa defesa da cooperação internacional, no entanto, vinha acompanhada, no parecer do EMFA, por uma preocupação com o peso político que o Brasil teria no Instituto da Hiléia. Os militares argumentavam que, se por um lado, as características das áreas da Hiléia pertencentes aos países da região eram semelhantes, por outro, os interesses desses países eram diferentes. Com interesses diversos dos demais países signatários da Convenção de Iquitos e com um peso geográfico na região amazônica bem maior que seus vizinhos latino-americanos, o Brasil, contudo, não tinha uma posição de destaque na estruturação orgânica prevista para o IIHA na Convenção de Iquitos, que englobava um Conselho, uma Comissão Executiva e um Diretor. O EMFA defendia, então, que o país se cercasse de garantias com o objetivo de não perder o controle sobre seu território:

²⁸⁰ Parecer do Estado Maior das Forças Armadas sobre o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 09 de junho de 1949 – pp. 4801- 4802. Esse parecer foi publicado também no “Jornal do Commercio”, na sua edição de 19 de julho de 1949. (Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 46).

“Possuidor da hegemonia na bacia amazônica, tem o Brasil interesses opostos aos dos outros países da mesma bacia, porquanto domina ele a quase totalidade do curso navegável do grande rio, enquanto os demais se situam nas cabeceiras de seus formadores ou tributários. (...) somos forçados a reivindicar, em qualquer concerto internacional sobre a Amazônia, uma posição de relevo que nos permita exercer ativa vigilância na defesa de nosso patrimônio. Na eventualidade de sofrer tal solução oposição de terceiros, nossa transigência nunca poderá ir a ponto de abrir mão completamente de garantias concretas, representadas pelo direito de fiscalização efetiva das atividades e de livre impedimento das mesmas”²⁸¹.

O parecer do EMFA ponderava que o Brasil tinha uma participação quase nula na estrutura burocrática do IIHA, seja na escolha do seu diretor, seja no conselho executivo. Como a Convenção de Iquitos não mencionava os cinco estados que deveriam fazer parte desse conselho, os países amazônicos poderiam ser excluídos dele, inclusive o Brasil. Em virtude dessa situação, o parecer do EMFA externava uma grande preocupação com a segurança nacional. De acordo com esse documento, o dispositivo da Convenção de Iquitos que poderia ferir a segurança nacional era o constante da letra c do Art. II, “ao qual inexplicavelmente não foi dado o realce que merece”. A posição do Estado Maior era que esse artigo fosse redigido com maior cuidado, de modo a diminuir “grande parte dos perigos resultantes do sistema criado em Iquitos”. Ao comentar este artigo, que de maneira geral estabelecia que qualquer atividade do IIHA na região amazônica só poderia ser realizada após prévia consulta aos estados membros, o parecer considerava que ele “não especifica se tal consulta será feita uma vez por todas ou se deverá ser realizada em relação a cada empreendimento do Instituto”. A recomendação dos militares era, então, que se procedesse a alteração desse dispositivo, de modo a deixar claro que o Instituto da Hiléia tinha a obrigação de submeter previamente à aprovação do Estado interessado cada empreendimento pretendido dentro do seu território, importando sua não aprovação em um impedimento a essas atividades:

²⁸¹ Idem.

“Torna-se por isto fundamental para inteligência da Convenção de Iquitos, uma correta interpretação da letra c do Art. II. Se for entendido e assim expressamente declarado, que esse dispositivo obriga o Instituto a submeter previamente à aprovação do Estado interessado cada empreendimento pretendido dentro do território desse Estado, importando sua não aprovação em veto às atividades consideradas, direito esse já explicitamente reconhecido às nações que possuem territórios na Hiléia Amazônica, em relação às emendas à Convenção (letra b do Art. XIV), parece que a interpretação aqui preconizada converteria o citado dispositivo em uma garantia concreta onde estribar a defesa de nossos interesses”²⁸².

Apesar de apoiarem a criação do IIHA, os militares temiam que esse organismo se constituísse em um perigo à segurança nacional, em virtude da limitada ascendência política do Brasil sobre o projeto, traduzida, por exemplo, em dispositivos como a letra c do Art. II da Convenção de Iquitos. O documento do EMFA recomendava, então, que a Convenção de Iquitos só fosse aprovada caso sofresse as alterações sugeridas.

Dadas as clivagens no interior da oficialidade no período considerado²⁸³, a opinião do EMFA sobre o Instituto da Hiléia não refletia a do conjunto das Forças Armadas: um grupo “nacionalista-desenvolvimentista”, representado pelo Clube Militar, era ferrenho opositor do IIHA; outro, por sua vez, sediado no Ministério da Guerra e no EMFA, tinha uma postura “desenvolvimentista não-nacionalista”²⁸⁴ em relação ao plano da UNESCO, ressaltando a necessidade de alguns ajustes na Convenção de Iquitos em face dos ditames da política de segurança nacional.

Sintomático desta divisão nas Forças Armadas foi o fato de dois dos principais personagens envolvidos nas controvérsias em torno do Instituto da Hiléia terem procurado o apoio dos militares em diferentes instituições, cada uma delas controlada por um determinado grupo de oficiais. Enquanto Paulo Carneiro, proponente e principal defensor do IIHA, buscou apoio para o seu projeto em Conferência na Escola Superior de Guerra (ESG)²⁸⁵, fundada e controlada pelo grupo “desenvolvimentista não-nacionalista”, Artur

²⁸² Idem.

²⁸³ Sobre essas clivagens ver: Peixoto, Antônio Carlos. “O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964)”. In: Rouquié, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

²⁸⁴ Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 33-37

²⁸⁵ Parte desta Conferência foi publicada em 1951: Carneiro, Paulo. *O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica: razões e objetivos de sua criação*. Rio de Janeiro: s. e. , 1951.

Bernardes proferiu sua conferência contra a Convenção de Iquitos²⁸⁶ no Clube Militar, porta-voz do pensamento nacionalista.

No dia seguinte à publicação do parecer do EMFA no DCN, o senador Augusto Meira (PSD-PA) discursou no Congresso Nacional contra o projeto de criação do IIHA. Meira argumentou que o Brasil não deveria permitir a criação de um instituto de cunho nacional na Amazônia, pois poderia realizar pesquisas nessa região por conta própria:

“Não se trata de isolacionismo. O Brasil sempre foi um amigo desinteressado de todas as nações e com elas sempre tratou, levado por motivos superiores. O Brasil pode, por si próprio, promover estudos eficientes, com gente sua ou auxiliada, mesmo, por elementos técnicos estrangeiros, amigos e leais, que trabalhem sobre seus auspícios e determinação nacional”²⁸⁷.

Vendo os opositores do Instituto se manifestarem na Câmara dos Deputados e no Senado, em 19 de julho de 1949, Heloísa Alberto Torres, antropóloga e presidente da Comissão Interina do IIHA, compareceu ao plenário para prestar esclarecimentos aos parlamentares. Solicitando que o presidente da Câmara dos Deputados encaminhasse suas explicações para a Comissão de Segurança Nacional, a cientista do Museu Nacional iniciou seu discurso argumentando que a letra c do artigo II da Convenção de Iquitos, apontada pelo parecer do Estado Maior das Forças Armadas como o único ponto da Convenção que poderia ameaçar a segurança nacional, não representava tal ameaça, uma vez que estava inscrita no artigo II, que previa que “dentro dos limites de sua jurisdição e de sua legislação, cada Estado Membro reconhece no Instituto a capacidade legal necessária para o exercício de suas funções, determinadas nesta convenção”. Essas funções, por sua vez, estavam bem claras na convenção: “promover, conduzir, coordenar e divulgar os estudos sobre a mencionada área geográfica (Hiléia Amazônica), que será oportunamente delimitada”.

²⁸⁶ Bernardes, Artur. *A Internacionalização da Amazônia com o Disfarce do Instituto Internacional da Hiléia*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1951, 21p.

²⁸⁷ Brasil, Congresso Nacional. *Diário do Congresso Nacional*, 10 de junho de 1949, pp. 4900-4902.

Ela argumentou que não só as funções do Instituto da Hiléia estavam claramente definidas como tinham que se adequar ao que previa a legislação brasileira sempre que desempenhadas no território nacional. O IIHA estaria, então, submetido à legislação brasileira que regulava as expedições artísticas e científicas (Decreto n 6.734, de 21 de janeiro de 1941). Segundo Heloísa Alberto Torres, essa legislação, por si só, protegeria nossa soberania, pois previa um “minucioso sistema de fiscalização, a cargo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas”, de modo que o Instituto “precisará pedir sempre e cada vez licença ao Conselho de Fiscalização para cada iniciativa que quiser tomar no Brasil”. Sobre as críticas feitas ao sistema de votação para eleger a Comissão Executiva do IIHA, Heloísa argumentou que esse sistema era o mais propício porque não concedia hegemonia sobre o Instituto a nenhum Estado-Membro. Por fim, a cientista agradeceu ao Estado Maior das Forças Armadas por mostrar como a criação do IIHA estava de acordo com a segurança nacional, pois a única ressalva feita por este já havia sido atendida nos artigos de sua própria convenção constitutiva²⁸⁸.

A imprensa mais uma vez deu cobertura aos debates sobre o IIHA que ocorriam no parlamento. Em setembro de 1949 o jornalista do “Correio da Manhã”, Antonio Callado, escreveu um artigo defendendo a criação do IIHA e comentando as respostas de Heloísa Alberto Torres ao documento do Estado Maior das Forças Armadas. Reproduzindo a argumentação da cientista, ele afirmou que os receios imperialistas que o IIHA suscitava jamais se tornariam realidade porque Instituto estaria submetido às leis brasileiras e porque outros “planos de conquista” seriam mais fáceis. Desse modo, ele apelava aos envolvidos no projeto do Instituto, ao Estado Maior das Forças Armadas e ao Presidente da República para que defendessem a proposta da UNESCO e não deixassem a Amazônia continuar sendo uma “região abandonada”²⁸⁹.

Enquanto Heloísa Alberto Torres prestava esclarecimentos sobre projeto da UNESCO no Congresso Nacional e defensores do Instituto, como Antônio Callado, tratavam de repercuti-los na imprensa, Paulo Carneiro procurava ganhar o apoio dos cientistas para o projeto. Em 1 de outubro de 1949 ele proferiu uma palestra na Sociedade

²⁸⁸ Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 19 de julho de 1949, pp. 6222-6223.

²⁸⁹ “*Diálogo da Hiléia Amazônica*”. Correio da Manhã, 14 de setembro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 41.

Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)²⁹⁰. Após expor os projetos da UNESCO, ele se concentrou no plano de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, argumentando que esse projeto não poderia ser feito por esferas nacionais devido à grandiosidade do território amazônico e aos interesses de centenas de especialistas e laboratórios que estariam envolvidos e dando sua contribuição. Sua exposição, contudo, parece não ter sido suficiente para desfazer os receios dos cientistas em relação ao projeto. Após sua palestra, o assunto mais debatido na SBPC foi a questão da “drenagem do material nativo brasileiro para fora do país” através das missões estrangeiras. Sobre esse ponto, Carneiro afirmou que a UNESCO coordenaria as explorações científicas, sempre respeitando os interesses da ciência e das nações ao mesmo tempo²⁹¹.

Nem mesmo os esforços que fizeram os defensores do IIHA nessas três frentes (parlamento, imprensa e SBPC) foram capazes de aplacar a oposição ao Instituto, sobretudo a de Bernardes. Também se apropriando do parecer do EMFA, ele se prendeu à crítica que esse documento fazia à letra c do artigo II da Convenção de Iquitos para intensificar seus ataques ao projeto na Câmara dos Deputados. Na reunião da CSN realizada em 5 de outubro de 1949, Bernardes fez uma longa exposição sobre a Convenção de Iquitos, afirmando que esse documento “constituía uma ameaça à soberania nacional na grande região do Norte”. Para ele, “a ratificação daquele instrumento jurídico acarretaria a internacionalização e possibilitaria a perda da Amazônia brasileira”. Ele concluiu sua exposição reafirmando mais uma vez o seu posicionamento contrário à criação do Instituto da Hiléia. Após esta exposição, Abelardo Mata (PTB-DF) sugeriu que se convocasse Paulo Carneiro para prestar esclarecimentos sobre o tema, proposta que ficou de ser apreciada na

²⁹⁰ A SBPC foi criada em 1948, a partir da mobilização da comunidade científica paulista contra a ameaça do governador de São Paulo, Ademar de Barros, de mudar o perfil do Instituto Butantã, transformando essa instituição científica numa mera produtora de soros antiofídicos. Liderada por biólogos e contando com o respaldo da tradição científica da Universidade de São Paulo (USP), caberia à SBPC zelar pela autonomia científica face aos interesses do mercado e do Estado, defendendo a produção neutra do conhecimento científico. (Schwartzman, Simon, *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional/Finep, 1979. p. 288).

²⁹¹ “Plano de aproveitamento científico da Amazônia: a propósito de uma palestra proferida pelo dr. Paulo Carneiro”. Folha da Manhã, 17 de outubro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 37.

próxima reunião da comissão. Ademar Rocha (UDN-PI) pediu e obteve vista da mensagem em questão, ficando sua votação também adiada para a próxima reunião²⁹².

O impasse na Comissão de Segurança Nacional motivou a ida de alguns de seus participantes ao plenário da Câmara dos Deputados. Gofredo Telles (PSD-SP), por exemplo, discursou contra o IIHA, classificando-o como um “atentado de lesa-pátria” que “ferirá a soberania nacional”. Para confirmar seus argumentos, ele também se valeu de trechos do documento do Estado Maior das Forças Armadas que destacavam a dificuldade de se manter a soberania nacional na região amazônica, o que levaria o governo brasileiro a ter um controle escasso sobre o IIHA. A maior crítica de Gofredo Telles ao Instituto, contudo, consistia no fato do Brasil só ter direito a um voto no seu conselho executivo, o que ele considerava um absurdo, pois, com esse “miserável voto”, não seria possível garantir a “soberania nacional”. Esse discurso de Telles, que em suas próprias palavras visava “desmanchar, destroçar este Instituto”, foi publicado no “Jornal do Brasil”²⁹³ e no “Diário de Notícias”²⁹⁴, o que demonstra que a imprensa estava atenta às controvérsias suscitadas pelo IIHA na Câmara dos Deputados.

Na reunião da CSN ocorrida em 19 de outubro de 1949 a discussão sobre o IIHA prosseguiu. Nela, Bernardes sofreu novamente a oposição do deputado Ademar Rocha (UDN-PI), que “apresentou voto em separado, discordando das considerações anteriormente expendidas pelo relator da matéria, Sr. Artur Bernardes”. Rocha propôs que a Convenção de Iquitos fosse aprovada, desde que se fizessem dois reparos:

²⁹² Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 07 de outubro de 1949. p. 9324. Ata da reunião da Comissão de Segurança Nacional, realizada em 5 de outubro de 1949. Essa reunião da CSN foi noticiada pelo jornal Diário Carioca no dia seguinte. (“Ameaça a segurança nacional a internacionalização da Hiléia”, Diário Carioca, 6 de outubro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 41.

²⁹³ “Prejudicial aos interesses da nação o projeto que cria o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica”, Jornal do Brasil, 14 de outubro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

²⁹⁴ “Seria contrário aos interesses nacionais o Instituto da Hiléia Amazônica”. Diário de Notícias, 15 de outubro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

“o primeiro, originário da consulta feita ao Estado-Maior das Forças Armadas, no sentido de esclarecer o dispositivo que só permite as atividades do Instituto, dentro de cada Estado, depois de prévia consulta; o segundo, referente à cessação das atividades do organismo no país respectivo em virtude de denúncia do acordo por qualquer dos Estados participantes”²⁹⁵.

Bernardes respondeu a este voto em separado de Ademar Rocha ressaltando que a Convenção de Iquitos tinha quatro aspectos: o cultural, o científico, o jurídico e o político. Quanto ao primeiro, ele afirmava que “não há divergências, pois ninguém irá negar a importância da cooperação dos cientistas estrangeiros no futuro desenvolvimento da Amazônia”. O problema, para ele, é que este tratado internacional foi redigido em uma “linguagem enganosa”, de modo que o país deveria se cercar de algumas garantias. Bernardes salientou ainda que os cientistas estrangeiros sempre realizaram estudos na Amazônia, de modo que não havia nenhuma necessidade de tratados ou compromissos escritos²⁹⁶.

“O Jornal” descreveu as diferentes opiniões sobre o IIHA que os deputados manifestaram nessa reunião da CSN, afirmando que Ademar Rocha posicionou-se favoravelmente ao Instituto por acreditar não existir a possibilidade de entrega das nossas riquezas aos estrangeiros através dessa organização e por estar ciente do desinteresse dos Estados Unidos na selva amazônica, cuja maior prova era “o abandono da concessão Ford”. Ao comentar o discurso de Artur Bernardes, esse periódico caracterizou sua posição como não sendo terminantemente contrária ao Instituto da Hiléia, argumentando que ele apenas criticava a redação original da Convenção de Iquitos - ambígua e confusa, na sua opinião – e pedia para que ela fosse reescrita de forma a ser exposta mais claramente a real intenção das nações estrangeiras ao participarem do Instituto. A posição de Vivaldo Lima (PTB-AM), por sua vez, foi vista como claramente de desconfiança sobre qualquer acordo internacional e principalmente sobre o interesse norte-americano em relação à Amazônia. Coaracy Nunes (PSD-AP) mereceu destaque na matéria por ressaltar a importância das pesquisas científicas para o desenvolvimento da Amazônia, já que essa região se encontrava abandonada. Ele, contudo, também defendia a necessidade de alterações no

²⁹⁵ Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 21 de outubro de 1949, p. 9928. Ata da reunião da Comissão de Segurança Nacional, realizada em 19 de outubro de 1949.

²⁹⁶ Idem.

texto da Convenção de Iquitos. A matéria, no entanto, buscava transmitir a mensagem de que nada estava perdido para a proposta da UNESCO. Ao comentar a solução encontrada pela Comissão de Segurança Nacional para o caso do Instituto da Hiléia, ela afirmava que esta consistia em promover a “alteração parcial do texto do convênio”²⁹⁷.

O “Correio da Manhã” foi mais longe. Em uma matéria também dedicada à discussão ocorrida na Comissão de Segurança Nacional em 19 de outubro de 1949, esse periódico se focou nos argumentos favoráveis ao Instituto da Hiléia, expostos pelo deputado Ademar Rocha. O momento da reunião mais destacado nessa matéria foi aquele no qual Rocha comentou que a Amazônia sempre esteve relegada ao segundo plano pelo governo, já que “não se realizou ali um trabalho de prévia adaptação do homem ao meio com a redução ou eliminação dos empecilhos que este oferece”, situação que se alterou com a promulgação da Constituição de 1946, que motivou um novo interesse sobre essa região, consagrado no “plano de valorização econômica daquela parte do território”. Nesse novo contexto, Rocha argumentava que impedir a criação do Instituto da Hiléia “retardaria a efetiva incorporação da Amazônia na economia e no sistema social brasileiro”. Para comprovar sua idéia, ele citou um trecho do documento do EMFA que mostrava a impossibilidade dos objetivos do Instituto serem atingidos por “nações isoladas”, justificando, assim, o caráter internacional do IHA. Outros argumentos favoráveis ao Instituto também foram utilizados por Ademar Rocha, como o fato dele ter que seguir a legislação nacional dentro do território brasileiro e o desinteresse dos Estados Unidos na região, citando “o abandono da colonização da Fundação Ford”. Segundo o deputado, a Convenção de Iquitos deveria sofrer duas alterações em seus artigos: “esclarecer o dispositivo que só permite as atividades do Instituto dentro de cada Estado depois de prévia consulta; e o segundo referente à cessação das atividades daquele órgão no país respectivo em virtude de denúncia do acordo por qualquer dos Estados participantes”²⁹⁸.

Na reunião seguinte dessa comissão realizada em 21 de outubro, os debates sobre o IHA prosseguiram com Artur Bernardes respondendo novamente ao voto em separado de Ademar Rocha:

²⁹⁷ *Restrições ao texto do Convênio de Iquitos*. O Jornal, 20 de outubro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

²⁹⁸ *O Instituto da Hiléia Amazônica*. Correio da Manhã, 20 de outubro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 69.

“o Instituto constituiria uma potência dentro do país e que o acordo não garantia plenamente a soberania brasileira. Declarou que tivera informação de haver o Itamarati entrado em entendimento com os países signatários do acordo, para a aprovação de modificações. Rebateu, ponto por ponto, os diversos aspectos do referido voto, esclarecendo a Comissão sobre a entidade que objetiva metodizar e coordenar a pesquisa científica na região amazônica. Encerrou, finalmente, suas considerações, reafirmando seu ponto de vista contrário à aprovação da convenção constitutiva do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica”²⁹⁹.

Após este discurso, dois membros da comissão fizeram sugestões. Coaraci Nunes (PSD-AP) “destacou que lhe parecia unânime a opinião da comissão no sentido de se criar o Instituto, desde que fosse o mesmo modificado, assim também pensando o Estado Maior das Forças Armadas”. Para ele, antes da CSN tomar qualquer decisão, o Itamarati deveria ser consultado sobre a possibilidade de introduzir modificações na Convenção de Iquitos. Humberto Moura (UDN-CE), por sua vez, “sugeriu a audiência da Comissão de Justiça, para opinar sobre as alterações propostas pelo Sr. Ademar Rocha em seu voto”. Após as falas destes e de outros membros da comissão, a matéria foi posta em votação, por sugestão do próprio relator, acabando por ser rejeitada. Bernardes finalmente conseguiu aprovar, embora não por unanimidade³⁰⁰, seu parecer contrário à Mensagem do Instituto da Hiléia. Foi decidido também o envio dessa Mensagem para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) “com o objetivo de esclarecer a votação em plenário”³⁰¹.

Além disso, nessa reunião da CSN o deputado Abelardo Mata (PTB-DF) “apresentou parecer – unanimemente aprovado pela comissão – favorável ao projeto n. 260-49, que criava o Conselho Nacional de Pesquisas”. Em seu parecer, Abelardo Mata salientava “as afinidades entre o Conselho Nacional de Pesquisas e a idéia da criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. E formula uma sugestão no sentido da criação

²⁹⁹ Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 25 de outubro de 1949. p. 10025. Ata da reunião da Comissão de Segurança Nacional, realizada em 21 de outubro de 1949.

³⁰⁰ Sobre os votos, a ata dessa reunião nos informa que: “Manifestaram-se a favor da Mensagem e contra, portanto, o parecer do relator, os Srs. Ademar Rocha, Coaraci Nunes e Rocha Ribas. O Sr. Gofredo Telles, apresentando voto em separado, declarou que votava com o relator, pelos motivos expostos em dois discursos que pronunciara sobre o assunto”. (Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 25 de outubro de 1949. p. 10025. Ata da reunião da Comissão de Segurança Nacional, realizada em 21 de outubro de 1949.)

³⁰¹ *Ibidem*.

de um Instituto Nacional da Amazônia, integrado no Conselho Nacional de Pesquisas³⁰². Esta proposta de Mata nos revela que, ao mesmo tempo em que a discussão sobre o IIHA avançava, surgiam alternativas ao plano da UNESCO.

No mesmo dia em que a CSN aprovava o parecer de Bernardes contrário à Convenção de Iquitos, os defensores do Instituto da Hiléia ainda fizeram uma última tentativa de mobilizar os deputados para sua aprovação. Enquanto a CSN se reunia, Lineu de Albuquerque Melo comparecia a CEPVEA para expor seus argumentos favoráveis ao IIHA, analisando o projeto segundo os parâmetros que regiam o Direito Internacional. Ele explicou, então, que a redação do artigo II, letra c da Convenção de Iquitos nada tinha de ambígua, reafirmou a necessidade da colaboração internacional para a região e defendeu que a criação do IIHA não afetaria a soberania nacional, argumentando que “a adesão do Brasil não implicava compromisso perpétuo de assentimento indiscriminado a toda e qualquer atitude do órgão criado pela convenção”. Ele encerrou sua palestra “demonstrando a inexistência de lacunas, descuidos ou falhas dos seus negociadores brasileiros e salientando o apoio integral que lhe deram respeitados juristas brasileiros, o presidente do IBECC, Levi Carneiro, e Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores”³⁰³.

Essa tentativa, contudo, foi em vão. Com a aprovação do parecer de Bernardes, a Mensagem do Instituto da Hiléia tinha agora dois pareceres: o favorável da Comissão de Diplomacia, e um contrário, da Comissão de Segurança Nacional. O parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) serviria para selar o destino dessa Mensagem presidencial. Além disso, ao fazer com que a CSN aprovasse o envio da Mensagem do Instituto da Hiléia para a CCJ, Bernardes objetivava protelar a discussão do projeto de criação do IIHA. Com isso ganharia tempo para buscar aliados e reunir novos argumentos contrários à proposta da UNESCO.

Em 18 de novembro de 1949, a Mensagem do Instituto da Hiléia começou a tramitar na CCJ, sendo o deputado Hermes Lima (PSB-DF) responsável pelo parecer. Contudo, até a última reunião da comissão na legislatura vigente, em 14 de novembro de

³⁰² Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 25 de outubro de 1949, p. 10025. Ata da reunião da Comissão de Segurança Nacional, realizada em 21 de outubro de 1949. Sobre o CNPq e o debate acerca da Amazônia ver: Maio, 2001, p. 64-70.

³⁰³ “*Ocupa a atenção de dois órgãos técnicos da Câmara Federal o Instituto da Hiléia amazônica*”. Diário de Notícias, 22 de outubro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

1950, ele não havia apresentado seu texto. Pode-se concluir que ele reteve o parecer para que a proposta de ratificação da Convenção de Iquitos não fosse encaminhada para votação no plenário da Câmara dos Deputados.

Em um contexto no qual o Partido Socialista Brasileiro (PSB) fazia parte do bloco nacionalista, Hermes Lima tomou posição contrária ao projeto da Hiléia. Se liberasse o seu parecer e o mesmo fosse aprovado pela CCJ, a Convenção de Iquitos passaria a contar com três pareceres de comissões. Dado esse fato e o dispositivo regimental segundo o qual nenhuma matéria podia ser remetida ao plenário da Câmara dos Deputados sem antes receber o parecer de uma comissão, a proposta de criação do IIHA reuniria a partir de então todos os requisitos necessários para ser levado ao plenário da Câmara dos Deputados. Parece-nos que Hermes Lima reteve o seu parecer por não estar suficientemente convencido de que o projeto seria derrotado pelo plenário. Novamente aqui podemos ver que a aprovação ou não do projeto não estava dada. O cenário permanecia em aberto a ponto de opositores do projeto da Hiléia, como Hermes Lima, por exemplo, manipularem os mecanismos institucionais da Câmara dos Deputados para evitar que o projeto fosse encaminhado à votação.

3.3 – A nova estratégia dos defensores do IIHA: o Protocolo Adicional à Convenção de Iquitos

Apesar de toda a controvérsia em torno da proposta de criação do Instituto da Hiléia, seus defensores continuavam se manifestando. Em 1949, Osório Nunes, membro da Liga Brasileira dos Municípios, publicou um livro no qual argumentava que somente a cooperação internacional seria capaz de promover o desenvolvimento da Amazônia, derivando daí a importância de se aprovar a proposta da UNESCO³⁰⁴. O presidente Dutra, por sua vez, também continuava apostando na criação do IIHA. Prova disso é que o projeto de orçamento para o ano de 1950 previa a destinação de uma verba para o Instituto, dentro

³⁰⁴ Nunes, Osório. *Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.p. 141-148.

das despesas do Ministério das Relações Exteriores³⁰⁵. Entretanto, de nada adiantaria todo o apoio dado pelo Executivo ao Instituto da Hiléia se o parlamento não aprovasse sua convenção constitutiva. E a julgar pelos discursos pronunciados pelos parlamentares e pela aprovação do parecer de Bernardes na CSN, essa tarefa seria complicada. Se no começo da tramitação desse projeto de tratado internacional na Câmara dos Deputados o cenário era favorável ao IIHA, a ponto de Bernardes ter se valido da comissão que presidia para impedir que a Convenção de Iquitos fosse à votação no plenário, com a publicação de seu parecer, o posicionamento do EMFA e a repercussão dada pela imprensa às controvérsias suscitadas pelo projeto, os defensores do IIHA passaram a defensiva, também eles adotando estratégias, com base em mecanismos institucionais, para conseguir a aprovação do projeto pelo parlamento. Vejamos, então, como os defensores do IIHA se comportaram.

A principal estratégia adotada pelo Ministério das Relações Exteriores para fazer com que a Convenção de Iquitos fosse aprovada na Câmara dos Deputados foi elaborar um Protocolo Adicional, contendo a interpretação sugerida pelo EMFA para a letra c do artigo II desta Convenção, e mantendo os demais artigos. O Protocolo Adicional foi assinado pela maioria dos países signatários da Convenção de Iquitos no Rio de Janeiro, em 12 de maio de 1950, e encaminhado à Câmara dos Deputados treze dias depois, mediante uma mensagem do Presidente Dutra³⁰⁶. Com a sua elaboração, os defensores do projeto da Hiléia pretendiam superar dois obstáculos: as críticas do Estado Maior das Forças Armadas ao projeto da Hiléia e o fato de Hermes Lima não ter liberado o parecer sobre a Mensagem do Instituto da Hiléia, impedindo, com isso, que ela fosse encaminhada ao plenário para ser votada. Com o envio da Mensagem do Protocolo Adicional à Câmara dos Deputados, todo o processo de discussão do projeto da Hiléia recomeçava nas comissões. A Mensagem substituía a anterior.

Elaborado esse documento, o presidente da Comissão de Diplomacia, João Henrique (PSD-MG), destacou o deputado Lima Cavalcanti, líder da UDN, para defender no plenário o parecer dessa comissão à Convenção Constitutiva do Instituto Internacional

³⁰⁵ Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 21 de setembro de 1949, pp. 8517-8524. Redação do Projeto n. 303-C-1949, que trata do Orçamento para o ano de 1950.

³⁰⁶ Brasil, Congresso Nacional, Diário do Congresso Nacional, 30 de maio de 1950, p. 3951. Mensagem 161-1950, de Eurico Gaspar Dutra, 25 de maio de 1950. Esta Mensagem presidencial que continha o Protocolo Adicional à Convenção de Iquitos foi citada na Reunião da Comissão de Diplomacia de 25 de maio de 1950.

da Hiléia Amazônica e informar os parlamentares sobre o Protocolo Adicional³⁰⁷. Lima Cavalcanti começou seu discurso lembrando que a Comissão de Diplomacia aprovou por unanimidade a Convenção de Iquitos e argumentando que, por isso, os ataques e acusações do deputado Artur Bernardes contra o IIHA acabaram recaindo sobre seus membros. O objetivo de seu pronunciamento, então, era dar uma resposta a Bernardes, “de modo a dissipar qualquer suspeita de que a Comissão de Diplomacia se tenha conduzido de maneira precipitada ou impatriótica quando recomendou à Câmara a ratificação da Convenção do Instituto da Hiléia Amazônica”³⁰⁸.

Depois de apresentar os argumentos de Bernardes contrários ao IIHA, Lima Cavalcanti começou a questioná-los, ressaltando que no próprio interior da Comissão de Segurança Nacional levantaram-se vozes contrárias ao parecer de seu presidente. Ele argumentou que, em uma comissão de 17 membros, o parecer de Bernardes foi aprovado por cinco votos contra três. A partir daí, dedicou-se a expor as razões que levaram a Comissão de Diplomacia a aprovar por unanimidade a Convenção de Iquitos. Em primeiro lugar, ele destacou que a Mensagem presidencial que submeteu o projeto do IIHA à aprovação do Congresso Nacional veio acompanhada de uma Exposição de Motivos do Ministro de Estado (interino) das Relações Exteriores, Hildebrando Accioly, na qual “ficou evidenciado que os interesses nacionais na Amazônia foram fatores determinantes do projeto em apreço”. Esta Exposição de Motivos de Hildebrando Accioly pôs, desde logo, fora de dúvidas, “que nenhuma interferência teve na origem do projeto qualquer país estrangeiro, nem foi ele inspirado por qualquer Organização Internacional, cabendo exclusivamente ao Brasil a iniciativa de sua criação”³⁰⁹.

Dedicando-se a fazer uma cronologia das discussões sobre a criação do Instituto da Hiléia na UNESCO, no intuito de ressaltar a participação do Brasil nestas discussões e de repelir as acusações de que o Instituto consistiria em um projeto das nações imperialistas para dominar a Amazônia, Lima Cavalcanti centrou seus ataques em Bernardes. A seguir, dedicou-se a falar das atribuições do IIHA, das garantias à soberania nacional que existiam na própria Convenção de Iquitos, e da atuação e biografia dos principais envolvidos

³⁰⁷ Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 27 de janeiro de 1950, p. 294. Ata da reunião da Comissão de Diplomacia, realizada em 26 de janeiro de 1950.

³⁰⁸ Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 10 de fevereiro de 1950, pp. 732-737.

³⁰⁹ Idem.

brasileiros neste projeto, com destaque para a de Paulo Carneiro. Feita esta explanação, Hugo Carneiro fez um aparte, no qual falou das discussões que foram travadas sobre o IIHA na CEPVEA, da qual ele fazia parte, e sua opinião sobre este assunto:

“Quando se tratou do delicado caso da Hiléia Amazônica, perante a Comissão de Amazônia, tivemos oportunidade de ouvir uma bela exposição do professor Lineu de Albuquerque sobre a jurisdição daquela organização. Causou-nos esta exposição, sob este ponto de vista, a melhor das impressões. Posteriormente, entendeu a Comissão, que tenho a honra de presidir, de ouvir o nobre Deputado Arthur Bernardes: e depois da exposição que o eminente ex-presidente da República fez com tais revelações e com minuciosidade próprias de um Chefe de Estado, devo dizer a V. Exa. que, não obstante a profunda admiração que voto ao cientista e nosso eminente patricio, Dr. Paulo Carneiro, fiquei com minha convicção fundamentalmente abalada (...)”³¹⁰.

Esse aparte deixa claro que a tendência do plenário realmente mudou em relação ao IIHA, já que os argumentos de Bernardes conseguiram reverter até mesmo a opinião favorável que a CEPVEA tinha a respeito do Instituto. Hugo Carneiro argumentou que “não se contesta a organização da Hiléia”, mas sim as “permissões perigosas que, tal como são concedidas pela organização do Instituto, poderiam acarretar prejuízos para a nossa nacionalidade, determinando inclusive a possibilidade da internacionalização daquele imenso território”³¹¹.

Lima Cavalcanti respondeu a este aparte afirmando que em nenhum momento quis por em dúvida o patriotismo dos opositores do Instituto da Hiléia, mas sim justificar o voto dado pela Comissão de Diplomacia: “Não há (...) patriotismo menor por parte desta Comissão, nem menor interesse em defender a soberania nacional”. Ele finalizou seu discurso dizendo que a Comissão de Diplomacia apenas respondeu afirmativamente ao pedido de ratificação do Instituto da Hiléia feito pelo governo federal quando aprovou unanimemente o parecer do relator. Por essa razão, o deputado solicitou, em nome dela,

³¹⁰ Idem.

³¹¹ Idem.

que “esse parecer mereça aprovação do plenário da Câmara quando submetidos à sua aprovação a Convenção de Iquitos e o seu Protocolo Adicional”³¹².

Artur Bernardes rebateu esse discurso quatro dias depois, também no plenário da Câmara dos Deputados. Aproveitando-se do anúncio feito por Lima Cavalcanti de que o Ministério das Relações Exteriores estava preparando um Protocolo Adicional à Convenção de Iquitos, ele argumentou que “tanto o convênio sobre a Hiléia Amazônica está errado que o Itamarati já convidou as nações suas signatárias para modificá-lo”. Prosseguiu afirmando que, em seu discurso, Lima Cavalcanti se dedicou muito mais a defender o Itamarati do que o parecer da Comissão de Diplomacia. Segundo Bernardes, o representante dessa comissão deu um grande valor a ela ao ressaltar a unanimidade na aprovação da Convenção de Iquitos e reconheceu que a mesma baseou seu parecer na Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, sem analisar o tratado. Desse modo:

“o valor da votação unânime da Comissão de Diplomacia e Tratados é, portanto, relativo. É o valor de uma Comissão que confia em que, tendo o Ministério examinado a questão, se dispensa de reexaminá-la novamente. Isso ocorre muito comumente nas nossas Comissões; mas não deixa de constituir uma falha que precisa ser corrigida”³¹³.

Quanto à acusação feita por Cavalcanti de que ele, Bernardes, vislumbra uma verdadeira conspiração para entregar a Amazônia às potências estrangeiras, o deputado respondeu que:

³¹² Idem.

³¹³ Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 14 de fevereiro de 1950, pp. 865-867.

“não há por onde se inferir do que tenho dito conclusão como essa (...). Há uma conspiração, inegavelmente, mas contra a economia brasileira, e da qual hei de tratar brevemente desta tribuna. Por agora, o que há é apenas negligência dos brasileiros e a displicência do Itamarati, que confia a chefia de missão dessa natureza a uma senhora cujos conhecimentos políticos são nenhum, e sem conhecimentos jurídicos também³¹⁴”.

Depois de tratar longamente da questão do petróleo, Bernardes voltou a discutir o IIHA, afirmando que Lima Cavalcanti se enganou quando afirmou que o seu parecer contrário a este Instituto foi aprovado na CSN por 5 votos contra 3. O resultado verdadeiro teria sido de 9 votos a favor contra 4 contrários³¹⁵. Voltando a atacar Lima Cavalcanti, Bernardes afirmou que ele procurou justificar a criação do IIHA recorrendo à história do Itamarati e à biografia dos envolvidos na proposta, quando não são as pessoas que interessam, mas sim os fatos em discussão:

“O Instituto da Hiléia Amazônica não é um caso de ninguém, nem é questão partidária, mas questão nacional! É o Brasil em causa! Renovo graças ao criador por viver ainda e poder denunciar esse perigo à Nação, a tempo dela poder conjurá-lo na sua votação em plenário!”³¹⁶.

No que tange às modificações feitas na Convenção de Iquitos pelo Protocolo Adicional, Bernardes as classificou de “inoperantes”. Segundo ele, estas mudanças “não alteram a essência do tratado e mostram que o Itamarati ainda não penetrou no seu espírito”. Ele finalizou seu discurso dizendo que a Convenção de Iquitos não podia ser aprovada:

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ De acordo com Artur Bernardes: “os membros componentes da Comissão de Segurança Nacional presentes à reunião em que se votou meu parecer sobre a Hiléia foram em número de 13, sendo a Comissão de 17. Votaram pelo parecer, além de seu autor, o que ocupa a Tribuna, os Srs. Deputados Osório Tuiuti (UDN-RS)– Gofredo Teles (PSD-SP) – Bias Fortes (PSD-MG) – Fernando Flores (PSD-PR) – Euclides Figueiredo (UDN-DF) – Abelardo Mata (PTB-DF) – Negreiros Falcão (PSD-BA) e Freitas Vale. Votaram contra: os Srs. Deputados Coaraci Nunes (PSD-AP) – Rocha Ribas (PSD-PA)– Humberto Moura (UDN-CE) e Ademar Rocha (UDN-PI)”. (Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 14 de fevereiro de 1950, pp. 865-867).

³¹⁶ Idem.

“porque aprovar o Convênio é consumir o desmembramento da Amazônia, ferir a soberania brasileira, e separar do Brasil mais de um terço do seu território. Além disso, o protocolo suplementar pode não ser aprovado; podem as nações se recusarem a retificação do Convênio, e a mim me parece ser esse o pensamento de algumas delas”³¹⁷.

Em 7 de março de 1950, Lima Cavalcanti voltou ao plenário para responder Bernardes e voltar a defender a Comissão de Diplomacia de suas críticas. Depois de afirmar que não voltará a apreciar as razões pelas quais a Convenção de Iquitos foi aprovada pela Comissão de Diplomacia, nem justificá-la, coisa que já fez em seu discurso anterior, ele argumentou que esse tratado nunca foi atacado em seus “termos reais”. As críticas de Bernardes se referiam, na sua opinião, a “uma Convenção fictícia que só em sua imaginação tomou corpo”, nada tendo a ver com aquela que foi firmada em Iquitos por representantes de Brasil, Bolívia, Colômbia, o Equador, a França, a Itália, a Holanda, o Peru e a Venezuela³¹⁸.

Em meio a essas discussões, a Mensagem do Protocolo Adicional seguia o mesmo trajeto da mensagem do Instituto da Hiléia na Câmara dos Deputados. Em 25 de maio de 1950 ela foi encaminhada à Comissão de Diplomacia, onde foi entregue a Renault Leite (PSD- PI), o mesmo relator que tinha elaborado o parecer favorável dessa comissão à Mensagem do Instituto da Hiléia³¹⁹. Renault Leite reteve o seu parecer favorável à aprovação da Mensagem do Protocolo Adicional até a última reunião da Comissão de Diplomacia dessa legislatura, ocorrida em 25 de janeiro de 1951. Dessa vez, contudo, seu

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 07 de março de 1950, pp. 1362-1365.

³¹⁹ Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 30 de maio de 1950, pp. 3941-3945. Ata da reunião da Comissão de Diplomacia, realizada em 25 de maio de 1950.

parecer foi aprovado por maioria e não por unanimidade³²⁰.

Em um quadro institucional marcado pela descentralização do poder decisório, no qual a Câmara dos Deputados detinha um grande poder de agenda, já que qualquer matéria para ser levada à discussão no plenário deveria receber um parecer de uma comissão, a posição de Renault Leite de não liberar seu parecer era uma estratégia válida. Com esta atitude os relatores impediam a votação de um parecer sobre determinada matéria na comissão, obstruindo o seu envio ao plenário da Câmara dos Deputados. Como os presidentes de comissão também tinham um grande poder sobre a agenda institucional nesse período, mesmo se o relator apresentasse um parecer sobre determinada matéria, eles possuíam a prerrogativa regimental de prolongar indefinidamente a sua discussão protelando, com isso, a votação do parecer pelos membros da comissão e, conseqüentemente, sua chegada ao plenário. Resumidamente, podemos dizer que se o presidente de uma comissão e o relator de determinada matéria na mesma estivessem afinados, a matéria em questão levaria o tempo que eles quisessem tramitando na comissão antes de ser votada pelos seus membros.

A aprovação por unanimidade do parecer favorável de Renault Leite à Mensagem do Instituto da Hiléia na Comissão de Diplomacia revelou um consenso entre seus membros em relação à questão da Hiléia. Renault Leite teria retido ao máximo o seu parecer sobre a Mensagem do Protocolo Adicional com o intuito de remeter essa discussão para a próxima legislatura que logo se iniciaria, visto que naquela o cenário parecia não ser favorável ao projeto do Instituto da Hiléia.

Desde meados de 1949, além da firme oposição de Bernardes, a Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas - estado que deveria sediar o Instituto - aprovou uma moção contrária à proposta de criação do IIHA, na qual reproduzia as críticas de Bernardes ao Instituto, e a enviou ao Congresso Nacional e ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. O “Diário da Noite” publicou esta moção em sua edição de 22 de março de

³²⁰ Renault Leite concluiu pela manutenção do parecer de 12 de novembro de 1948, no qual opinava a Comissão favoravelmente a aprovação da Convenção Constitutiva do IIHA e do protocolo adicional à referida Convenção, firmados pelo Brasil em Iquitos (10 de maio de 1948) e no Rio de Janeiro (12 de maio de 1950). Depois de posta em discussão, e não havendo intervenções, o parecer foi levado a votação, “tendo sido aprovado, por maioria, votando com restrições os Srs. Vargas Neto e Glicério Alves e contra, com declaração de voto, o senhor Jonas Correia”. (Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 02 de fevereiro de 1951, pp. 1303-1304. Ata da reunião da Comissão de Diplomacia, realizada em 25 de janeiro de 1951).

1949, com o título "Reage a Amazônia ao Convênio da Hiléia"³²¹. Em 1951 foi a vez do jurista pernambucano Othon de Sidou publicar um livro, no qual reproduzia uma série de discursos e entrevistas radiofônicas contrários ao IIHA, pronunciados nos anos anteriores³²².

Diante desse quadro, Renault Leite presumia que assim que apresentasse o seu parecer favorável ao Protocolo Adicional, Bernardes o requisitaria em nome da CSN e ele teria o mesmo destino da Mensagem do Instituto da Hiléia. Renault Leite e a Comissão de Diplomacia esperavam que a CSN fosse renovada e mudasse seu posicionamento na legislatura seguinte, daí o fato de seu parecer favorável ao Protocolo Adicional à Convenção de Iquitos só ter sido apresentado e votado na última reunião da Comissão de Diplomacia na legislatura (1946-1951). Caberia aos novos parlamentares eleitos no pleito de 1950 discutir e votá-lo no plenário na nova legislatura que se iniciaria em 1 de fevereiro de 1951.

Todavia, Artur Bernardes foi reeleito em 1950, tornando-se novamente presidente da Comissão de Segurança Nacional. Renault Leite, por sua vez, não conseguiu se reeleger. Assim, passadas as eleições, a Comissão de Diplomacia voltou a se reunir, tendo agora Lima Cavalcanti (UDN-PE) como seu presidente. Ele encaminhou a Menotti Del Picchia (PTB-SP) a Mensagem do Protocolo Adicional e a moção da Assembléia Legislativa do Amazonas. Del Picchia recebeu esta documentação em 26 de abril de 1951³²³ e apresentou parecer contrário à criação do IIHA³²⁴. Em consequência, a Convenção Constitutiva do Instituto Internacional da Hiléia Amazônia não foi levada à votação na Câmara dos Deputados.

Durante o processo de tramitação da Convenção de Iquitos na Câmara dos Deputados, os congressistas, no entanto, não atuaram somente no sentido de tentar fazer valer seus posicionamentos em relação ao IIHA. À medida que a discussão em torno do Instituto se intensificava no parlamento e na sociedade, a Câmara dos Deputados foi gestando alternativas ao plano da UNESCO ecoando, em parte, reivindicações de diversos grupos de pressão. Assim, apesar de não ter sido criado, o IIHA desempenhou um

³²¹ Diário da Noite. 22 de março de 1949.

³²² Sidou, J. M. Othon. *O Instituto Internacional da Hiléia*. Recife: Cambio, 1951.

³²³ Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 27 de abril de 1951, p. 2422. Ata da reunião da Comissão de Diplomacia, realizada em 26 de abril de 1951.

³²⁴ Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 43.

importante papel no sentido de colocar definitivamente a Amazônia na agenda política e científica nacional e tornar urgente a implementação de uma política de desenvolvimento nessa região. A criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) em 1952 e da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) no ano seguinte são evidências do novo status que a Amazônia adquiriu nos planos governamentais.

Conclusão

Neste trabalho, procurei analisar a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA), sua relação com as idéias de desenvolvimento que estavam em voga nos planos internacional e nacional, bem como as conseqüências de sua discussão no Brasil para os planos e projetos voltados para o desenvolvimento da Amazônia que já eram elaborados no país desde os anos iniciais da década de 1940. Neste sentido, no capítulo 1 apresentei o contexto internacional do pós-Segunda Guerra Mundial, focando minha análise nas condições históricas da época que possibilitaram a emergência da idéia de desenvolvimento. Feito isso, voltei meu foco para o Brasil procurando analisar como a temática do desenvolvimento estava sendo tratada no país, que discussões ela suscitou e como esse ideal desenvolvimentista em voga no plano internacional se materializou em projetos nacionais. Enfim, em um terceiro momento, procurei analisar o interesse do governo federal no desenvolvimento da Amazônia, as políticas então planejadas e os órgãos e instituições criados nesse cenário para tal fim. Meu objetivo foi demonstrar como a demanda nacional por desenvolvimento se manifestou em relação à Amazônia.

Expostos os contextos internacional, nacional e amazônico da época e como as idéias desenvolvimentistas estavam sendo traduzidas em cada um deles, no capítulo 2 centrei no meu objeto, analisando a trajetória da proposta de criação do Instituto da Hiléia, desde sua proposição nos fóruns da UNESCO até o início de sua discussão no parlamento brasileiro no Brasil em 1947. Meu intuito foi demonstrar como o projeto IIHA estava sintonizado com as preocupações da nova conjuntura internacional do pós-Segunda Guerra Mundial e como, a partir de seu contato com as realidades latino-americanas, ele foi ganhando contornos de um plano de desenvolvimento, sobretudo a partir da definição de seu programa de pesquisas na Conferência de Belém. Fechei este capítulo com a decisão

da Conferência de Iquitos de submeter o estatuto jurídico político do IIHA à aprovação dos países associados ao projeto e com a realização da Conferência de Manaus, primeira reunião da Comissão Interina do IIHA, formada em Iquitos, na qual o diretor do Instituto Agrônômico do Norte (IAN), Felisberto Camargo, apresentou uma série de projetos de cunho desenvolvimentistas para serem implementados em conjunto pelo IIHA e o Instituto que dirigia.

No capítulo 3 procurei analisar como, desde o final de 1948 quando a Convenção de Iquitos chegou ao Congresso Nacional para ser ratificada, o Instituto da Hiléia tornou-se alvo de um processo de politização que perdurou até seu arquivamento em 1951. Como procurei demonstrar, este desfecho foi construído nos três anos em que ele tramitou na Câmara dos Deputados. Se quando da chegada do projeto ao parlamento havia até mesmo um clima favorável à sua aprovação, como evidencia o apoio dado pelo presidente Dutra, pela Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (CEPVEA) e pela Comissão de Diplomacia, essa situação foi se alterando à medida que as teses nacionalistas se popularizavam na sociedade brasileira, sobretudo a partir da eclosão da campanha “O petróleo é nosso”. Aproveitando-se desse contexto, os opositores do IIHA iniciaram uma intensa campanha contra sua criação na imprensa, no parlamento e entre a oficialidade das Forças Armadas. Essa campanha pressupôs também o emprego de mecanismos institucionais característicos do Congresso Nacional para impedir que o projeto fosse à votação em plenário.

Percebendo essa estratégia, os defensores do Instituto contra-atacaram, incorporando as sugestões do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) ao texto da Convenção de Iquitos e submetendo-a novamente ao Congresso Nacional. Entretanto, diferentemente do que fez com este tratado internacional, dessa vez a Comissão de Diplomacia seguiu ao máximo seu parecer sobre o Protocolo Adicional no intuito de jogar essa discussão para a próxima legislatura, na qual, conforme se esperava, o perfil do Congresso mudaria, abrindo novamente os caminhos para a aprovação do Instituto da Hiléia. Contudo, não foi isso o que aconteceu, pois no pleito de 1950 foi eleita uma maioria de parlamentares identificados com a ideologia nacionalista, confirmando a popularização de suas teses na sociedade brasileira da época. Um destes parlamentares, Menotti Del Picchia, apresentou parecer contrário ao Protocolo Adicional, selando o destino do IIHA.

Como procurei demonstrar, mesmo não sendo implementado, o IIIHA contribuiu para colocar definitivamente a Amazônia na agenda política e científica nacional. No bojo das polêmicas travadas no país em torno de sua implementação, foram criados na Amazônia dois importantes órgãos no início da década de 1950: o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). A criação de ambos representou uma retomada das preocupações com o desenvolvimento desta região que haviam levado à introdução do Artigo 199 na Constituição de 1946. O INPA e a SPVEA constituem-se nas maiores evidências da relevância que a Amazônia alcançou na agenda político-científica nacional, a partir do momento em que as controvérsias suscitadas pelo IIIHA desencadearam um amplo debate na sociedade brasileira sobre a melhor forma de impulsionar seu desenvolvimento.

Como mostram alguns livros, artigos, matérias de jornais e discursos publicados nas décadas de 1940 e 1950, ainda sob o calor dos debates sobre o IIIHA, alguns modelos de desenvolvimento para a Amazônia estiveram em jogo entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1950. Dentre os pontos de clivagem entre eles, o que mereceu maior destaque nessa literatura foi a questão da participação estrangeira, devido à atmosfera nacionalista que a sociedade brasileira atravessava na época em que ela foi produzida. Já em 1947, antes, porém, da Convenção de Iquitos começar a ser discutida no Congresso Nacional, o deputado federal João Botelho (PSD-PA) publicou um livro³²⁵ no qual se referiu ao IIIHA, afirmando que não concordava com o fato da UNESCO apresentar seu projeto justamente no momento em que o governo procurava elaborar políticas para o desenvolvimento da Amazônia. Na sua opinião, cada país deveria ter sua própria instituição evitando, com isso, o caráter internacional e o conseqüente sentimento nacionalista que o mesmo despertaria. Em 1949, em meio à radicalização dos debates sobre o Instituto da Hiléia no país, Osório Nunes, membro da Liga Brasileira dos Municípios, expressou seu apoio à idéia encarnada pelo IIIHA, destacando que o desenvolvimento da Amazônia só poderia ser alcançado por meio da cooperação internacional³²⁶. Esses dois exemplos nos fornecem um importante indicador sobre o principal ponto que dividiu os diferentes modelos de desenvolvimento para a Amazônia

³²⁵ Botelho, João. *Viagem parlamentar à Amazônia Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Imprensa Nacional, 1947.

³²⁶ Nunes, Osório. *Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949. p. 141-148.

que vieram à tona nesse momento: cabia ao Estado brasileiro impulsionar planos e projetos para essa região em cooperação com outros países e instituições internacionais ou ele deveria considerar o desenvolvimento da Amazônia como uma responsabilidade nacional limitando, assim, toda e qualquer iniciativa internacional.

A oposição nacional/estrangeiro é a tônica das polêmicas travadas entre Paulo Carneiro e Artur Bernardes. Em 1951, Carneiro publicou sua visão sobre o projeto da Hiléia, traçando um panorama da idéia de criação deste Instituto e defendendo a cooperação internacional como o melhor caminho para desenvolver a Amazônia e integrá-la ao território nacional³²⁷. Nesse mesmo ano, foi impressa a Conferência que Bernardes proferiu no Clube Militar³²⁸ contra o Instituto da Hiléia, na qual expôs sua visão de que o IHA era um projeto de cunho imperialista que tinha como objetivo internacionalizar a Amazônia.

Como o arquivamento do projeto IHA e a criação de um instituto nacional para realizar pesquisas na Amazônia (INPA) demonstram, a perspectiva de Bernardes e tantos outros que procurei apresentar nesse estudo saiu fortalecida. Assim, além de acelerar os planos de desenvolvimento que vinham sendo pensados para a Amazônia desde o início da década de 1940, os debates sobre a criação do IHA definiram um modelo de desenvolvimento para esta região, cujos principais pilares são o controle do Estado brasileiro sobre as políticas implementadas e uma grande desconfiança em relação a qualquer tipo de envolvimento estrangeiro. É interessante constatar que esse modelo, embora atualizado e com nuances, continua pautando as discussões e iniciativas relacionadas à Amazônia até os dias de hoje. Sua atualidade fica patente se analisarmos um artigo publicado recentemente no jornal *Folha de São Paulo*³²⁹ pelo general Carlos de Meira Mattos, contemporâneo dos acontecimentos narrados nesse trabalho.

Meira Mattos está dialogando com Pascal Lamy, diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) e ex-comissário de Comércio da União Européia. Em conferência realizada em Genebra, Lamy defendeu o conceito de governança global, afirmando que as florestas tropicais deveriam estar submetidas à gestão da comunidade

³²⁷ Carneiro, Paulo. *O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica: razões e objetivos de sua criação*. Rio de Janeiro: s. e., 1951.

³²⁸ Bernardes, Artur. *A Internacionalização da Amazônia com o disfarce do Instituto Internacional da Hiléia*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1951. 21p.

³²⁹ Matos, Carlos de Meira. "A internacionalização da Amazônia". *Folha de São Paulo*, 14 de abril de 2005. p. 3.

internacional. Com seu artigo, Meira Mattos objetivava combater esta tese de que a Amazônia é “patrimônio da humanidade” o que, na sua visão, pressupõe a idéia de que a única forma de assegurar a sobrevivência da vida no planeta é transferir a administração dessa região para uma “autoridade internacional”. Diante dessa situação, aos países com áreas na Amazônia restaria apenas se conformar com uma “soberania compartilhada” sobre seu território. Segundo Meira Mattos, a propaganda da internacionalização da Amazônia é feita por ONGs dos Estados Unidos e dos países europeus e vem revestida de “falácias pseudo-científicas”, um termo muito semelhante aos que Artur Bernardes utilizava em suas críticas ao IHA. Dentre estas falácias, ele destaca a de que essa região é o pulmão do mundo, que ela precisa ser preservada porque é o último espaço de natureza e vida selvagem e que as queimadas que lá acontecem seriam as principais responsáveis pela emissão de CO₂ e pelo conseqüente envenenamento da atmosfera.

Já no começo de seu texto, Meira Matos afirma que a idéia da internacionalização da Amazônia é antiga, recorrente e sempre se reveste de teses científicas ou sócio-humanitárias, por trás das quais se esconderiam objetivos políticos e econômicos. Como exemplo da “cobiça” - um termo eternizado por Artur Ferreira Reis em sua obra clássica sobre a Amazônia³³⁰ - que paira há longa data sobre essa região ele cita o plano do Instituto da Hiléia. A idéia oculta no projeto, de acordo com ele, era a mesma que motivou o surgimento da recente tese da Amazônia como “patrimônio da humanidade”: transferir a administração das pesquisas científicas e do desenvolvimento da Amazônia para uma “autoridade internacional”.

Na sua campanha contra a idéia de que a Amazônia é “patrimônio da humanidade”, Meira Mattos não só utiliza termos cunhados nos debates sobre o Instituto da Hiléia na virada dos anos 1940 para os 1950 como “internacionalização” e “cobiça”, como também mobiliza contra ela alguns argumentos outrora empregados por Bernardes. Ele considera essa idéia, por exemplo, um perigo para nossa “integridade territorial” e uma violação dos “direitos soberanos” do Estado brasileiro sobre a Amazônia. Para combatê-la, Meira Mattos defende:

³³⁰ Reis, 1960.

“uma diplomacia superativa e presente, capaz de desfazer no nascedouro qualquer pretensão internacionalista lesiva ao interesse nacional. Ao mesmo tempo, revelar notória capacidade de administrar à Amazônia, desenvolvendo eficiente política auto-sustentável que preserve sua natureza, proteja suas águas e otimize o seu povoamento”³³¹.

O artigo de Carlos de Meira Mattos constitui-se em uma evidência de que os debates motivados pela proposta de criação do Instituto da Hiléia continuam atuais. Atualmente, a visão de que o governo brasileiro tem que desenvolver a Amazônia de maneira autônoma choca-se com todo um contexto de globalização, no qual ONGs e organismos internacionais detém cada vez mais poder. O meu trabalho é uma leitura importante para aqueles que querem compreender as raízes destas diferentes visões acerca do desenvolvimento da Amazônia, em um contexto no qual organizações internacionais como a ONU e a UNESCO estavam surgindo como parte de um projeto que procurava superar as necessidades econômicas e sociais do planeta através da cooperação internacional. Este projeto chocou-se com interesses geopolíticos dos países ricos e com as demandas por desenvolvimento dos países tidos como periféricos. Na década de 1940, assim como hoje, a Amazônia constituía-se em um tema importante deste intrincado jogo de poder.

³³¹ Matos, Carlos de Meira. “A internacionalização da Amazônia”. Folha de São Paulo, 14 de abril de 2005. p. 3.

Fontes e Bibliografia

Fontes primárias

1. Legislação

Brasil. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946. 19^a ed., Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora.

Brasil. Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

Brasil. Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

2. Periódicos

Correio da Manhã, 18 de maio de 1947.

Jornal do Commercio, 5 de junho de 1947.

“Mania de perseguição e descuido”. Correio da Manhã, 18 de maio de 1949.

MATOS, Carlos de Meira. “A internacionalização da Amazônia”. Folha de São Paulo, 14 de abril de 2005. p. 3.

3. Arquivo Fundo Família Carneiro

Periódicos consultados

“*Ameaça a segurança nacional a internacionalização da Hiléia*”. Diário Carioca, 6 de outubro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 41.

“*A prostituição do corpo pátrio*”. A Luta, 30 de agosto de 1947. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 46.

“*Diálogo da Hiléia Amazônica*”. Correio da Manhã, 14 de setembro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 41.

“*Divagação melancólica*”. Correio da Manhã, 16 de fevereiro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 37.

“*Nacionalismo delirante*” Jornal do Brasil, 09 de abril de 1949.. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

“*Não fere a soberania nacional*”. A Noite, 8 de abril de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

“*Ocupa a atenção de dois órgãos técnicos da Câmara Federal o Instituto da Hiléia amazônica*”. Diário de Notícias, 22 de outubro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

“*O Instituto da Hiléia Amazônica*”. Correio da Manhã, 20 de outubro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 69.

“*O Itamarati entregou a Amazônia às Nações Unidas*”. O Mundo, 4 de fevereiro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

“*Pensam internacionalmente os diplomatas brasileiros, declara o ex-presidente da República*”. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

“*Parecer do Estado Maior das Forças Armadas sobre o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica*”. Jornal do Commercio, 19 de julho de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 46.

“*Plano de aproveitamento científico da Amazônia: a propósito de uma palestra proferida pelo dr. Paulo Carneiro*”. Folha da Manhã, 17 de outubro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 37.

“Prejudicial aos interesses da nação o projeto que cria o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica”. Jornal do Brasil, 14 de outubro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

“Querem desmembrar o Brasil”. O Radical, 4 de fevereiro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

“Reage a Amazônia ao Convênio da Hiléia”. Diário da Noite, 22 de março de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

“Restrições ao texto do Convênio de Iquitos”. O Jornal, 20 de outubro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

“Seria contrário aos interesses nacionais o Instituto da Hiléia Amazônica”. Diário de Notícias, 15 de outubro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

“Sugestões para a organização e o programa de um Instituto Internacional da Hiléia Amazônica”. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 43.

O Jornal, 30 de janeiro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

O Jornal, 13 de março de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

O Mundo, 05 de fevereiro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

MELO, Lineu de Albuquerque. Jornal do Commercio, 8 de abril de 1949. “Em defesa de uma Convenção”. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

Documentos consultados

“Carta de Corner a Paulo Carneiro, 8 de junho de 1947”. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 46.

“Carta de Paulo Carneiro ao Dr. Levi Carneiro, 19 de janeiro de 1949”. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 256.

“Carta de Paulo Carneiro a Raul Fernandes. s/d.” Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

“Convenção Constitutiva do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica”. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 43. 14 p.

Huxley, Julian. “Memorandum on question of special consultant from Brazil for the Hylean Amazon project”, 25 de abril de 1947, 2 p. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 44.

Ofício do governador do estado do Amazonas, Leopoldo Amorim da Silva Neves, à Paulo Carneiro. s/d. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 44.

Ofício de Paulo Carneiro ao ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, sobre o parecer contrário a Convenção do IIHA do deputado Artur Bernardes, 2 de fevereiro de 1949. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 45.

Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas. Comissão Preparatória. Comitê de Ciências Naturais. Sugestões para o Programa Científico da UNESCO. Criação de um “Instituto Internacional da Hiléia Amazônica”, proposta submetida pelo Professor Paulo de Berrêdo Carneiro. Londres, maio de 1946. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 44.

“Programe for the field co-operation Office, Division of Natural Sciences, Latin America, and for the Hylean Amazon Project”. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 44.

“Projeto de criação de um ‘Instituto da Hiléia Amazônica’”. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 97.

“Questionnaire for the director, Goeldi Museum, Belém do Pará”. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47

Relatório da Comissão de Ciências Naturais. Belém, 12 a 18 de agosto de 1947, p. 13-15. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

Relatório da Comissão de Ciências Sociais e Educação. Belém, 12 a 18 de agosto de 1947, p. 17-18. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

Relatório da Comissão de Nutrição e Ciências Médicas. Belém, 12 a 18 de agosto de 1947, p. 20-21. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

Relatório da sub-comissão de Agricultura, Silvicultura e Piscicultura. Belém, 12 a 18 de agosto de 1947, pp. 10-16, p. 10. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

Relatório da sub-comissão de Botânica. Belém, 12 a 18 de agosto de 1947, pp. 5-6. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

Relatório da sub-comissão de Geologia, Geografia Física e Pedologia. Belém, 12 a 18 de agosto de 1947, p. 1-4. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

Relatório da sub-comissão de Zoologia. Belém, 12 a 18 de agosto de 1947, pp. 7-9. Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz, caixa 47.

4. Diário do Congresso Nacional

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 30 de agosto de 1947, p. 5298. Ata da Reunião da CEPVEA realizada em 25 de agosto de 1947.

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 04 de novembro de 1947, p. 7643. Ata da Reunião da CEPVEA realizada em 03 de novembro de 1947

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 12 de novembro de 1947. p. 7940. Ata da Reunião da CEPVEA realizada em 10 de novembro de 1947

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional. Atas das reuniões da Comissão Especial de Valorização Econômica da Amazônica. 1946, 1947 e 1948).

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 20 de outubro de 1948, pp. 10448-10449. Mensagem 536-1948, de Eurico Gaspar Dutra, 04 de outubro de 1948.

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 23 de outubro de 1948, pp. 10.603-10.604. Ata da reunião da Comissão de Diplomacia, realizada em 22 de outubro de 1948.

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 01 de fevereiro de 1949, p. 556. Ata da 1ª reunião da Comissão de Segurança Nacional, realizada em 26 de janeiro de 1949.

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 28 de janeiro de 1949, pp. 430-439. Comissão de Segurança Nacional. Parecer do deputado Artur Bernardes sobre a mensagem presidencial número 536-48 que submete à apreciação do Congresso o texto da Convenção Constitutiva do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e do Protocolo Financeiro, firmados na cidade peruana de Iquitos.

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 25 de agosto de 1949. pp. 7607-7609. Ofício de Paulo Carneiro a Raul Fernandes sobre a Convenção do IIHA, 2 de fevereiro de 1949.

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 09 de junho de 1949, pp. 4801-4802. Parecer do Estado Maior das Forças Armadas sobre o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica.

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 10 de junho de 1949, pp. 4900-4902.

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 19 de julho de 1949, pp. 6222-6223.

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 07 de outubro de 1949. pp. 9324. Ata da reunião da Comissão de Segurança Nacional, realizada em 5 de outubro de 1949.

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 21 de outubro de 1949, p. 9928. Ata da reunião da Comissão de Segurança Nacional, realizada em 19 de outubro de 1949.

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 25 de outubro de 1949. p. 10025. Ata da reunião da Comissão de Segurança Nacional, realizada em 21 de outubro de 1949.

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 25 de outubro de 1949. p. 10025. Ata da reunião da Comissão de Segurança Nacional, realizada em 21 de outubro de 1949.)

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 21 de setembro de 1949. pp. 8517-8524. Redação do Projeto n. 303-C-1949, que trata do Orçamento para o ano de 1950.

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 30 de maio de 1950, pp. 3951. Ata da reunião da Comissão de Diplomacia realizada em 25 de maio de 1950 e Mensagem 161-1950, de Eurico Gaspar Dutra, 25 de maio de 1950.

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 27 de janeiro de 1950, p. 294. Ata da reunião da Comissão de Diplomacia, realizada em 26 de janeiro de 1950.

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 10 de fevereiro de 1950. pp. 732-737.

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 14 de fevereiro de 1950. pp. 865-867.

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 07 de março de 1950, pp. 1362-1365.

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 02 de fevereiro de 1951, pp. 1303-1304. Ata da reunião da Comissão de Diplomacia, realizada em 25 de janeiro de 1951

Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 27 de abril de 1951, p. 2422. Ata da reunião da Comissão de Diplomacia, realizada em 26 de abril de 1951.

Fontes secundárias

ABREU, Alzira Alves de. “O Nacionalismo de Vargas Ontem e Hoje”. In: D’Araújo, Maria Celina (org.), *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Editora FGV, 1999.

ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERNARDES, Artur. *A Internacionalização da Amazônia com o Disfarce do Instituto Internacional da Hiléia*. Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 1951, 21p.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BOTELHO, João. *Viagem parlamentar à Amazônia Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Imprensa Nacional, 1947.

BRITO, Daniel Chaves. *A Modernização da Superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA/PDTU, 2001.

CAMARGO, Felisberto. *Sugestões para o soerguimento do vale amazônico*. Belém: s. e, 1948, 71p.

CAMPOS, André Luís Vieira. *International Health Policies in Brazil: The Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Tese de Doutorado apresentada à Faculty of the Graduate School of The University of Texas at Austin. Texas, 1997.

_____. “La expansión de la autoridad estatal y el Serviço Especial de la Salud Pública em el Brasil, 1942-1960”. *DYNAMIS. Acta Hispânica ad Medicinæ Scientiarumque Historiam Illustrandan*. 2005, 25, pp. 227-256.

CAPELLATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano (Vol. 2) – o tempo do nacional- estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Paulo E. B. *O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica: razões e objetivos de sua criação*. Rio de Janeiro: s. e., 1951.

_____. Depoimento concedido ao Museu da Imagem e do Som (MIS), em 07/08/1979, dentro dos ciclos de Ciências e Artes Plásticas. Editado por Marcos Chor

Maio e José Augusto Drummond e reproduzido in: MAIO, Marcos Chor (org.). *Ciência, Política e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Unesco, 2004.

CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1980.

CRAMPTON, Esther L. *Brazilian Nationalism and the defeat of the International Institute of the Amazon Hylea*. Tese de Doutorado, The American University. Washington, D.C.: 1972.

D'ARAÚJO, Maria Celina. "A Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 7, número 19, junho de 1992, pp. 40-55.

DEAN, Warren. *A Luta pela borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DINIZ, Eli. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

DOMINGUES, Heloísa B. e PETITJEAN, Patrick. "Paulo Carneiro, um cientista brasileiro na diplomacia da UNESCO (1946-1950). In: MAIO, Marcos Chor (org.). *Ciência, Política e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Unesco, 2004 A.

_____. "International Science, Brazil and Diplomacy in UNESCO (1946-1950). In: *Science, Technology & Society* 9:1. Sage Publications. New delhi/ thousand Oaks/London, 2004 B, pp. 29-50.

ELZINGA, Aant. "A UNESCO e a política de cooperação internacional no campo da ciência". In: MAIO, Marcos Chor (org.). *Ciência, Política e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Unesco, 2004.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: the making and unmaking of the third world*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1995.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. "Relação Executivo-Legislativo no presidencialismo multipartidário: os regimes de 46 e 88". Trabalho apresentado ao XXII Encontro Anual da Anpocs, Caxambú, outubro. (mimeo.), 1998.

_____. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____. "Agenda Power and Brazilian Democracy: Government Performance in Multiparty Presidentialism". (Mimeo), 2002.

GALEY, John Homer. *The Politics of Development in the Brazilian Amazon (1940-1950)*. Ph. D., Stanford University. Palo Alto: 1977.

HIPPÓLITO, Lúcia. *De Raposas e Reformistas: o PSD e a Experiência Democrática Brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

LAMARÃO, Sérgio T. N. “A saga do petróleo”. *Nossa História*, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 4, fev. 2004, pp. 72-75.

LAUGIER, Henri. “The first step in the international approach to the problems of underdeveloped areas”. 1948, pp. 256-259.

LINHARES, Maria Yedda. *A luta contra a metrópole (Ásia e África: 1945-1975)*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1981.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. “A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano (Vol. 2) – o tempo do nacional- estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIMONGI, Fernando. “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: a Literatura Norte-americana Recente”. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 37, 1º semestre de 1994, pp. 3-38.

MAHAR, Dennis J. *Desenvolvimento Econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

MAIO, Marcos Chor; SÁ, Magali Romero. “Ciência na Periferia: a UNESCO, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa”, in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* Vol. 6 (supl.), 2000.

MAIO, Marcos Chor. “A tradução local de um projeto internacional: a UNESCO, o CNPq e a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. In: FAULHABER, P.; TOLEDO, P. M. (orgs.). *Conhecimento e Fronteira: história da ciência na Amazônia*. Brasília/Belém: Museu Goeldi/Parelo 15, 2001.

_____. “Demandas globais, respostas locais: a experiência da UNESCO na periferia no pós-guerra (1946-1952). In: MAIO, Marcos Chor (org.). *Ciência, Política e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Unesco, 2004.

MAIO, Marcos Chor; SANJAD, Nelson; DRUMMOND, José Augusto. “Entre o global e o local: a pesquisa científica na Amazônia do século XX”. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, n. 31, julho/dezembro de 2005, pp. 147-166.

MAIO, Marcos Chor; MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da S. “O debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica no Congresso Nacional (1948-1951)”. In:

ALVES, Jerônimo. (Org.). *Múltiplas Faces da História das Ciências na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005.

MALAN, Pedro Sampaio. “Relações Econômicas Internacionais do Brasil: (1945-1964)”. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Vol. 4 - Economia e Cultura (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1984.

MARQUES, Eduardo Cesar. “Notas Críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos”. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 43, 1º semestre de 1997, pp. 67-102.

MARTINS, Luciano. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

MORALES, Lúcia Arrais. *Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

MOURA, Gerson. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1990.

NUNES, Osório. *Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

PACKARD, Randall. “Visions of Postwar Health and Development and their impact on Public Health Interventions in the developing World”. In: COOPER, Frederick; PACKARD, Randall (org.). *International development and the Social Sciences: essays on the history and politics of knowledge*. Berkeley/Los Angeles/Londres, University of California Press, 1997.

PEIXOTO, Antônio Carlos. “O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964)”. In: ROUQUIÉ, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

PETITJEAN, Patrick e DOMINGUES, Heloísa B. “A redescoberta da Amazônia num projeto da UNESCO: o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 14, n. 26, 2000, pp. 265-291.

RAMOS, Plínio de Abreu. “A Imprensa Nacionalista no Brasil”. In: ABREU, Alzira Alves (org.) *A Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

SANTOS, Fabiano. *O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon, *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional/Finep, 1979.

SIDOU, J. M. Othon. *O Instituto Internacional da Hiléia*. Recife: Cambio, 1951.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil – vol. II - o ano de 1932 a revolução e o Norte 1933*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

_____. *A nova política do Brasil – vol. VIII – ferro, carvão e petróleo (7.8.1940 a 9.7.1941)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

WIRTH, John D. *A Política do Desenvolvimento na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, 1973.

Sites

http://www.cnrs.fr/ComiHistoCNRS/pages/actua_portrait_laugier.htm, acessado em 07 de agosto de 2006.

http://enciclopedia.tiosam.com/enciclopedia/enciclopedia.asp?title=Julian_Huxley, acessado em 07 de agosto de 2006.

http://portal.unesco.org/fr/ev.php-URL_ID=6206&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html, acessado em 07 de agosto de 2006.

<http://www.si.edu/>, acessado em 18 de agosto de 2006.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)